



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**CÍNTIA DA SILVA CUNHA**

**AS EXPOSIÇÕES PROVINCIAIS DO IMPÉRIO:  
A BAHIA E AS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS**

**(1866 a 1888)**

Salvador  
2010

**CINTHIA DA SILVA CUNHA**

**AS EXPOSIÇÕES PROVINCIAIS DO IMPÉRIO:  
A BAHIA E AS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS**

**(1866 a 1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suely Moraes Ceravolo

Salvador  
2010

---

C972 Cunha, Cinthia da Silva  
As exposições provinciais do Império: a Bahia e as exposições universais (1866-1888 / Cinthia da Silva Cunha. – Salvador, 2010.  
120 f.: il.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Suely Moraes Ceravolo

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

1. Exposições – História – Séc. XIX. 2. Exposições – Bahia – 1866-1888. I. Ceravolo, Suely Moraes. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 981.42

---

**CINTHIA DA SILVA CUNHA**

**AS EXPOSIÇÕES PROVINCIAIS DO IMPÉRIO:  
A BAHIA E AS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS**

**(1866 a 1888)**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suely Moraes Ceravolo (Orientadora)**

**Universidade Federal da Bahia (UFBA)**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Heloisa Barbuy (Titular)**

**Museu Paulista (MP)**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gabriela Sampaio (Titular)**

**Universidade Federal da Bahia (UFBA)**

## AGRADECIMENTOS

Durante os anos em que comecei minha trajetória na Universidade Federal da Bahia e que tive a felicidade de estudar História, posso dizer que fui abençoada pela presença de alguns mentores, amigos, parceiros e anjos aos quais agradeço e nomeio aqui:

Meu primeiro anjo no contato com a Universidade Federal foi Marina Santos, bibliotecária, minha primeira e mais querida chefe, um exemplo de respeito e de trabalho, que me deixava estudar quando estagiei sob sua supervisão na Biblioteca da pós-graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Meu querido Luis Borges que conheci como meu Chefe no Arquivo de Documentação da Faculdade, se tornou amigo e irmão, me apoiou e apóia e sua esposa Nedja Alessandra Borges, minha querida amiga e irmã.

A professora Angelina Garcéz, historiadora; comprometida e professora sem igual que me possibilitou a primeira experiência que tive na pesquisa documental, o primeiro passo para que eu me apaixonasse pela prática da pesquisa histórica.

Além destes alguns professores que me inspiram e dos quais sou fã:

Dr.<sup>a</sup> Lisie Reis, professora da Universidade de Feira de Santana, cuidadosa e incentivadora.

Dr.<sup>a</sup> Maria das Graças Teixeira que me recebeu no tirocínio docente, obrigada pró pelo incentivo, pelo apoio e pelas críticas e pelo bom humor.

A Ariane, ex-secretária da pós-graduação que me manteve na pós quando eu pensei em desistir.

Aos funcionários da Faculdade de Filosofia em especial os da Biblioteca Isaías Alves: Davi, Hosana, Andréa, por me receberem sempre com solicitude e carinho.

A Dr.<sup>a</sup> Maria Hilda Baqueiro Paraíso por ter me recebido na sua disciplina que contribuiu muito para minha compreensão das Exposições Provinciais.

Minhas amigas da Faculdade que ouviram e compartilharam das mesmas dúvidas, ansiedades e angústias do processo de descoberta na História, e foram minha alegria e apoio nos momentos difíceis:

Alane Fraga do Carmo

Ane Ferrari

Bruna Ismerin

Daniela Valverde

Débora Bastos

Jacira Primo

Vera Natália

A Marcão e Pablo Iglesias meus grandes amigos e irmãos.

Aos funcionários e amigos do Arquivo Público do Estado que sempre colaboraram com minha lide na pesquisa histórica: D. Edith, Paulinho, Jacira, as Marlenes, Dodora, Vanda muito obrigada.

As trabalhadoras incansáveis da Biblioteca Pública do Estado da equipe de D. Célia, da seção de periódicos, vigias, porteiros.

Aos colegas da pós que me possibilitaram a troca de experiências e o enriquecimento da minha práxis como estudante, especialmente, duas amigas que me conquistaram:

Keite Nascimento

Margareth Santana

A Rafaela Caroline Almeida minha comadre, minha filha mais velha.

As minhas maravilhosas revisoras Daysi Santos e Andréia Neves Figueredo pelas correções mais que necessárias.

A Dr.<sup>a</sup> Ligia Bellini pela crítica firme, sincera e gentil.

A Dr.<sup>a</sup> Heloísa Barbuy cuja obra me levou ao tema desta dissertação

A minha orientadora, primeiro chefe, depois mentora e parceira de trabalho Dr.<sup>a</sup> Suely Moraes Cerávolo. Esta dissertação é fruto de um trabalho conjunto, árduo, honesto e gratificante. Elaborada sob a orientação atenta e atenciosa de uma profissional competente e intelectual instigadora e incansável. Obrigada pró.

A minha família que suportou minha ausência em alguns momentos, agüentou meu nervosismo, mau humor e ansiedade e, cuidou de mim nos percalços da minha saúde. Minha mãe Fátima, meus irmãos Junior e Marcelo, minha irmã Iolanda, meus sobrinhos Priscila e Fábio e, minhas cunhadas Andréa e Rosa, membros novos da minha pequena família.

A meu marido Jailson, companheiro presente e apoio firme, que foi forte para ficar ao meu lado, quando nem mesmo eu queria estar comigo, te amo.

A minha filha Hilda que nasceu no meio desta tempestade, presente maravilhoso que recebi dos Céus, amor maior da minha vida. Bebê, te amo.

E por último, a minha avó Hilda Borges da Silva meu exemplo e inspiração, te amo.

Obrigada a todos e obrigada a Deus por tê-los colocado no meu caminho.

E o que é a discussão?  
A sentença de morte de todo o status quo, de todos os falsos princípios dominantes. Desde que uma coisa é trazida à discussão, não tem legitimidade evidente, e nesse caso o choque de argumentação é uma probabilidade de queda.

Machado de Assis

## RESUMO

As Exposições Universais do século XIX foram construtoras e vitrines da ideologia do progresso burguês. O Brasil Imperial participou destes eventos, mobilizando algumas províncias na seleção e envio de produtos representativos da cultura brasileira e da modernidade que se pretendia nascente no país. São analisadas nesta dissertação as Exposições Provinciais Baianas entre os anos de 1866 e 1888, preparatórias para as Exposições Nacionais que levariam acervos as Universais de 1867 em Paris, 1873 em Viena, 1876 na Filadélfia e, a segunda Exposição Universal de Paris no ano de 1889. Reconstituiremos as Exposições da Província da Bahia desde os convites recebidos às premiações conquistadas com os produtos baianos. O objetivo é perceber se houve ou não o alinhamento baiano com o projeto Imperial de instaurar no Brasil a Modernidade burguesa em voga no período.

Palavras-chave: Exposições Provinciais na Bahia, Exposições Universais, Império.



## ABSTRACT

The Universal Expositions of the nineteenth century were the builders and showcases's ideology of the bourgeois progress. The Imperial Brazil participated these events, mobilizing some provinces in the selection and deployment of representative products of Brazilian culture and, the modernity that was intended in the source country. This dissertation analyze the Bahia's Provincial Exhibition between the years 1866 and 1888, preparatory to the National Exhibitions that would take the collections to the Universals on 1867 in Paris, 1873 in Vienna, 1876 in Philadelphia, and the second Universal Exposition in Paris on 1889 . Will be reconstruct the Exhibition of the Province of Bahia from the invitations to the awards earned with the Bahia products. The purpose is to see whether there is an alignment between Bahia project and Imperial project to establish on Brazil the bourgeois Modernity in vogue in the period.

Key-words: Bahia's Provincials Exhibitions, Universal Expositions, Imperial.

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 Convite para a exposição nacional de 1872 .....	59
Figura 2 Convite para a exposição provincial de 1872 .....	63
Figura 3 Recibos de entrega de produtos.....	66
Figura 4 Edifício do Liceu Provincial .....	67
Figura 5 Gabinete de História Natural .....	67
Figura 6 Regulamento para a abertura do serviço da exposição da Bahia. Bahia e sala das sessões da Comissão Diretora da Exposição Provincial, em 07 de outubro de 1872. ....	69
Figura 7 EXPOSITION Universelle de Paris, 1889. Empire du Brésil: Catalogue Officiel.....	85
Figura 8 O Império do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Vienna d’Austria	85
Figura 9 Exposição Internacional de Philadelphia em 1876 – regulamento geral para os expositores estrangeiros .....	90
Figura 10 Catálogo da Exposição Nacional de 1875.....	93

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1	Exposições Universais no século XIX, Nacionais e Baianas	57
Tabela 2	Exposições Internacionais em números – 1862 a 1889	83
Tabela 3	Grupos - Exposição Provincial da Bahia 1872	98
Tabela 4	Exposição Nacional de 1875 – produtos baianos	101

## RELAÇÃO DE ABREVIATURAS

APB – Arquivo Público da Bahia

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

IGHB – Instituto Histórico e Geográfico da Bahia

CEDIG – Centro de Digitalização de documentos

## Sumário

Introdução .....	15
<b>Capítulo 1 – Exposições Universais: o discurso tornado objeto na Bahia .....</b>	<b>28</b>
1.1 Exposições Universais ou Internacionais: faces diferentes de um mesmo projeto .....	34
1.2 Exposições Nacionais: reflexos de uma febre que tomou o mundo .....	37
1.3 Exposições Provinciais da Bahia: uma corrida atrás do Progresso .....	43
<b>Capítulo 2 - “Em nome dos interesses da industria e credits d’esta província”: os dispositivos de articulação das exposições na Bahia .....</b>	<b>53</b>
2.1 Chegou a Civilização: do Mundo para o Brasil, e do Brasil para a Bahia .....	53
2.2 A organização .....	59
<i>As Comissões Provinciais .....</i>	<i>60</i>
<i>Os pedidos .....</i>	<i>63</i>
<i>A abertura da Exposição .....</i>	<i>68</i>
<i>Júri, honrarias e premiações .....</i>	<i>72</i>
2.3 Desventuras provinciais .....	74
<b>Capítulo 3 - As classificações e os produtos .....</b>	<b>79</b>
3.1 A magnitude das exposições universais .....	80
3.2 Os catálogos e as classificações .....	83
3.3 As classificações das Exposições Universais e os catálogos no Brasil .....	91
3.4 Os produtos baianos enviados para a Exposição Nacional .....	95
3.5 Os premiados .....	99
<b>Comentários finais .....</b>	<b>101</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>110</b>
Seção Colonial – 1ª parte – Governo da Província .....	110
Seção Colonial – 2ª parte – Governo da Província .....	110
Seção Legislativa .....	111
<i>Documento .....</i>	<i>111</i>

Arquivo Público do Estado - Seção Judiciária/ Inventários .....	111
<i>Relação com o tema</i> .....	111
<i>retratista</i> .....	111
<i>retratista</i> .....	111
<i>Secretário de Comissão de Exposição</i> .....	111
<i>Comissário de exposição</i> .....	111
Arquivo Público do Estado – Setor de Microfilmes .....	112
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>117</b>

## Introdução

A escolha de um objeto de pesquisa é um longo caminho, onde acontecem algumas tentativas, algumas expectativas frustradas, e também, alguns lances de pura sorte, uma feliz coincidência, algo como um presente que cai em nossas mãos. Assim considero o encontro afortunado que tive com o tema desta dissertação: Exposições Provinciais Baianas de 1866 a 1888. Na minha trajetória de estudante de História e nos trabalhos de pesquisa histórica que fiz, tive a oportunidade de ler, estudar e me intrigar com os mais variados tipos de fontes documentais e de leituras históricas. Processos criminais e cíveis, testamentos, inventários, ofícios e correspondências, a todas estas fontes pude ler e questionar, fazendo um longo caminho até ser conquistada de forma definitiva pela temática das Exposições Universais.

O objeto de estudo desta dissertação são as Exposições Provinciais do século XIX, na Bahia, eventos de seleção de produtos destinados às Exposições Nacionais que, posteriormente, poderiam representar a Província da Bahia nas Exposições Universais.

Minha aproximação com o tema das exposições e o mundo dos museus se deu a partir de uma experiência profissional desenvolvida no Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/UFBA) e, depois como membro do Grupo de Pesquisa: Observatório da Museologia Baiana<sup>1</sup>. Através destas experiências entrei em contato com o universo de trabalho do museu e suas questões. A participação no grupo de pesquisa sedimentou meu interesse e, por que não dizer a curiosidade para a história dos museus no Brasil. História que começa desde o período colonial, com a vinda de D. João, e com a coleta de espécimes e artefatos da cultura material que daria uma visão das terras brasileiras e, posteriormente, para a constituição de instituições que se tornaram o fulcro da pesquisa científica (LOPES, 1997) até que, afinados as expectativas de Pedro II, passaram a se voltar para a história pátria construída do ponto de vista oficial.

Da temática mais abrangente das tentativas e estratégias de construção de uma memória nacional, passei a delimitação do período, que foi dado pela emergência das instituições ligadas à história oficial, como os Institutos Históricos, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, os Gabinetes de Curiosidades e, por fim, os Museus. Pelo levantamento destas instituições observei que elas emergiram quase exclusivamente, no

---

<sup>1</sup> FFCH/UFBA/CNPq

mesmo período e contexto, na segunda metade do século XIX, no Segundo Reinado. Estas instituições estavam vinculadas as ambições de D. Pedro II de unificar o país, constituir uma nação civilizada e desenvolvida e mudar a imagem do Brasil no exterior. Desse ponto, através da bibliografia levantada, é que tomei conhecimento das Exposições Universais. Mostras que, para o monarca, se constituíram em palco privilegiado para representar o Brasil com as cores desejadas da civilidade e do desenvolvimento.

A riqueza do assunto me instigou a ler sobre os eventos nacionais, que eram exposições preparatórias destinadas a selecionar os produtos que seriam enviados para as exposições internacionais. Mas, para que ocorressem as exposições nacionais, deveria haver algum procedimento para selecionar acervos nas províncias. Esta estratégia foi estabelecer exposições locais, uma em cada província do Império. Estava aberto o caminho para as coletas provinciais que enviariam de pontos distantes do Império, os mais diversos produtos com destino à cidade do Rio de Janeiro. A capital do Império, centro vital de uma nação em contornos, receberia os objetos coletados para selecioná-los e enviá-los para as metrópoles que sediariam as Exposições Universais.

As exibições contempladas pela dissertação são as provinciais baianas que serviram para selecionar objetos com destino às Exposições Universais. Estas exposições provinciais aconteceram em 1866, 1872, 1875 e 1888. Os eventos nacionais ocorreram nos anos de 1861, 1867, 1873, 1875 e 1888. Entre as nacionais e as baianas foram coletadas documentação sobre a participação baiana em quatro das cinco exposições nacionais. Cada uma destas exposições, tanto nacionais quanto provinciais, foram eventos preparatórios para as Exposições Universais da Inglaterra (1862); França (1867 e 1889); Viena (1873) e Filadélfia (1876). Devemos enfatizar que os eventos estudados são aqueles em que a província da Bahia teve participação comprovada pelo levantamento documental e, todas aquelas situadas no Segundo Reinado.

As Exposições Universais eram assim designadas por ambicionar “*conter todo o universo*” (BARBUY, 1999:18), sendo também conhecidas como “*festas do trabalho*” e Exposições Internacionais (SCHWARCZ, 1998: 385). Nestes eventos, as várias nações do mundo apresentavam-se umas às outras, levando seus principais produtos e inventos para serem vistos em estruturas expositivas majestosas. Estas exposições internacionais



eram palcos onde cada nação participante se ufanava, mostrando artigos produzidos por artistas, intelectuais e artífices.

Para abrigar as exposições, grandes áreas eram ocupadas, parques e edificações gigantescas eram especialmente erigidas, com dezenas de pavilhões, cada um representando um país ou setor de produção econômica. Os objetos expostos eram organizados em categorias como: manufaturas, maquinarias, matérias-primas e belas artes (SCHWARCZ, 1988: 388). Procurava-se, com estes eventos, apresentar ao maior número de visitantes todo conhecimento produzido pelo homem, numa organização própria da noção de linearidade evolutiva do homem e da história. Podia-se observar nessas exposições, na expressão de Foot Hardman, o ‘*exibicionismo burguês*’ fortemente representado (HARDMAN, 1988:49).

Toda a trajetória de elaboração das Exposições Universais, Nacionais e Provinciais demandou esforços e investimentos por vezes gigantescos de seus organizadores. Além de grandes espetáculos, as Exposições Universais foram construtoras de novos conceitos e novas linguagens, eram festas para celebrar o estilo de vida burguês e as facilidades do mundo moderno, uma enorme celebração de otimismo e orgulho pelos novos tempos e por aqueles que viriam.

Modernidade é um dos conceitos chave destas exposições, uma das palavras recorrentes nos lábios dos construtores destes eventos. Uma modernidade que envolvia a domesticação dos corpos, a uniformização de comportamentos, a disciplina sobre os espaços de convívio social (NEVES 1986, SCHWARCZ 1998, PESAVENTO 1997). Ser moderno, nesse sentido, era ser burguês, adotando os modos e hábitos considerados apropriados, civilizados, europeus. Outras palavras recorrentes naqueles que postulavam a favor das exposições eram: congresso, civilização, progresso, educação, enfim, as exposições do século XIX eram mais uma ferramenta de representação e propagadora do discurso civilizador, do que uma simples feira de curiosidades.

O ato de expor evidencia e oculta. Exposição acaba sendo o meio para dar forma a cenários envolventes ou não que, na medida em que há a opção por um objeto ou outro, colocá-los próximos ou distantes, vai construindo uma sintaxe visual. Exposições revelam, explicam, contam algo para alguém e, as exposições do século XIX eram verdadeiros “fenômenos visuais” que narravam as maravilhas do progresso para convencer, instruir e divulgar o espírito da modernidade burguesa européia e norte-americana (BARBUY, 1999, p. 17).

O primeiro livro sobre as Exposições Universais do século XIX com o qual tive contato foi *A Exposição Universal de 1889 em Paris*, de autoria de Heloísa Barbuy (1999). Esta obra analisa a Exposição Universal de Paris realizada em comemoração a Revolução Francesa, como um fenômeno visual e representação materializada da sociedade burguesa, difusora de imagens. Além de fenômeno visual, as exposições tinham em si uma pedagogia, pronta a instruir as massas. Havia um didatismo presente no posicionamento dos elementos expositivos dado na disposição espacial dos pavilhões, onde todos os objetos que estavam dispostos na exposição apregoavam um estilo de vida e definiam novas formas de relação dos homens com o mundo em redor. Ter acesso a este livro em primeiro lugar foi essencial para meu envolvimento com o tema das Exposições.

A exposição francesa de 1889, foi a mais majestosa daquele momento histórico, comemorou um marco de liberdade e a nova sociedade de direitos que surgiu a partir do processo revolucionário. Ideologicamente falando foi a Revolução Francesa que deu plenas condições para que a sociedade burguesa emergisse e se espraiasse pela Europa e fora dela. Dessa leitura percebi a força simbólica das Exposições Universais e seus objetivos de didatismo ideológico, educação cívica das massas e domesticação do lazer urbano. Estes eventos veiculavam discursos de valorização do trabalho operário, de laços de solidariedade entre os povos, fortalecendo a idéia de que, naquele momento, o mundo vivenciava o nascimento de uma sociedade ideal, destinada ao progresso e a construção de uma cultura mundial unificada.

A segunda obra lida para entrar em contato com as Exposições Universais foi o *Trem Fantasma* (1988) de Foot Hardman, neste livro o autor analisa a fracassada construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Esta estrada foi um empreendimento majestoso no meio da selva, que foi impulsionado pelo entusiasmo do homem com suas conquistas técnicas, embalado pela certeza de sucesso frente à natureza selvagem e intocada da Amazônia. Num dos capítulos o autor constrói a relação do projeto de construção da estrada de ferro com as Exposições Universais, do ponto de vista que, os dois acontecimentos defendiam um mesmo discurso e eram, para ele, mais um elemento que mostrava que o mundo passava pela ilusão do progresso ao alcance de todos. Na sua avaliação esses eventos internacionais eram espetáculos elaborados para apresentar ao mundo o “*transe lúdico do fetiche-mercadoria*” (HARDMAN, 1988:50), inaugurando uma era de consumo criada a partir de necessidades novas e da cultura de

massa. As exposições majestosas davam materialidade para a ideologia burguesa e eram a própria representação do discurso burguês, relacionados com a euforia causada pelo orgulho tecnológico da época<sup>2</sup>. A modernidade industrial tinha então relações com a paisagem e o trabalho, mudando os espaços de convívio social, causando impactos psicossociais, marcas da violência neo-colonial com a destruição de culturas preexistentes.

Da leitura de F. Hardman percebe-se as Exposições como um sintoma, como mais um sinal da euforia mistificadora que a sociedade do período produziu e, que o espetáculo dos eventos internacionais procurou legitimar. Os discursos dos organizadores mostram bem esta euforia, havia uma expectativa, uma fé geral na melhoria da humanidade e na criação de uma sociedade unificada. Não deixando de esclarecer que a sociedade proposta tinha seus limites, seus espaços eram bem delimitados, os convívios e os papéis bem postos. Aquelas nações ou povos considerados fora do eixo civilizado estavam destinados a participar como coadjuvantes do processo.

O surgimento e sucesso da fotografia no século XIX e sua relação com as Exposições Universais foi o assunto da obra de Maria Inez Turazzi no livro *Poses e Trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo* (1995). A autora inicia sua discussão conceituando exposição como evento de imagens textuais ou imagéticas de quaisquer tipos para influir num espectador (BELCHER; 1991, 51), uma forma de convencimento do público que a contempla. Seduzir, fascinar e convencer eram ações chaves das Exposições Universais e da fotografia em seus primeiros passos. A fotografia e as exposições convergiam nos objetivos e tiveram rápido sucesso pela euforia que criavam. Além disto, exposições universais e fotografias criavam um efeito mágico, uma ilusão de realidade que seduzia seus espectadores. A fotografia, no século XIX, tinha o status de belas-artes e de ciência, arte na medida em que podia ser expressão fantasiosa da realidade, pela criação de cenários e figurinos para as fotos e, ciência por ter em si a ilusão da reprodução fiel da realidade. Observando em paralelo,

---

<sup>2</sup> Um dos episódios marcantes dessa euforia no Brasil foi a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré com o objetivo de integrar a Amazônia ao comércio da borracha. A intenção era estabelecer a ligação entre as regiões produtoras do látex, nas proximidades dos rios Madeira, Mamoré, Guaporé e Beni (esse último na Bolívia). As primeiras tentativas de construção da ferrovia datam da segunda metade do século XIX, mas só começaram a partir de 1907. Entre 1907-1912, período da construção da ferrovia cerca de 30.000 trabalhadores de várias partes do mundo foram engajados, dos quais aproximadamente 6.000 faleceram no local. (<http://www.mp.usp.br/mamore.htm>)(Coletado em 09.2007).

exposições e fotografia, construíam um discurso sobre as imagens que produziam, eram, portanto, um testemunho material da sociedade burguesa européia. No Brasil, a fotografia se aliou ao espetáculo das Exposições mostrando as riquezas naturais do país e fazendo a propaganda da nação promissora que era o Império de Pedro II. O país enviava fotografias com panorâmicas das capitais das províncias, fotografias de índios, sertanejos e negros tipicamente trajados, imagens com o objetivo de fascinar os estrangeiros mostrando a riqueza natural e variedade humana do Império.

Em outra obra, *As Barbas do Imperador* de Lilia Schwarcz (1998), as Exposições Internacionais são abordadas a partir da relação direta com a política imperial, destacando D. Pedro II, e a manutenção do poder a partir da estratégia de construção de uma imagem-discurso. As Exposições Universais, para a autora, foram o palco ideal para que o imperador, como um hábil manipulador de signos, estabelecesse uma imagem mais *progredda* para seu país que era mais conhecido pela escravidão, pelo percentual negro de sua população e a riqueza da sua natureza. O desejo de colocar o Brasil no circuito das nações civilizadas e conseguir estabelecer um diálogo com cientistas e pensadores de diversas áreas e solucionar o que se pensava ser o problema racial brasileiro virou uma obsessão para o Imperador, sendo as Exposições Universais um meio de realizar seu propósito.

Em Sandra Jatahy Pesavento - *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX (1997)* -, são analisadas as Exposições Universais de Londres do ano de 1851, Londres de 1862, Paris de 1867, Viena de 1873, Filadélfia de 1876, Paris de 1889 e Chicago de 1893. A autora caracteriza estas exposições por suas peculiaridades e analisa a atuação brasileira em cada uma delas. Uma das principais questões presentes no livro é a da modernidade brasileira no século XIX. Como a monarquia de um país escravista poderia pleitear um lugar entre as nações de governos representativos e capitalistas? Como, na Exposição de 1893, a nascente república brasileira poderia rivalizar com regimes representativos mais antigos? Este é o dilema que envolve a participação do Brasil nas Exposições Universais sobre o qual a autora se debruça, para compreender a importância simbólica destes eventos internacionais.

Margarida de Souza Neves, na obra *Vitrines do Progresso* (1986) utiliza das Exposições Universais dos séculos XIX e XX como pano de fundo, para analisar a modernidade e o universo do trabalho no Brasil, enfocando mais detidamente a cidade do Rio de Janeiro, sua urbanização e a nova civilidade da sociedade moderna, a higiene

dos corpos e das ruas. As Exposições Universais do século XIX são vistas, por Souza Neves, como arenas pacíficas onde se confrontam a arte, a técnica e a criatividade dos países sede e convidados. Para além de mostras de técnica e arte, as Universais são espaços novos de lazer, tipicamente urbanos, numa mistura de divertimento e instrução, uma das estratégias para o controle das massas. No Brasil, as Exposições Nacionais de 1908 e 1922, são vistas como festas de patriotismo, comemorações republicanas e modernas. Diferente das exposições nacionais do Império, as exposições republicanas foram, digamos, universais brasileiras, dedicadas ao público nacional. A exposição de 1908 comemorou o centenário da chegada da família Real Portuguesa e a abertura dos portos às nações amigas e, todas as implicações vindas destes acontecimentos. A própria nação brasileira nasceu a partir desta data, deixando a terra de ser colônia e passando à sede do governo. E a de 1922, comemorativa do centenário da independência, primeiro centenário do Brasil como nação soberana. Ambas ocorreram na capital da República, o Rio de Janeiro.

A obra de Thais Rezende da Silva Santana analisa, *A Exposição Internacional do Centenário da Independência: modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920*, a exposição de 1922, considerando-a a primeira exposição internacional brasileira, e observa o impacto desta mostra para o projeto de modernidade do Brasil.

Pesquisando as publicações sobre os eventos provinciais no Brasil notei que, ao contrário das exposições internacionais, há poucos trabalhos sobre eventos nacionais e os ocorridos nas províncias. Na bibliografia levantada para esta dissertação foram apenas encontrados os seguintes trabalhos que contemplam eventos provinciais: *O Brasil nas Exposições Universais (1862 a 1911): mineração, negócios e publicações* de Paulo Mesquita Santos; e de Alda Lúcia Heizer, *Observar o céu e medir a Terra. Instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889*. Estes trabalhos não contemplam especificamente os eventos provinciais, mas, sim o quadro geral de atuação das províncias. No trabalho de Paulo Mesquita Santos é focada a Escola de Minas de Ouro Preto e sua colaboração nas exposições universais, com a hipótese de que os eventos internacionais auxiliaram na introdução de novas técnicas na atividade mineradora nacional, além auxiliar no surgimento de novos negócios. O trabalho de Alda Heizer trata da seleção de instrumentos científicos para serem expostos nas Exposições Universais, a autora foca sua discussão no Alt-Azimut, um instrumento astronômico que foi levado à Exposição Universal de Paris em 1889.

Apesar de debruçarem sobre as produções locais, da província de Minas Gerais e do Imperial Observatório do Rio de Janeiro, estes trabalhos focaram suas análises em setores específicos das exposições, estudando a mineração e a ciência levadas aos eventos internacionais. O percurso de elaboração das exposições provinciais, por essa característica dos trabalhos, não foram observadas.

Os trabalhos publicados sobre as Exposições do século XIX abrem a discussão a respeito dos eventos Internacionais e Nacionais. Existe, não obstante, uma lacuna no estudo das exposições provinciais a exceção da recente dissertação de Paulo Coelho Mesquita Santos (*O Brasil nas Exposições Universais (1862 a 1911): mineração, negócios e publicações*. Instituto de Geociências, PPG em Ensino e História das Ciências da Terra, UNICAMP, 2009), que teve com objetivo estudar o envio de minerais do Brasil como parte dos esforços para recuperar e incrementar a atividade mineral no Brasil. Do mesmo autor e com enfoque similar na história das ciências no Brasil ele publicou os artigos *A Escola de Minas de Ouro Preto e a Província de Minas Gerais nas Exposições Universais do final do século XIX e início do século XX*<sup>3</sup>; com a co-autoria de Adilson Rodrigues da Costa - *A Escola de Minas de Ouro Preto e as “Seções de Geologia” do Brasil nas Exposições Universais*<sup>4</sup> -. Na mesma linha de preocupações apresentou a comunicação *Os periódicos Revista Industrial de Minas Geraes e Brazilian Engineering and Mining Review e a participação do Brasil nas Exposições Universais de Santiago (1894) e Saint Louis (1904)*<sup>5</sup> em co-autoria da prof.<sup>a</sup> Maria Margaret Lopes.

Depois do levantamento bibliográfico preliminar, passei a pesquisa da documentação histórica.

Primeiramente, levantei o que foi possível nos principais arquivos históricos de Salvador: Arquivo Público do Estado da Bahia; Biblioteca Pública dos Barris; Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e, Arquivo Municipal de Salvador. No Arquivo do Estado da Bahia iniciei o levantamento da documentação com referências diretas a esse tema. Neste Arquivo a documentação está organizada por período histórico (Colonial e Provincial. Republicana), secretaria (de Segurança; Educação e Saúde, Viação e Obras Públicas) e, poder (Legislativo e Judiciário). Além de ter uma seção com microfilmes, biblioteca, fotos na seção Arquivos Privados. Na seção colonial, 1ª parte, maço 1568 –

---

<sup>3</sup> [http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h11\\_3.pdf](http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab/h11_3.pdf).

<sup>4</sup> <http://www.scielo.br/pdf/rem/v59n3/v59n3a16.pdf>

<sup>5</sup> <http://www.anpuhsp.org.br/downloads/>

comissão de exposição da Bahia; maço 1587 – comissões de governo/Comissões de exposição (1873-1878), encontramos as primeiras fontes diretamente relacionadas com o tema: correspondências, ofícios, listas de premiação de expositores que deixam transparecer as etapas e uma certa rotina dos eventos nacionais e provinciais, assim como os nomes dos envolvidos no processo. Além deste maço foram localizados maços na Seção Colonial e Provincial contendo documentos relativos a correspondências da Presidência da Provincial com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, correspondências trocadas com o Gabinete de História Natural, foram localizadas fontes que referem às cidades do interior baiano que colaboraram com as exposições provinciais.

Foram pesquisadas também Atas da Assembléia Legislativa Provincial para identificar se houve discussões sobre as exposições; Relatórios da Presidência da Província que eram publicados anualmente com todas as informações relativas aos principais acontecimentos políticos do ano e as providências e as verbas aplicadas no governo da província; Correspondências de Consulados dos países sede das Exposições Universais para observar a comunicação entre estes países, o Brasil e a Bahia.

Outras fontes localizadas foram os **catálogos** como o da Exposição Baiana de 1875, e a provincial de 1872; o *Catalogue of the brazilian section, 1876*. Internacional Exhibition Hallowel; *O império do Brasil na exposição Universal de 1867, em Paris*; o *Catálogo dos objectos enviados para a Exposição Universal de Paris em 1867*; o **relatório** (*Relatório sobre a exposição Universal da Philadelphia em 1876* de José Saldanha da Gama); **informativos** (*Estado da Bahia: notícia e informações: publicação para a Exposição Nacional de 1908*. Bahia: Typographia Bahiana, 1908; *Exposição Nacional: notas e observações* de Rosendo Moniz Barreto, 1876); os **guias** (*GUIDE Illustré de L'Exposition Universelle 1889*. Paris), e **livros** (*O IMPERIO do Brazil na Exposição Universal de 1873 em Viena d'Austria*; *O IMPERIO do Brazil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia*; *Exposição Nacional Brasileira de 1875*). Todas estas publicações forneceram informações sobre o andamento das Exposições Universais, Nacionais e Provinciais. Com estas fontes foi possível ter em mãos dados e números sobre a visitação, discursos de abertura dos eventos, personalidades presentes aos certames, produtos selecionados, categorias de classificação, critérios de seleção dos produtos e, inclusive informes sobre premiações dos expositores.

Na biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) foram levantados livros sobre Pedro II, seu governo e suas estratégias para estabelecer uma História Oficial para o país. No levantamento das revistas do Instituto Histórico Baiano, surpreendentemente, não foram localizados artigos sobre as exposições baianas, mas, foram encontrados artigos sobre: a história natural na Bahia de Oliverio M. de Oliveira Pinto, com o título- *Sobre a posição da Bahia na fase pioneira da investigação naturalista*; sobre o Gabinete de História Natural, da autoria de Eduardo Franca - *Gabinete de História Natural da Bahia*; sobre a escrita da história na revista do instituto brasileiro - *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil* e, sobre a participação do país na Exposição Universal de Chicago- *O Brasil na exposição de Chicago: 400 anos da Descoberta da América*.

Com a bibliografia sobre Pedro II e o período imperial pudemos observar a importância e papel das exposições internacionais no projeto de elaboração de uma nação brasileira e a representação interna e externa pretendida pelo Imperador. No estudo do Gabinete de História Natural da Bahia e da História Natural no Brasil, podemos perceber que os novos ventos que sopravam nos estudos da vida animal e do homem chegavam ao Brasil, e se adaptavam à realidade brasileira e baiana.

As ausências e silêncios que vão ser sentidos nesta dissertação são referentes às fontes iconográficas e jornalísticas. Nos arquivos históricos de Salvador consultados para este trabalho não foram localizadas fotos, cartazes ou postais, muito comuns no século XIX, sobre as Exposições, fossem Universais, Nacionais ou Provinciais. Nenhum impresso de divulgação pôde ser localizado, nem imagens sobre as Exposições Nacionais ou Baianas. Nas fontes e publicações pesquisadas sobre as Exposições Universais são localizadas muitas imagens dos eventos, seja em folhetos, nos artigos de jornais, livros, cartazes, gravuras ou nos postais; o mesmo não ocorre para a Bahia. A Exposição Universal de Paris, em 1889, por exemplo, foi aquela que fez uso maciço de recursos imagéticos, publicando muitas gravuras e fotografias das seções, pavilhões e panorâmicas da área da exposição. Nas exposições do Brasil, foram localizadas imagens da Exposição Nacional de 1908 no catálogo e material de divulgação, sendo que, sobre as ocorridas no século XIX não localizamos imagens de pavilhões ou dos produtos. Nos catálogos desse período não havia imagens fotográficas ou desenhos; esse documento se compunha de uma relação dos produtos em categorias de



classificação dadas pelas Comissões de Exposição Internacionais. Além da inexistência de imagens nestas fontes, a pesquisa em jornais também sofreu reverses.

A investigação de jornais baianos do século XIX não rendeu resultados. Para levantar estas fontes foram pesquisados os Arquivos do Estado da Bahia, o Arquivo Municipal de Salvador, a Biblioteca do Estado da Bahia, a hemeroteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e o Centro de Digitalização de Documentos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (CEDIG). Os jornais dos anos das exposições baianas encontravam-se fora de uso, impossibilitados de serem pesquisados ou os anos requisitados alternados, sem coincidir com as datas de abertura e ocorrência dos eventos.

As informações sobre o andamento das exposições nacionais e provinciais foram dadas pelos relatórios ou por cronistas que publicaram em livros os seus artigos, como os do jornalista J. B. Cunha, que publicou artigos para o jornal O Globo, sobre a Exposição Nacional de 1875, que depois foram compilados e publicados em livro. Os textos descrevem o evento desde a inauguração da Exposição, passando pelo local da exposição e descrição dos produtos das províncias do Paraná, Goiás, Mato Grosso e de Santa Catarina, sendo que, a Bahia não está citada neste documento.

O que instiga no tema – Exposições Provinciais na Bahia – é o grande esforço empreendido para colaborar com o projeto imperial. Surpreendem a diversidade do perfil das pessoas envolvidas, que inclui desde burocratas, donos de indústrias, artistas, funcionários públicos e mulheres; investimento material empregado; os produtos selecionados. As fontes abriram um ‘quebra-cabeça’, mostraram as grandes possibilidades do assunto, a variedade de vieses analíticos que poderiam ser tomados. A partir da pesquisa documental foram se definindo perspectivas cujos resultados que são aqui apresentados, e espero, ajudem a compreender o empenho da Província da Bahia em se engajar nesses certames da modernidade.

Embora o objeto deste trabalho sejam as exposições baianas organizadas durante o Império – mais precisamente entre os anos de 1866 e 1888 – entendo que elas são um elemento a ser incorporado nos estudos históricos sociais e culturais sobre a modernidade no Brasil e na Bahia no século XIX. Estas exposições são informativas sobre detalhes de organização, de articulação com o interior da província da Bahia e com o Rio de Janeiro e, em certa medida, com países no exterior. Isso nos traz, justamente por esses aspectos, o comportamento da sociedade baiana frente a esse fato

cultural que eram as exposições internacionais. A província da Bahia também quis cuidar de sua imagem, e através de representantes escolhidos foi sendo elaborado um particular discurso de civilidade para mostrar sua face mais progredida junto à capital do Império. Daí a pergunta: o quanto estaria esse discurso alinhado aos ideais burgueses em voga no período?

Nosso objetivo, portanto, foi investigar e analisar as contribuições das Exposições Provinciais da Bahia para as Exposições Nacionais reconstruindo o perfil daquelas exposições entre 1866 e 1888 e, nos específicos procurei reconstituir as exposições provinciais baianas em seus aspectos formativos (administração, produtos e manufaturas), além do papel que cumpriram perante as exposições nacionais e para projeto de Nação Brasileira.

Regra geral, segui o pensamento de Roger Chartier ao dizer que as lutas de representação são tão importantes quanto as econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor a partir da sua concepção de mundo social, os valores e seu domínio (CHARTIER; 2002, 17). Entende-se a importância em singularizar a participação das exposições provinciais baianas tendo como referências suas próprias particularidades para o quadro regional de acontecimentos. Como expressa H. Barbuy, na “(...) óptica da micro-história, não se negam necessariamente as conclusões mais gerais já estabelecidas, mas se acrescentam nuances enriquecedoras e significativas do processo cultural envolvido.” (BARBUY; 2006, 226).

A dissertação está composta em três capítulos. No primeiro capítulo “Exposições Universais: o discurso tornado objeto na Bahia” o objetivo é dar um panorama sobre as exposições internacionais com ênfase nos aspectos ideológicos, nas noções de progresso, educação e sociedade que foram veiculados por estes eventos. Observou-se também a peculiaridade de cada uma das Exposições Universais, com suas características discursivas próprias, pois, cada uma delas teve sua construção de discurso singular, diferente das demais. Além disto, procuro observar e evidenciar como estas idéias/conceitos foram apropriados pelas Comissões de Exposição Nacionais e Baianas. Neste capítulo foram analisados mais detidamente discursos gerados pelos articuladores destes eventos baianos, sendo a chave de entendimento desta ideologia a noção de modernidade burguesa européia.

No segundo capítulo - Da Bahia para o mundo: os mecanismos de articulação das Exposições Provinciais -, analiso a exposição provincial baiana preparatória para a Exposição Internacional de Viena de 1873. Neste capítulo se apresenta todo o percurso de elaboração, montagem e abertura de uma exposição provincial. Ressalto os procedimentos e a estrutura que foi se formando (as articulações) que deram operacionalidade as exposições provinciais baianas para alcançar resultados. Neste tópico ficam evidentes os esforços empreendidos para levar á frente uma exposição desta magnitude e a força simbólica deste certame.

No terceiro capítulo são apresentadas as questões sobre as classificações dos produtos selecionados para as Exposições Universais. As classificações foram um dos efeitos principais das Exposições Universais. Classificação é um reflexo da matriz ideológica que cerca estes eventos, e foi um tema de debate entre as nações-sede. Procuro entender qual teria sido a efetiva relação entre o que era regra ser apresentado na Exposição Universal e quais as reais possibilidades do Império e da província da Bahia de atender ao apelo da Modernidade e ter uma boa participação nas ditas Festas do Trabalho do século XIX.

## Capítulo 1 – Exposições Universais: o discurso tornado objeto na Bahia

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculo. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se representação.

DEBORD, 1997; 13

Da formulação de Guy Debord sobre a Sociedade do Espetáculo, que surge a partir da ascensão burguesa, partiremos para a leitura das Exposições Universais e dos postulados presentes nestes eventos. A partir do conceito de exposição de Marília Cury observaremos estas grandes festas do século XIX, analisando o discurso veiculado por estes eventos e aqueles transplantados para o Brasil e para a província da Bahia.

Para Debord, a sociedade do espetáculo se caracteriza pela supremacia do discurso sobre o real, da necessidade criada pela necessidade concreta, enfim, o espetáculo é a própria sociedade ou uma parte dela usada como instrumento de unificação (DEBORD, 1997; 14). A Exposição Universal, para nós, é parte da sociedade do espetáculo, um dos seus elementos de unificação, um forte componente discursivo, na medida em que manipulou aspectos de uma realidade e, apresentou uma versão da mesma, cuja aceitação ou não ficaria a cargo dos receptores daquele discurso.

Segundo Marília Xavier Cury, as exposições no geral são concebidas visando à experiência do público, elas são feitas para comunicar algo e oferecer ao visitante uma experiência através do acervo selecionado (CURY, 2006; 42). O ato de expor tem em si duas características essenciais: ele comunica algo e, através disso, estabelece uma relação com o visitante; e defende uma idéia e uma visão de mundo, por isso, são pura materialização de discurso. Nas palavras de Michel Foucault, o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT; 1996, 10). O poder que é cobijado pelas Exposições é o de ser a representação mais contundente da sociedade burguesa. Sendo, a finalidade maior dos certames a de veicular a propaganda positiva de governos e instituições, com a ideologia do progresso ao alcance de todos, refletida pela apresentação de acervos dos países participantes didaticamente distribuídos, constituindo papéis e lugares sociais. A Exposição Universal era, nesse

sentido, ideologia materializada, procurava convencer e legitimar um modelo de sociedade e um estilo de vida, tornando o espetáculo uma necessidade e a necessidade uma porta para o consumo.

Quaisquer exposições e, em especial as Universais, são modelos de mundo materialmente construídos e visualmente apreensíveis. Um veículo de instrução das massas, de propaganda da sociedade da qual era fruto (BARBUY; 1999, 17). Cada uma das Exposições Universais era um espetáculo majestoso da ideologia burguesa do progresso. Segundo Margarida Souza Neves, as Exposições Universais eram Arenas Pacíficas onde os países participantes dos eventos competiam entre si para mostrar suas faces progressistas e civilizadas. Além disso, eram espaços de lazer eminentemente didáticos e, surgem contemporaneamente a outros espaços de lazer urbano, como os parques de diversões, jardins botânicos e passeios públicos. Estes novos espaços de lazer e convivência tiveram por objetivo criar uma ‘disciplina do divertimento’, um controle sobre os corpos das multidões (NEVES; 1986, 23-26). Podia-se observar nessas exposições, na expressão de Foot Hardman, o ‘*exibicionismo burguês*’ fortemente representado (HARDMAN, 1988:49).

Para compreender a força e fascínio das Exposições Universais, é preciso observar o contexto do momento e a riqueza das novas experiências. Modernidade era a palavra de ordem, aqueles que representavam social e politicamente a sociedade européia e suas sociedades satélites usavam com frequência esse termo, como promessa para os países periféricos e realidade para as nações prósperas da Europa. A modernidade como experiência histórica se caracterizou pela postura dialética de celebração/combate ante as transformações materiais e mentais de um mundo que se convertia rapidamente á imagem e semelhança da burguesia quanto pela crescente afirmação das potencialidades da razão no controle da natureza (PESAVENTO; 1997, 14). Havia realmente uma nova fé conduzindo a atuação de líderes e de intelectuais, norteando seus discursos, a fé na capacidade humana no controle de seu destino.

A modernidade se vislumbrava pelas novas idéias em voga e, por uma série de inventos que mudaram o ritmo das capitais do mundo na segunda metade do século XIX. O deslumbramento com as novas tecnologias: o transporte ferroviário que deslocava mais rapidamente homens e mercadorias, o telefone que revolucionou as comunicações nas cidades e, a fotografia que registrava imagens com velocidade e precisão, o debate em torno das raças e sociedades humanas, o racismo científico, o

evolucionismo. Toda essa carga de novas técnicas e novos conceitos fascinava o homem e criava um otimismo na capacidade de superação humana. Em decorrência destas características, o século XIX foi entendido como o século da rapidez. Todas essas invenções podem ser consideradas marcos da nova cultura da velocidade e da linguagem visual próprios do período. Da visualidade e grandiosidade destes tempos, as Exposições Universais encontram seu ponto culminante na exposição de Paris em 1889, é neste evento que recursos recentemente inventados e ainda pouco explorados, como a fotografia e as exposições retrospectivas<sup>6</sup> (BARBUY; 1999, 52-53), e o realismo dos cenários montados nos pavilhões se aliam para contar uma versão da história<sup>7</sup>.

Foi um momento bem peculiar em que houve um movimento de leitura da humanidade usando como parâmetro comparativo a natureza e suas diversas formas de vida. Existiu a necessidade de compartimentar o conhecimento, criar categorias de classificação para tudo, inclusive para o homem e suas estruturas sociais<sup>8</sup>. Em todo este contexto, as Exposições Universais entram como palco de representação para este discurso, um espaço para a circulação destas idéias em escala internacional (PESAVENTO; 1997, 15). Pode-se mesmo afirmar que as Exposições Internacionais criaram uma maneira nova de apresentar o mundo, nunca antes a linguagem visual foi utilizada com tanto êxito quanto na ocasião destes mega eventos.

---

<sup>6</sup> Na Exposição Universal de Paris de 1889, foram realizadas exposições retrospectivas do trabalho e das ciências antropológicas; exposição retrospectiva da habitação humana. Estas exposições apresentavam estes temas a partir do sentido de história linear, numa perspectiva evolucionista das técnicas e da ciência, sendo a intenção mais direta destas exposições a instrução das massas, através de fortes recursos visuais (BARBUY, 1999).

<sup>7</sup> É através do trabalho de Heloísa Barbuy, sobre a Exposição Universal de Paris em 1889, que podemos vislumbrar a força da linguagem visual nas Exposições. Assim como, percebemos através das técnicas expográficas utilizadas no evento a tentativa de instruir, divertir e doutrinar as massas que tinham acesso as ditas Festas do Trabalho. A construção de panorâmicas sobre a história do homem que tinham como objetivo mostrar aos espectadores uma versão da história, informando sobre a vida moderna e os comportamentos aceitáveis para ser parte dela. Havia pavilhões dedicados à evolução do trabalho e das técnicas construtivas: com a exposição retrospectiva do trabalho e a exposição retrospectiva da habitação humana, além de exposições sobre higiene, sobre a cidade de Paris

<sup>8</sup> Neste momento, na discussão em torno das raças humanas e seu lugar na nova sociedade burguesa, se contrapõem as correntes do pensamento monogenista e poligenista. A primeira corrente teórica defendendo uma origem comum a todos os homens, um Adão do qual toda a Humanidade descendia, uma origem comum que permitia que a evolução pretendida pudesse vir em ritmo desigual, mas, inevitável para todos. Por outro lado, no poligenismo era defendida a idéia de que os homens teriam origens diversas. Várias raças, de diferentes origens e diferentes graus evolucionários. Sendo assim, a evolução não seria linear e inevitável, mas haveriam raças mais bem sucedidas que outras. Inaugura-se então a noção da diferença. Na desigualdade existe a possibilidade de evolução; na diferença estes desníveis 'evolutivos' são insuperáveis, uma vez que são limites impostos pela biologia destas populações (SCHWARCZ, 1993; 49). A corrente de pensamento prevalente foi a poligênica, o que justificava o colonialismo e a intervenção do europeu em sociedades que consideravam pouco evoluídas.

A antropologia<sup>9</sup> surgiu como mais um dos alicerces discursivos sobre os lugares e papéis dos homens e países periféricos. Nos estudos produzidos durante a segunda metade do século XIX, foram elaboradas as bases ideológicas que sustentaram o neocolonialismo e deram forma, também, as imagens discursivas que eram recurso máximo das Exposições Internacionais. Todo expediente criado com o objetivo de enaltecer o fetiche em torno da mercadoria, celebrar o sucesso burguês, inclusive a cenografia aplicada às Exposições, seguia todo expediente e a lógica do enciclopedismo, do darwinismo social e da noção de linearidade da história. Instituições e saberes. Museus<sup>10</sup>, exposições universais, história natural e a antropologia estavam imbricadas, alinhadas na missão de explicar o homem para o homem, tomando algumas sociedades como objeto de estudo e reflexão. Enquanto os museus do século XIX eram os guardiões dos vestígios físicos de coletividades ditas primitivas ou pouco conhecidas, as exposições universais tomaram para si a missão de apresentar de forma resumida um projeto de sociedade universal, planejada, onde não caberiam comunidades e indivíduos atrasados.

Eram também aspectos marcantes destas Exposições: o Universalismo, o Enciclopedismo e o Didatismo designavam estes eventos de Universais, por serem espaços de síntese das transformações por que passava a sociedade capitalista do período e pelo caráter de economia universal/mundial pretendido pelo sistema industrial (TURAZZI; 1995, 27). Pela síntese que pretendiam, construída pela apresentação expográfica estas Exposições elaboravam discursos etnocêntricos, estabeleciam ou reforçavam estereótipos e reduziam a complexidade das sociedades participantes à esfera da representação materialmente construída. O mundo todo não estava representado nestes eventos, mas, um resumo ou esboço da humanidade que se almejava. Alinhado ao Universalismo, estas Exposições, necessitavam mesmo aplicar o

---

<sup>9</sup> A antropologia, ciência de estudo do homem, surgiu alicerçada pelo poligenismo e apoiando a política neocolonial. Ela se detinha na análise biológica do comportamento humano, sendo um ramo das ciências naturais.

<sup>10</sup> As primeiras coleções que deram origem aos primeiros museus etnográficos foram colhidas em Gabinetes de Curiosidades com os contatos efetuados em viagens a partir do século XV, todo um novo universo de saber se abre para o mundo europeu. A proliferação dos museus de História Natural na Europa a partir do século XVIII tem, portanto, suas raízes na História Natural e corporifica sua consolidação como ciência moderna emergente (LOPES; 1995, 15). Primeiramente, os museus surgiram como guardiões de materiais diversos de sociedades as mais variadas e de diferentes origens do Globo, porém, gradativamente, estas instituições vão adquirindo sua feição de instituições antropológicas, estabelecendo corpos de funcionários especializados e incentivando pesquisas em campo.

Enciclopédismo como linguagem de seus certames, ele servia como modo de apresentar panoramicamente o mundo aos visitantes das exposições. Explicações muito específicas, muitas vezes não eram necessárias, mas, uma apresentação forte, com imagens marcantes e mensagens diretas, cumpriam a missão enciclopédica, colocavam signo e significado lado a lado permitindo uma associação direta e imediata da idéia que se desejava passar. O terceiro aspecto e, podemos dizer, recurso de forte apelo ideológico das Exposições aqui estudadas é o Didatismo que se traduzia em exibições auto-explicativas, visualmente comunicativas de valores e conceitos. Estas exposições procuravam divulgar comparativamente o que consideravam ser as ‘idades do homem’, as fases por que passou a humanidade e que culminou na sociedade burguesa de então. Ao tempo em que eram mostras muito complexas e diversificadas sobre a produção, costumes e valores da sociedade burguesa do século XIX, as exposições enfocadas por este trabalho, eram projetos de um princípio educativo-doutrinário, propaganda de uma sociedade cuja visão de mundo se desejava difundir (BARBUY, 1999; 17).

Para Volker Barth (2008) que analisa a Exposição Universal de 1867 em Paris pela via da micro-história, esses eventos não representavam uma realidade externa, mas, sim, tinham a capacidade de criá-la. O autor advoga que mesmo ainda que houvesse uma preparação de arranjos no espaço por parte dos organizadores, os visitantes geravam “imagens mentais” de acordo com suas motivações individuais e hedonísticas, sendo assim, embora houvesse um projeto de organização muito lhes escapava. A exposição é fixa, a interpretação é livre. Do ponto de vista da distribuição espacial da própria exposição, que não era acidental, preparava-se uma estrutura tal como se fosse uma concepção global do mundo, o que significa que havia uma específica visão ideológica desse mundo. A imagem de mundo, no entanto, não era para que fosse comparada, mas, sim para criar uma reconstrução ancorada no reconhecimento das descobertas científicas da civilização humana com a ajuda de especialistas de todos os campos, o que daria a comprovação de veracidade para os objetos ali apresentados; os organizadores viam-se como agentes para concretizar tal tarefa (GREENHALGH apud BARTH, op.cit.:23).

Esse mesmo autor ressalta a importância de se pensar essas exposições como micro estruturas gerando modelos de funcionamento desdobrados em múltiplas estruturas semânticas para serem vistas simultaneamente, constituindo uma ambiência para que se ‘vivesse’ a experiência da exposição dentro do seu recinto. Com fortíssima



capacidade de condensar, sintetizar e abstrair o espaço e o tempo num só lugar as exposições modelavam algo como uma concretude de mundo deixando pouca margem para que o visse de outra maneira. Para esse visitante, sem brechas para encontrar modelos alternativos, a intenção comparativa remetia-se a outra exposição e não ao mundo fora dela. Estava criado um mundo harmonioso e excludente, atrativo e atraente, um espetáculo e entretenimento para as massas para quem era apresentado não um mundo em mutação, mas, como um princípio governado pelo ideal de progresso que demandava o ordenamento razão para as classificações, positivistas em essência, articuladoras de sistemas de natureza filosófica, enciclopédicos, abraçando totalidades para abarcar tudo o que fosse “peculiar a atividade humana” (BARTH, *idem*: 23-24).

Barth conclui que a exposição arquitetada por um grupo de especialistas, e não pela visão individual de alguém, daria a transmitir uma imagem “verdadeira e válida” de um mundo imaginado ou, então, selecionado (BARTH, *op.cit.*:23). Barth e Barbuy discordam na questão do discurso comparativo das Exposições, válido para Barbuy, principalmente na Exposição de 1889 e, na realidade manipulada que, na análise da autora, é representação, e era criada com vistas a defender uma idéia, não que fosse realidade, mas, realismo travestido de real. E nestes termos, realismo pode ser a projeção de uma realidade desejada e, não a imitação perfeita da mesma (BARBUY, 1999, 49-51).

As Exposições Universais, segundo Margarida Neves, constituíam ‘arenas pacíficas’ em que o engenho e a arte deveriam substituir o poder das armas, no moderno embate pela preeminência mundial. *Os centrismos* agora se voltam para o homem, ou seja, o centro das discussões e preocupações é a humanidade em suas variadas formas de viver e se organizar sendo o modelo ideal da sociedade o homem burguês, europeu e civilizado. Fora do arquétipo europeu de civilização, estavam os homens que deveriam se adaptar a este padrão de sociedade. A submissão, mesmo que pela força de armas, de povos não civilizados era assim justificada. O princípio que orientava as Exposições era o binômio progresso-civilização, sendo assim, a anexação de novos territórios coloniais às potências modernas era necessário á evolução mental e material dos povos periféricos (NEVES; 1981, 30). Dominar para civilizar não era contraditório, dentro da idéia de que a história era linear e que todos os povos tinham a possibilidade de alcançar a realidade social burguesa.

### **1.1 Exposições Universais ou Internacionais: faces diferentes de um mesmo projeto**

Quando foi aberta a primeira das Exposições qualificadas como Universais, a exposição inglesa, em 1º de maio de 1851, no Hyde Park, centro de Londres, se pretendia uma grande comemoração, um congresso entre nações. Congresso, no sentido de troca e estabelecimento de relações sejam elas diplomáticas ou comerciais, o grande objetivo era realizar a unificação dos povos, fazer com que a prosperidade estivesse ao alcance de todos. “A Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações”, como foi batizada, contou com o patrocínio e empenho do Príncipe Alberto, consorte da Rainha Vitória, mostrando que a monarquia inglesa desejava o sucesso do certame, e queria o Império Britânico representado nas vivas cores do desenvolvimento. Além do casal real, a exposição contou com a colaboração da poderosa burguesia industrial da Inglaterra, que colaborou com cifras altas e trabalho.

O progresso material aproximava os Estados e povos e o princípio da divisão do trabalho era visto como uma forma de unificação. O trabalho industrial era apresentado como a fase superior do gênio humano e era certo o advento da sociedade do bem-estar. A Inglaterra era defensora do liberalismo econômico, do livre-cambismo e, da necessidade de abolir formas primitivas e selvagens de exploração do trabalho humano, como a escravidão (PESAVENTO;1997,77). A meritocracia estava em moda, aquele que fosse capaz alcançaria os céus da riqueza e da fama, admirado pelos seus iguais e invejado pelos medíocres. O mito do *self-made man* cristalizou-se através de uma personagem que encarnou este ideal, o criador do Crystal Palace, o Duque de Devonshire, John Paxton, que apesar da origem humilde, venceu com o projeto do edifício e virou uma personalidade notória e admirada por sua criatividade. É claro que existiram crises ocorrendo em paralelo a este clima de conagraçamento, não podemos ignorar a crise e desencanto entre os anos de 1830 e 1848, a publicação do Manifesto do Partido Comunista em 1848 (IDEM, 73). De todos estes obstáculos a burguesia inglesa se esquivou elegantemente e construiu sólidas bases discursivas para os próximos eventos mundiais.

Em 1867, motivados talvez pela rivalidade franco-britânica, a segunda Exposição Universal foi realizada em Paris. As instalações deste evento foram montadas no Campo de Marte, grande área verde e local das maiores comemorações da capital

francesa. Esta exposição pretendia ser uma festa, segundo Napoleão III, uma festa de paz e solidariedade entre os povos, mas, o clima político era desfavorável. O Czar da Rússia, em visita a Paris sofreu um atentado; o imperador Maximiano do México foi assassinado e enfim uma série de acontecimentos que tornavam a exposição quase uma encenação, um escapismo frente à crise que se desenhava. Não deixou, mesmo neste contexto, a festa parisiense de ser um evento comemorativo do governo de Napoleão III, mostrando ao mundo uma Paris modernizada por Haussman, cortada por largas avenidas, casas com iluminação a gás e água encanada (PESAVENTO;1997,118).

As tensões entre a burguesia industrial e o proletariado urbano eram palpáveis, foi neste contexto que Napoleão III incentivou a participação de operários na Exposição. A partir destas tensões sociais que a classe patronal começou a facilitar a presença de operários nos certames internacionais. Como eventos de efeito-demonstração e instrumento de propaganda, as exposições deveriam cumprir a função pedagógica de convencimento das virtudes do capitalismo (IDEM, 120). É com esta Exposição que observamos o sentido fortemente ideológico e a intensa propaganda pró-capitalismo que vai orientar os próximos eventos. Os trabalhadores começam a ser vistos e se ver como uma classe, eles precisam então ser convencidos de seu papel, de seu lugar no mundo do trabalho. Se a primeira exposição foi uma apoteose capitalista, uma promessa de prosperidade ao alcance de todos, esta era a primeira das Festas do Trabalho.

Em 1873, foi inaugurada a Exposição Universal de Viena da Áustria, comemorativa dos 25 anos de reinado do Imperador Francisco José. Por sua localização geográfica, a capital da Áustria era considerada uma ligação com o Oriente. Estavam representados nesta exposição países e culturas asiáticas ainda pouco conhecidas, causando surpresa e admiração nos assistentes. Viena também passou por remodelações em seu traçado urbano, foi modernizada, mas, sua Exposição Universal não teve o mesmo impacto e sucesso das duas que a precederam. O principal dos motivos apontados por pelo contemporâneo do evento André Rebouças e retomado por Sandra Jatahy Pesavento foi relacionado justamente a um aspecto fortemente presente nas Exposições: o Cosmopolitismo. A impressão deixada por esta festa foi de um confuso mercado persa, perdendo de vista a função instrutiva que se pretendia (PESAVENTO; 1997,142).

Três anos após a exposição vienense, foi inaugurada a mais nacionalista das Exposições Universais, a Exposição Estado-Unidense, a Universal da Filadélfia ou Exposição do Centenário. Pode-se afirmar que o *American Way of Life* já se desenhava e se estabelecia como discurso. As principais imagens veiculadas por este evento foram as da democracia bem sucedida norte-americana, de uma sociedade de direito civil solidamente construída, de celeiro mundial e, além destas de terra de oportunidades, materialmente enriquecida e tecnologicamente avançada. Antes de ser uma Exposição síntese do mundo, a Exposição do Centenário foi um evento nacionalista, voltado para enaltecimento maior da nação americana, não foi exatamente um conagraçamento entre povos, ou o palco de glorificação burguês, mas, um acontecimento voltado para a construção de uma identidade coletiva em torno da idéia de Estado-nação (PESAVENTO;1997,148). Havia, porém um aspecto desta exposição que era uma das características mais contraditórias e problemáticas desta nação, que era ligado à noção de supremacia racial branca.

Por estas características a Exposição Universal da Filadélfia não inaugurou novos discursos para os próximos eventos, mas, articulou de maneira mais elaborada contradições muito gritantes da sociedade do período. Foi burguesa e defendeu o liberalismo econômico nas suas formas mais selvagens de competição e dominação; foi neocolonial, pois, defendeu a superioridade branca e a dominação de outras raças; foi republicana e nacionalista, exaltando a superioridade e sucesso dos Estados Unidos e de todas as sociedades que compartilhassem de seu ideal.

De todas as Exposições Universais do século XIX a que teve maior poder de veiculação e difusão do discurso da modernidade foi a Exposição Universal de Paris, em 1889, comemorativa do Centenário da Revolução Francesa. Pelo poder simbólico do processo revolucionário francês, esta foi a mais universal de todas as Exposições, e que também realizou o objetivo de estabelecer uma nova visualidade e o consumo de massa.

Foi a Exposição mais majestosa de todas, utilizando-se dos princípios saint-simonistas, do otimismo, industrialismo e paternalismo. Otimista, pois, não enxergava o progresso como utopia, mas, como uma realidade, em vista da concretude de sua realização. Industrialista por que apostava que a solução para a produção de bens de consumo e da criação de uma sociedade de bem estar estava centrada no universo da fábrica, na produção industrial, e na divisão do trabalho. Ideologicamente a mais poderosa dentre todas, pois, foi filha de um evento que mudou a civilização ocidental;

nos direitos do homem, no liberalismo econômico; na própria República (PESAVENTO; op.cit: 175 -176).

## **1.2 Exposições Nacionais: reflexos de uma febre que tomou o mundo**

O Império brasileiro se empenhou para participar com êxito e brilho nas Exposições Universais. Para isso, o Imperador não poupou esforços, nem gastos, querendo mudar ou melhorar a imagem do Brasil no Exterior. Desde os primeiros anos de seu reinado, Pedro II construiu uma imagem de cidadão do mundo, bem ao gosto da sociedade burguesa européia; costumava viajar sem respeitar o protocolo imperial, passando pelas alfândegas dos países que visitava como um cidadão comum, conquistando simpatia e admiradores mesmo entre os que eram visceralmente contrários à Monarquia (SCHWARCZ;1998,385-408). Enfim, era um homem instruído, que sabia manejar e criar imagens sobre si mesmo, e desejava ardentemente que a representação progressista e moderna que ele mesmo acreditava possuir, fosse incorporada quando pensassem em seu país.

Na disputa por uma representação mais moderna de si mesmo, o Império Brasileiro lutava contra as contradições internas que o colocavam mal aos olhos estrangeiros. A escravidão e toda a problemática em relação ao negro e seu lugar na sociedade brasileira, por exemplo, era uma das questões mais melindrosas na tentativa do Império em ingressar na marcha da modernidade. Desde 1808, com a chegada da Corte Portuguesa e das medidas derivadas deste acontecimento, que a nação procurava abrir seus mercados e modernizar-se. Entre as providências tomadas para o Brasil moderno estavam: a abertura dos portos às nações amigas (1808); extinção dos monopólios comerciais; criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, do Arquivo Nacional (1838); abolição do tráfico de escravos (1850) e, a partir daí leis que seriam os primeiros passos rumo à abolição dos negros; a lei de terras de 1850 que abolia o sistema de sesmaria e estabelecia que a terra era um bem, um capital (PESAVENTO; 1997, 58); foram criadas instituições voltadas à pesquisa científica, como: o Museu Real, em momento posterior rebatizado de Museu Nacional do Rio de Janeiro (1818); Museu Paraense Emilio Goeldi (1871); Museu Paranaense (1876) (BREFE; 2005,51).

As classes altas e médias também participavam nas tentativas de debate e elaboração de um país mais moderno. O movimento de leitura e crítica social era intenso, surgiam figuras bem marcantes neste momento, como: Joaquim Nabuco, Machado de Assis e André Rebouças. O primeiro político, bem-nascido, monarquista e cosmopolita; o segundo, escritor e sagaz crítico da sociedade carioca e, o terceiro um engenheiro mulato, defensor da monarquia e entusiasta da modernidade pregada nas Exposições. Estes homens são símbolos de um Brasil que estava descontente consigo mesmo, que tinha desejo de vôos maiores em direção à civilização e valorizava a sociedade de direitos e a livre concorrência capitalista. O país passava por um dilema em torno da modernidade, sendo instado a abolir velhas práticas, modernizar a economia, mudar a face das suas cidades abrindo avenidas amplas e luminosas. Os ideais e o imaginário construído em torno das Exposições Universais estão bem expressos pelo jornalista J. B. Cunha, que escreveu alguns artigos sobre as exposições nacionais, publicados no jornal O Globo:

"Se bem que não podemos por em quanto competir ou exceder na profusão e na riqueza às opulentas Exposições Internacionais de França, Inglaterra e da Áustria, o nosso modesto comparecimento nestes congressos expressivos da aliança espiritual e pacífica dos povos, significará, pelo menos em relação ao mundo civilizado, que temos **força, energia e vontade**, e em relação a nós mesmos para desenvolver o nobre estímulo, a pronta e honrosa promoção<sup>11</sup>  
*grifo nosso*

[...]

A civilização deixou, pois, de ser privilégio de raça para constituir-se propriedade humana. As nações poderosas, não podem hoje deserdar no domínio intelectual as nações menos prósperas, e este facto que se dá na comunidade internacional, realiza-se do mesmo modo em relação ao indivíduo. O direito à concorrência tornou-se uma fórmula indisputável e universal<sup>12</sup>.

O Brasil deveria ter força, energia e vontade para demonstrar o empenho em estar figurando entre os civilizados. As Exposições Universais eram a oportunidade perfeita para mostrar um país progredido. Então, era necessário escolher bem os itens que seriam enviados aos certames internacionais, pois, eles dariam uma idéia de quais rumos tomaria a nação brasileira. No capítulo 2, será explicado todo o percurso de elaboração, montagem e abertura de uma exposição nacional e provincial, o objetivo agora é entrar na linguagem da documentação produzida por e para estes eventos e, observar como era expresso nos certames nacionais e, depois nos provinciais, o discurso

---

<sup>11</sup> BPEB/ J. B. Cunha. Artigos publicados no jornal O Globo, por ocasião da Exposição Nacional de 1875, p.2

<sup>12</sup> IDEM, p.4-5

da modernidade. Com este objetivo em mente vamos tentar mensurar o tamanho do esforço feito para a abertura destes eventos e o grande poder simbólico em que estavam envolvidas.

Primeiramente, vamos à leitura do Relatório da Comissão da Exposição Nacional que representou o Brasil na Exposição Universal de Viena. Este relatório é um resumo dos fatos mais significativos que aconteceram desde a chegada da Comissão à cidade de Viena, passando pela elaboração do espaço expositivo, visitação e premiações que foram dadas aos produtos brasileiros. Além da presença do Imperador Pedro II, envolvido diretamente na organização da exposição, os membros da Comissão Superior desta Exposição Nacional eram: o Duque de Saxe (presidente); Barão de Porto Seguro (vice-presidente); Barão de Carapebus; Barão de Nioac e, Manoel de Araújo Porto Alegre (secretário). Além destas personagens da alta sociedade imperial, havia engenheiros, professores, editores e mais profissionais que deram apoio em Viena. No dizer dos autores do referido Relatório:

Todos os encarregados do arranjo da nossa exposição mostraram naquella labutação muito zelo e boa vontade. Varões nobilitados por titulos scientificos, professores de faculdades, e jovens delicados, a uma, não fugiam da poeira e cisco, e, constituídos em operarios diligentes, se entregavam a trabalhos rudes, ferindo suas mãos e rasgando às vezes suas vestes. Era bello, Exm Senhor, aquelle conjunto alegre de homens tão distinctos no meio de grosseiros carpinteiros e mariolas.<sup>13</sup>

Parece que em prol de fazer boa figura na Exposição Universal valia o esforço conjunto e a surpresa de assumir papéis não habituais. Filhos de boas famílias, misturados aos operários braçais, carregando fardos, na poeira, formavam uma bela imagem, talvez uma imagem mais de acordo com a sociedade brasileira que se queria forjar, do que com a realidade concreta, cheia das marcas da escravidão e de uma sociedade estratificada e desigual. Sair de sua habitual zona de conforto e enfrentar a limitação de tempo e de crédito valia pela vitória de ver o Brasil e, pessoalmente, o Imperador, representados com a pompa que mereciam.

Por este Relatório podemos ver a face mais progredida do país em ação, os seus membros mais notáveis, representantes das classes médias e altas juntos em prol da construção de uma nova realidade, ou em prol da construção de um discurso para uma nova realidade futura.

---

<sup>13</sup> BPEB/Relatório da Comissão que representou o Império do Brasil na Exposição Universal de Viena d'Áustria em 1873./ Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p.14.

Chegados os membros da Comissão na capital austríaca, começaram os preparativos para a festa. O vice-presidente da Comissão da exposição brasileira tomou posse do espaço destinado aos produtos nacionais, em 22 de fevereiro de 1873. Com data de abertura marcada para o 1º de maio deste mesmo ano, era necessário correr com os preparativos e iniciar a montagem da exposição. Os arranjos para a organização do espaço expositivo envolveram mesmo a compra de armários, cristais e demais invólucros para proteger as peças. Foram procurados armários na Inglaterra e na Bélgica, sendo escolhidos os móveis franceses por se apresentarem mais apropriados. Para fazer conhecer o país pelos visitantes foi levada a obra *Corografia do Brasil*, da autoria de Joaquim Manoel de Macedo, publicação com descrições sobre o Império e sua gente, sendo impressas traduções em francês, inglês e alemão.

Para os primeiros gastos foi aberto um crédito em um dos bancos locais pelo vice-presidente até que chegasse ajuda do governo, sendo ele responsável por estes pagamentos. As vitrinas encomendadas de um fabricante francês custaram 250 francos por metro ‘corrente’ e 100 francos as pequenas, armadas todas por conta do fabricante. Embora longa, a citação abaixo deixa entrever que, chegados os armários, as vitrinas e arrumados os objetos ficou a exposição na disposição seguinte:

"No centro do pavilhão que faz frente para oeste e lado para o norte, se collocou sobre um largo basamento, forrado de lã côr de carmim queimado, o projecto do monumento do Sr. F. A. Caminhoá; grupada em torno deste a nossa riquissima colleção de madeiras. O Sr. Dr. José de Saldanha da Gama mostrou muito gosto e pericia neste arranjo.

A roda da collumna, em direcção aos quatro angulos, colocou sobre largos pedestaes quatro pyramides de lindas e envernizadas madeiras, que faziam um bello efeito; encostados aos muros renques sobrepostos em escalões regulares; acervos imitando crystalisações admiraveis pelas suas formas variadas, e grupos de tóros encimados por feixes de madeiras de côres. O contraste das côres e formas foi bem estudado, o apresentava uma ligeira harmonia, e um aspecto diferente do que se fizera em outras secções.

Na parede principal deste pavilhão, mandou a commissão colocar um grande painel, representando um mato virgem, pintado à tempera pelo Sr. Brioschi, eminente scenographo da imperial opera; e em todas as columnas internas escudos torreados, com os nomes das provincias que forneceram tão bellas amostras, entre bandeiras brasileiras e austriacas, (p.10) pensamento que agradou e foi recebido com particular satisfação.

No intervallo fronteiro ao painel, ficou armada a escada cochleada, fundida nas oficinas do Sr. Miguel Couto; e junto della se dispuzeram alguns artefactos de ferro, que haviam sofrido nottaveis fracturações, por mal encaixotados. Tomou pessoalmente cura deste arranjo e de outros objectos o vice-presidente.

Passando-se do pavilhão para a galeria encontra-se na bella vitrina da esquerda a exposição de desenhos e modelos de navios do arsenal de marinha do Rio de Janeiro, alguns modelos de jangadas; e os productos da fabrica de instrumentos da estação central dos telegraphos electricos do Brasil. Esta



vitrina, pelo que demonstra, é uma das mais importantes da exposição brasileira, porque nos promete a glória de entrarmos na plana dos guias da perfectabilidade humana<sup>14</sup>.

Na leitura deste trecho do Relatório, podemos verificar que as matérias-primas estavam em foco na exposição brasileira. As madeiras estavam em destaque, mostrando a riqueza e variedades nacionais, mais à frente no texto, o algodão também foi destaque, apresentado com grande variedade de granulações. O café e o rapé foram colocados em sacas abertas, para que a cor e odor fossem melhor apreciados, por vezes se davam amostras aos visitantes. A glória da técnica e da produção industrial ainda não era uma realidade, mas, uma promessa, certa de se realizar, em vista de desenhos e modelos do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, modelos de jangadas e instrumentos da estação de telégrafos elétricos do Brasil. Através da leitura deste documento, e de catálogos das exposições nacionais e baianas, observamos um padrão em relação às apresentações brasileiras nestes eventos, em destaque e maior número temos sempre matérias-primas, produtos agrícolas, minerais, mas, mesmo assim, ainda há tentativas de mostrar as possibilidades de avanços técnicos do país, com a apresentação de máquinas e processos.

Por ocasião destas Exposições, como podemos observar, o Brasil procurava apresentar uma feição mais de acordo com sua ambição de ser uma nação progredida e civilizada. Na Exposição Universal de Paris, em 1889, por exemplo, o Brasil apresentou o invento: Alt-Azimet, um instrumento astronômico, concebido por Emanuel Lins, diretor do Observatório Imperial do Rio de Janeiro, construído pela oficina de ótica de José Hermida Passos<sup>15</sup> (HEIZER; 2005, 109). A intenção em levar este tipo de material para as Festas do Progresso era reafirmar a possibilidade do Império Brasileiro em crescer científica e tecnicamente. Além de máquinas, se apresentavam processos na busca de matérias primas, em escavações, minerações.

Um trabalho que trata destes envios às Exposições Universais é a dissertação de Paulo Mesquita Santos, focado na Escola de Minas de Ouro Preto e da atuação desta instituição na participação brasileira nas Exposições. Analisando os eventos ocorridos

---

<sup>14</sup> BPEB/ Relatório da Comissão que representou o Império do Brasil na Exposição Universal de Viena d'Áustria em 1873./p. 09-11

<sup>15</sup> Segundo Alda Lúcia Heizer, autores franceses localizam um momento da leitura das ciências chamado de vulgarização moderna, a partir de 1850. Este movimento vulgarizou a leitura e o conhecimento da produção científica deste período e, deu impulso as motivações pedagógicas das Exposições Universais. No Brasil, este movimento de vulgarização moderna, invadiu a literatura, imprensa cotidiana (HEIZER, 2005).

no Império e na República, o autor trabalha do ponto de vista de que as exposições Universais foram utilizadas para a recuperação da atividade mineral no Brasil, cujo ápice se deu no século XVIII, sendo o período seguinte um período de crise na atividade. Em um primeiro momento, nas primeiras quatro Exposições focadas pelo autor, a de Londres, em 1862; a de Paris de 1867; a de Viena em 1873 e a de Filadélfia em 1876, o objetivo das Comissões de Exposição Brasileiras era entrar em contato com novas técnicas de extração e exploração da atividade mineradora, informar os mercados internacionais das nossas reservas minerais e das técnicas que aqui se aplicavam<sup>16</sup> (SANTOS; 2009).

O empenho dado a realização da Exposição brasileira compensou em números de premiações, esta exposição foi a que mais premiou o Brasil até então, as medalhas recebidas superaram as de Londres e de Paris: 1862, 46 medalhas e 34 menções honrosas; em 1867, 54 medalhas e 44 menções honrosas; em 1873, foram 202 medalhas, com menções honrosas, sem contar diplomas de honra e de bom gosto<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Na Exposição de Londres, de 1862, o Brasil levou desenhos de aparelhos para lavagem de carvão de pedra, a defesa do uso do ferro que era pouco difundida no país. Além disso, o Relatório do Brasil, defendia a criação de uma instituição voltada ao ensino da geologia e da engenharia de minas no Brasil, o que foi concretizado em 1876, com a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto. Na Exposição de Paris de 1867, foi levada ao Pavilhão Expositivo Brasileiro, amostras de madeiras e a primeira publicação O Império do Brasil na Exposição Universal, da série de outras que seriam um padrão a partir daí, informando sobre a organização, população, produtos agrícolas e minerais, enfim, uma descrição pormenorizada sobre o Império, além de amostras minerais de várias Províncias. Em 1873, foi levado para Viena, a reedição da obra O Império do Brasil na Exposição Universal de Viena de 1873, com os tópicos Reino Mineral e Águas Mineraes, além das descrições atualizadas do país, com o objetivo de seduzir imigrantes europeus. A versão do livro informativo para a Exposição de Filadélfia tinha como dado novo a determinação imperial da criação de uma instituição de ensino para a exploração de recursos minerais no Brasil. Na última exposição universal do Império, a província de Minas Gerais se destacou no envio de materiais das minas e informações pormenorizadas sobre a atividade mineral na província (SANTOS, 2009, 01-95).

<sup>17</sup> "O diploma de honra foi criado para especializar o merito adquirido nas sciencias e suas applicações na instrução popular, no desenvolvimento moral e material do homem. A medelha de progresso, para recompensar os expositores que engrandeceram e aumentaram seus artefatos, melhorando suas condições depois das precedentes exposições; e juntamente para sobrelevar o merito de novos inventos, a introdução de novas materias e de novos processos. A medalha de merito tem grande extensão, por ser aplicada a qualidade e perfeição do fabrico; à importância da producção, pela abertura de novos mercados; ao emprego de utensilios novos; de maquinas aperfeiçoadas; e a barateza dos produtos. A medalha de arte foi reservada para as produções notaveis das bellas artes, excepto a musica. A de bom gosto para os produtos cujas formas e cores forem dignas de apreço. A de cooperação foi criada para os mestres e contramestres das fabricas; desenhadores, modeladores e operarios que concorreram para o merito dos artefatos e sua boa extracção. A menção honrosa para premiar os que não recebessem as medalhas de progresso ou mérito". BPEB/ **Relatório da Comissão que representou o Império do Brasil na Exposição Universal de Viena d'Áustria em 1873**, p.21.

### 1.3 Exposições Provinciais da Bahia: uma corrida atrás do Progresso

Depois de observarmos o quão forte simbolicamente eram as Exposições Universais e avaliarmos a extensão do esforço empreendido pelas Comissões de Exposição Nacionais na elaboração dos eventos, partiremos para entender melhor o alcance do discurso de modernidade para as Exposições Baianas, ou melhor, para os construtores das exposições da província.

Para visualizarmos as exposições da Bahia e o discurso assumido pelos seus orquestradores, vamos analisar alguns documentos relacionados a estes eventos: como o Relatório da Exposição de 1866; o Relatório de 1872; e o de 1875. Estes relatórios nos fornecem algumas pistas sobre o andamento das Exposições Baianas como data de inauguração, problemas relacionados à formação do pavilhão de exposição, enfim, relatos do processo organizativo, assim como, das expectativas criadas por estas ocasiões.

A primeira exposição provincial documentada levantada em nossa pesquisa foi do ano de 1866, preparatória para a Internacional de Paris de 1867<sup>18</sup>. Como apresentamos acima esta foi a primeira das Festas do Trabalho, voltada para a valorização do operário e para comemorar a modernização de Paris empreendida por Napoleão III. Esta exposição marcaria, nas palavras do Imperador, uma nova era de harmonia e progresso. O Campo de Marte, um enorme parque metropolitano na capital francesa, seria o palco ideal para a construção de um cenário para a idealização positiva da era da fábrica (PESAVENTO; 1997, 117-121).

Os convidados a participar desta festa procuravam compartilhar de seus ideais. Na província da Bahia não foi diferente. Se a modernidade na França ainda era uma promessa, e não alcançava a todos e nem ao menos estava definida na mente de seus articuladores, no Império Brasileiro e na província da Bahia ela se parecia com um sonho realizável, ou uma ilusão auto-infligida. Esta afirmação se sustenta na crise porque passava o Brasil. O país estava com as finanças em déficit, a Guerra do Paraguai exauria os recursos e, eram sentidos ainda os efeitos da crise bancária do Rio de Janeiro de 1864 (PESAVENTO; 1997, 130-131). Mas, apesar deste clima contrário às

---

<sup>18</sup> O Brasil participou das Exposições Universais a partir do ano de 1862, da Exposição Universal de Londres, mas, a documentação disponível para as Exposições Provinciais Baianas apenas contemplam, para o período delimitado pelo projeto, os anos de 1866, 1872, 1875 e 1888.

Festas do Progresso, o Rio de Janeiro abrigou nas dependências da Casa da Moeda a Exposição Nacional de 1866, que funcionou de 18 de outubro a 16 de dezembro.

Na Bahia, esta exposição teve sua inauguração marcada para 12 de agosto, mas, *em virtude das chuvas e o grande inverno, que houve no corrente anno, e a distancia que há entre esta capital e as comarcas do interior da província, o que impedia que os productos chegassem a tempo e em estado de se expostos foi adiada*, pelo Presidente da Província, em ato do dia 24 de julho, para o dia 09 de setembro e foi realizada *no salão do edifício da Câmara Municipal, que fora para isso oferecido pelos vereadores* como descreve o documento.

Apesar do atraso na convocação da Comissão de Exposição Provincial e desistências de alguns dos convidados para a comporem como: o grande empreiteiro de obras públicas José de Barros Reis declinou alegando problemas de saúde, do pedido de exoneração do Dr. Jerônimo Sodré Pereira por moléstia de parente não especificado, da recusa do Dr. Pedro de Sá Rego pela moléstia de sua esposa, e da adesão de Antônio de Lacerda, e de contratempos no envio dos produtos à Salvador pelas vilas do interior, realizou-se a exposição baiana. A quantidade de produtos selecionados também não foi representativa como desejava a Comissão, com apenas 78 expositores e 419 produtos. Ainda assim, nas correspondências pesquisadas, o tom do discurso é sempre em prol do grande progresso que a província prometia e da necessidade mais que indispensável de estar representada na Exposição Nacional.

As artes e as industrias não definhão entre nós, pelo contrario prosperão; mas a guerra em que se acha empenhado o paiz, e que tão grande pessoal, de todas as classes da sociedade, tem feito sahir da província para o sul do império, devia necessariamente concorrer para a escassez dos productos. Todavia, d'entre os que figurão no salão da Câmara, uma boa parte, em que havia muito que apreciar, foi considerada no caso de apparecer na exposição central, sendo remetida para a Corte em setenta volumes<sup>19</sup>.

Mesmo a guerra deixava espaço para que uma parte da sociedade se mobilizasse e organizasse os eventos baianos. Nada, nem mesmo um momento de aguda crise social deixaria o Brasil e a Bahia fora do Campo de Marte.

A exposição provincial baiana cujo volume de documentação encontrado foi mais significativo diz respeito a Exposição Provincial de 1872, preparatória para a Internacional de Viena na Áustria. Deste evento pudemos localizar diversas

---

<sup>19</sup>APB- Relatório com que passou a administração da Província da Bahia o Excellentissimo Senhor Doutor Francisco Liberato de Mattos (vice-presidente) em 15 de outubro de 1866, p.44.

correspondências, um relatório e o catálogo dos produtos expostos. Esta exposição foi maior que a anterior. O número de expositores foi de 154 e os produtos expostos foram superiores a mil. Segundo o Catálogo desta exposição ela foi visitada durante seus cinco dias de funcionamento por 25.000 pessoas. Aprendendo com a experiência os trabalhos foram mais rapidamente efetuados, e a festa ocorreu sem grandes contratempos.

A exposição foi inaugurada no dia 10 de novembro de 1872, domingo, e foi aberta com discursos à uma hora da tarde. Nesta exposição foi aberta solenemente a Sociedade Auxiliadora da Indústria Baiana uma instituição voltada ao implemento da indústria através de incentivos fiscais e de importação de novas tecnologias. Urgia que o país e a província da Bahia deixassem seu passado colonial escravista e ingressassem na modernidade. Modernidade que para os quadros do poder local significava também introduzir o imigrante branco, mudando a relação do trabalho escravo para o livre e salariado. Pois o projeto de modernidade envolvia outros aspectos da vida, inclusive na Bahia

A necessidade da introdução do imigrante estrangeiro vinha da noção de que o trabalhador livre nacional não se adaptaria ao trabalho salariado por uma vinculação que se dava do trabalho manual com o do escravo. Falando sobre a opulência da Bahia, descrita nos textos de Vilhena, Kátia Mattoso, conclui que: a escravidão deu ao homem livre na Bahia um sentimento de superioridade e de desprezo pelo trabalho, desprezo não só pelo trabalho manual, mas por todo o trabalho longo ou muito cansativo, seja este qual fosse (MATTOSO;1992,176). Não eram somente as pressões externas e o fim do tráfico negro, mas, a noção de que para o país avançar seria necessário mudar a sociedade e a maneira mais eficaz, segundo alguns interlocutores do Império, era mudar a composição populacional. Implantar dentro das fronteiras brasileiras o que seria um exemplo de trabalhador *morigerado e activo* como de acordo com o Catálogo da Exposição.

Os discursos pronunciados na abertura da exposição provincial baiana são bem representativos desta ideologia da força do trabalhador europeu, e do valor que agora possuía o trabalho livre em oposição ao do cativo, bem como a presença do negro na sociedade baiana:

Verdade é, senhores, que muita gente ha que acredita que em uma exposição só devem ser exhibidos objectos de luxo ou de grande trabalho artistico.

Parecem desconhecer que, em um paiz que tanto necessita de promover a colonisação, é indispensavel tornar patentes os recursos pouco dispendiosos, que póde encontrar o homem pobre, porém laborioso, para viver de um modo modesto, mas satisfactorio.

A verdadeira felicidade que póde desejar o colono consiste na vida honesta da familia, no trabalho bem compensado e aos meios faceis de manutenção<sup>20</sup>.

É preciso que saibam o artista e o operario que tão nobre é o medico, e o advogado no sagrado exercicio de suas profissões; o juiz no sacrario de sua consciencia, julgando pelas provas dos auctos; o ministro em seu gabinete provendo as necessidades da nação, e distribuindo justiça aos povos: repito, como o ferreiro que, ao rubro calor e aos golpes do martello, molda, com pericia, o ferro, convertendo-o em instrumento de utilidade, segundo as exigencias do freguez.

São todos nobres são as artes, como tão illustres as sciencias.

Debaixo do ponto de vista das virtudes e merecimento são todos os cidadãos eguaes, assim o diz o nosso liberrimo codigo politico; assim o diz esse sacrario de todas as virtudes que deve sempre, e filemente, ser guardado no fundo de nossas consciencias.

[...]De tudo isso, resulta uma verdade inconcussa, e é que o trabalho e a economia são a principal riqueza do homem, quer seja o trabalho intellectual, quer o material, pois que somente elle coopera para a fortuna que é a felicidade do individuo<sup>21</sup>.

Essa substituição da mão-de-obra precisava ser feita, pois a escravidão estava às portas de ser abolida. Toda a sociedade sabia que o sistema escravista dava seus últimos suspiros e para que o choque não fosse tão arrasador, para que o país não parasse, era preciso mudar a lógica do trabalho. E para mudar esse quadro era preciso trazer europeus para o país, já que a assimilação do negro como trabalhador livre era dado como impossível, pois, o antigo escravo nunca voltaria ao eito para cultivar.

A propaganda feita, então, era de um Brasil e de uma Bahia com características européias, perfeitas à assimilação de novos contingentes de colonos.

O clima do Brasil é, em geral, muito saudavel.

Á excepção das margens de alguns rios e dos terrenos baixos e alagadiços, onde, em certas quadras do anno, desenvolvem-se febres intermitentes, não ha, em grau notavel, as molestias de caracter grave que dizimam ordinariamente as grandes populações.

Tal era a opinião do autor da importante obra - *Du climat et des maladies du Brésil* -, o qual reputava o Brazil uma das melhores regiões do globo, chegando ao ponto de considerá-lo, em relação às duas Americas, no mesmo caso em que parte da Italia se acha para com a Europa. Consoante a esta opinião é o juizo de Lind, sancionado pela experiencia.

<sup>20</sup> BPEB/ CATALOGO DA EXPOSIÇÃO PROVINCIAL DA BAHIA - precedido pelos discursos proferidos no Acto de Abertura da mesma exposição e no da installação da Sociedade Auxiliadora da Industria Bahiana em 1872. Bahia: Typographia de J. G. Tourinho, 1872./ Discurso do Dr. Antônio Mariano do Bonfim, membro da Comissão da Exposição Provincial, na abertura do evento.

<sup>21</sup> IDEM/ Discurso do Dr. Firmino Dórea, membro da Comissão da Exposição Provincial, na abertura do evento.

[...] O clima offerece, conforme as latitudes e circumstancias peculiares das localidades, as vantagens que podem ser desejadas pela immigração européia, a qual, sobre tão favoráveis (p.v) condições, encontra reunidos elementos para aquisição da riqueza e independencia que lhes proporciona seu uberrimo solo<sup>22</sup>.

Era tão certa a produtividade maior do trabalhador europeu e suas vantagens em relação ao trabalhador escravo que se falava até do rendimento que terras bem cultivadas e trabalhadas dariam ao colono:

Um homem activo, trabalhando regularmente, pode tratar de 2 hectares, 4.132,2 braças quadradas, plantadas de café, sendo, portanto, seu rendimento annual, no primeiro caso, de , de 404\$400, no segundo, de 830\$400, e no terceiro, de 1:213\$200, calculando-se pelo preço inferior de 300 reis o Kigr., 2,2 libras. Em uma fazenda regular de café a produção media por trabalhador, qualquer que seja o sexo e a idade, é de 600\$000<sup>23</sup>.

Mas essa vontade de favorecer a imigração não foi unânime. Dentre os membros do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, nas reuniões para discutir os destinos do trabalho na lavoura, introduzir colonos estrangeiros não encontra eco nos produtores do Recôncavo. Todas as tentativas para se trazer colonos estrangeiros esbarram na resistência sutil, porém firme, dos senhores de engenho. Seus argumentos se baseiam na dificuldade destes estrangeiros para se adaptar ao clima do Recôncavo e ao trabalho "árduo e penoso da cana de assucar", na falta de terrenos incultos que pudessem ser cedidos aos colonos (TOURINHO; 1982, 28). Mas essa resistência se baseia mais na maneira como o Império desejava introduzir os colonos do que na sua não adequação ao trabalho árduo. Os produtores baianos não desejavam os colonos europeus porque não cederiam espaço para cultivarem lavouras próprias. Caso se introduzisse trabalho livre, este deveria ser para manter a estrutura de agricultura monocultora de exportação e não de implantar a pequena propriedade com a modalidade de agricultura de subsistência.

Chegaram a ser introduzidos no Recôncavo Baiano alguns contingentes de trabalhadores estrangeiros para solucionar a falta de braços na mão-de-obra açucareira. Estes trabalhadores teriam o conhecimento de técnicas de plantio mais avançadas. Estes homens livres especializados vieram das Ilhas Maurício e dos EUA. Mas, a sua introdução foi incipiente se comparada às necessidades da lavoura, ainda, mesmo, com

---

<sup>22</sup> BPEB/ O IMPÈRIO do Brasil na Exposição Universal em Viena d'Austria/ Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873, p.20-21.

<sup>23</sup>Idem, p.178.

a crise da mão-de-obra escrava dos anos 70 do século XIX, se prefere o braço escravo na província da Bahia (TOURINHO; 1982, 32-33).

Mesmo com a força do Império aplicada na proposta de introduzir o elemento branco europeu na composição da sociedade brasileira, esta implantação não obteve o sucesso esperado. Nas províncias do sul a presença européia encontrou terreno para crescer, mas, naquelas províncias, em especial, a Bahia, em que a agricultura de exportação queria manter sua proeminência econômica, a presença européia foi vista com desconfiança e resistência, não obtendo o apoio esperado pelo governo.

A propaganda das exposições, os discursos na abertura do evento baiano, o debate alimentado pelo Instituto Histórico não obtiveram o sucesso esperado junto aos produtores. Mesmo com a crise do açúcar, com a perda de mercado, com a necessidade urgente de importar novas técnicas de plantio, ainda assim, não houve implantação do colono branco na província da Bahia e nem no resto do país em substituição à mão-de-obra escrava. O projeto de modernização técnica e mudança da composição racial brasileira malograram quando encontrou a resistência silenciosa, mas, firme, da tradicional classe de agro exportadores brasileira.

A terceira exposição provincial do ano de 1875, preparatória para a de Filadélfia de 1876, foi inaugurada dia 20 de junho e ficou aberta à visitação por três dias. O número de expositores foi de 66, com 604 produtos selecionados. Estes reduzidos números de expositores e objetos causaram desalento na Comissão de Exposição. A pouca participação foi justificada pelo autor do Catalogo, Dyonisio Gonçalves Martins, Secretário da Comissão da Exposição, pela escassez de tempo entre as Exposições, o que não daria oportunidade aos industriais locais de apresentar novas criações para a exposição. Além disso, o documento indica certa insatisfação dos denominados industriais baianos com os resultados práticos das Exposições Universais, não havia lucros imediatos que justificassem o esforço e os gastos assumidos com tais eventos:

Verdade é que alguns expositores representam por muitos, e que, se houvesse discriminação segundo a natureza do trabalho, não ficaríamos muito aquém do numero passado. Se o período entre a segunda e a terceira, menor do que o observado entre a primeira e a segunda, justifica, em parte, a deficiência acusada, visto estar plena (p.6)mente reconhecido não poder a industria comportar pleitos repetidos tão amiudamente, sob pena de distrair do trabalho proprio as forças e os meios de que carece para desenvolverse e progredir, é certo que actuaram para a manifestação havida os gostos do tempo, prenhe de vicissitudes na lavoura e de contrariedades no commercio, e as queixas contra os resultados auferidos nas exposições transactas; queixas



reproduzidas como estribilho geral todas as vezes que solicitava a Comissão auxilio dos industriaes importantes<sup>24</sup>.

Presidiu a solenidade de abertura, o Presidente da Província Thomaz Pedreira Geremoabo que fez as honras da festa, também como Presidente da Comissão de Exposição. Segundo o catálogo enviado ao Rio de Janeiro, a exposição teve 07 mil visitantes, sendo que, segundo o autor do documento, a visitação seria maior caso o pavilhão da exposição ficasse aberto à noite<sup>25</sup>. Sobre a mais republicana das Exposições continua o discurso de valorização do trabalho e, apesar das críticas dos industriais baianos, a exposição é levada adiante e, a província baiana colabora com os eventos nacionais.

A última e mais majestosa das Exposições do século XIX, a de Paris, do ano de 1889 teve a participação entusiasmada do Império Brasileiro, apesar do melancólico cenário local. Comemorativa do Centenário da Revolução Francesa, em que cabeças coroadas rolaram pelo patíbulo, esta exposição não representou um bom presságio para o Imperador dos Trópicos. Seria esta a última exposição do século XIX e a última que teria a participação não-oficial do Brasil sob o regime imperial (PESAVENTO; 1997, 186). As pressões pela República, dentro dos quadros do governo e de alguns setores da elite eram sentidos. O Imperador em fins do seu reinado recebia duras críticas dirigidas a si e a seu governo. Sua representação como homem civilizado e cosmopolita já não agradava como antes, ele recebia duras censuras da imprensa, através de caricaturas, como as veiculadas pela Revista Ilustrada, o Besouro e o Mequetrefe (SCHWARCZ; 1998, 416). Apesar disso, ou talvez por isso mesmo, esta foi a melhor participação do Brasil nas Exposições Universais do século XIX. O pavilhão brasileiro causou furor entre os visitantes desta exposição, com um pavilhão que tentava reproduzir o ambiente da selva amazônica, foram expostas cerâmicas marajoaras, armas indígenas, além de plantas e animais típicos do país (PESAVENTO; 1997, 195).

A participação da província da Bahia na Exposição Universal de Paris em 1889, foi organizada pelos seguintes indivíduos:

---

<sup>24</sup> BPEB/ Catálogo da Exposição Provincial Baiana de 1875, p.5-6

<sup>25</sup> Idem/ Catálogo da Exposição Baiana do ano de 1875/ organizado por Dionysio Gonçalves Martins. Bahia: Imprensa Economica, 1875. p.05-09

Comissão Provincial da Bahia: Dr. João Dantas, Presidente; Dr. Almeida Couto; Dr. Carneiro da Rocha; Dr. Manuel Vitorino; Eduardo Ramos; Jacome Baggi; Luiz Dutra; Pedro d'Alcantara; Lellis Piedade<sup>26</sup>

Dentre os membros da Comissão da Exposição Provincial estavam o Dr. João Reis de Souza Dantas, Presidente da Assembléia Legislativa Provincial, Presidente da Comissão; como Secretário Dr. Manuel Vitorino Pereira, Presidente do Imperial Liceu de Artes e Ofícios e, como Tesoureiro da Comissão o Comendador Augusto Silvestre Faria, vice-presidente da Associação Comercial da Bahia. Recebido a comunicação oficial da Comissão Franco-Brasileira, foi convocada, pelo Presidente da Província, Sr. Manuel do Nascimento Machado Portela, uma reunião que teve lugar no dia 17 de maio de 1888.

Foi inaugurada a exposição com grande atraso, dia 23 de fevereiro de 1889.

Da exposição, que se achava artisticamente disposta, offerecendo aos visitantes um bello aspecto, occupou-se a imprensa, mencionado os variados objectos que n'ella figuravam, entre os quaes – productos de bellas artes, das diversas industrias existentes (p.94) na Província, mineraes, fibras textis, madeiras, e productos chimicos, productos da agricultura e da industria extractiva, trabalhos de esculptura, de talha, de tecidos, bordados, flores em papel, cera, couro, palheta, penna, pannos, etc<sup>27</sup>.

Fica evidente, portanto, que havia sim elo dos eventos internacionais com os provinciais, na medida em que, o discurso emprega o mesmo ideário destacando a civilização, o que era considerado moderno, re-construindo ou re-transmitindo as expressões de força para o que era esperado das exposições.

Reuniões de conagraçamento, as exposições “industriais” ou “internacionais” chegam para trazer uma promessa de aperfeiçoamento do trabalho que, certamente, traria melhorias de vida e, para o espírito, o bem coletivo e a paz mundial:

Estes Congressos practicos da industria, estas Exposições internacionaes, além de trazerem o progresso e o aperfeiçoamento do trabalho, que tanto concorre para melhorar os gózos da vida, quer materiaes, quer do espirito, tendem tambem a augmentar a confraternisação dos povos, e muito hão de contribuir para que em breve se convenção as nações de que a paz universal é um dever imprescindivel, um bem real para todos<sup>28</sup>.

<sup>26</sup> **Exposition Universelle de Paris 1889**: Empire du Brésil - Catalogue Officiel, p.14

<sup>27</sup> APB/Relatório com que o Exm. Sr. Cons. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portella passou a administração da Província ao Exm. Sr. Des. Aurélio Ferreira Espinheira no dia 1º de abril de 1889. P.93-94

<sup>28</sup> APB/ Fala do Dr. Antonio Mariano do Bomfim no ato de abertura da Exposição Provincial da Bahia, em 10 de novembro de 1872. Exposição preparatória para a Universal de Viena que seria aberta em 1873.

Este discurso de progresso, paz através do trabalho, confraternização entre países e povos foi veiculado pelas Exposições Universais e, transplantado para as Exposições Brasileiras. A paz, o progresso, o trabalho, era uma tríade que formava a base da propaganda oficial, e que o Brasil de Pedro II adotou com entusiasmo.

As Exposições Universais como uma representação material do projeto capitalista de mundo, de certa forma, justificava a conexão do mundo em redes de interdependência econômica disfarçada por uma doce e pacífica visão de um mundo ideal (BARBUY; 1996, 211). Artes e ciências formavam um par que ordenaria o mundo, o operário seria o principal elemento para levar adiante o projeto de mundo civilizado e ao alcance de todos. O operário seria alçado à categoria de artífice de uma nova sociedade justa e igualitária, seria considerado tão nobre e necessário quanto o médico e o advogado, importante, vital mesmo para o sucesso do projeto de sociedade burguesa de direitos.

É preciso que saibam o artista e o operario que tão nobre é o medico, e o advogado no sagrado exercicio de suas profissões; o juiz no sacrario de sua consciencia, julgando pelas provas dos auctos; o ministro em seu gabinete provendo as necessidades da nação, e distribuindo justiça aos povos: repito, como o ferreiro que, ao rubro calor e aos golpes do martello, molda, com pericia, o ferro, convertendo-o em instrumento de utilidade, segundo as exigencias do freguez.  
São todos nobres, são as artes, como tão illustres as sciencias<sup>29</sup>.

O Brasil e a província da Bahia comungavam, pelo menos no plano do discurso, com os ideais das Exposições Universais. E não podia ser diferente se pretendiam estar alinhados com um mundo que se avizinhava. Com adaptações locais, determinadas por limitações de recursos e de contexto, a Bahia deu sua contribuição. Pelas palavras de Antônio Mariano Bomfim, membro da Comissão de Exposição Provincial Baiana, por ocasião da inauguração da Exposição de 1872, Brasil e Bahia se esforçaram e deram mostras satisfatórias de seu alinhamento com o ideal de modernidade europeu:

Os esforços que faz a Bahia, e que faz o Brazil inteiro, serão sufficientemente compensados.  
Estes Congressos practicos da industria, estas Exposições internacionaes, além de trazerem o progresso e o aperfeiçãoamento do trabalho, que tanto

---

<sup>29</sup> APB/ CATALOGO DA EXPOSIÇÃO PROVINCIAL DA BAHIA - precedido pelos discursos proferidos no Acto de Abertura da mesma exposição e no da installação da Sociedade Auxiliadora da Industria Bahiana em 1872. Bahia: Typographia de J. G. Tourinho, 1872. Discurso proferido pelo Dr. Firmino Dorea no ato de abertura da Exposição Provincial da Bahia, em 10 de novembro de 1872. Exposição preparatória para a Universal de Viena que seria aberta em 1873.

concorre para melhorar os gózos da vida, quer materiaes, quer do espirito, tendem tambem a augmentar a confraternisação dos povos, e muito hão de contribuir para que em breve se convenção as nações de que a paz universal é um dever imprescindivel, um bem real para todos.

Si a guerra não é um crime no tribunal das nações, feixem-se tambem os de cada paiz, e deixem que os direitos individuaes possam ser defendidos por meio da força e da violencia, sempre que assim approuver ao homem inquieto e ambicioso.

O individuo, a nação o complexo de todas as nações, isto é a humanidade inteira, tem os mesmos deveres para com Deus, para com a Sociedade e para com o proximo.

Desapareçam esses conflictos violentos, que tanto perturbam as leis moraes, offendendo os progressos do espirito e os direitos da humanidade: cedam o lugar à revolução pacifica do trabalho, que nobilita o homem, augmentando a sua perfeição moral e approximando-o cada vêz mais da imagem do Creador. Dr. Antonio Mariano do Bomfim<sup>30</sup>.

O papel das exposições era trazer progresso, melhorias de vida, enriquecer o homem material e espiritualmente. As exposições eram a materialização de um ideal de sociedade perfeita e pacífica, regida pelas trocas de experiências. O fim desta sociedade seria o bem comum. Um bem comum que seria partilhado com o Império Brasileiro e com a Província da Bahia.

---

<sup>30</sup> BPEB/ CATALOGO DA EXPOSIÇÃO PROVINCIAL DA BAHIA - precedido pelos discursos proferidos no Acto de Abertura da mesma exposição e no da installação da Sociedade Auxiliadora da Industria Bahiana em 1872. Bahia: Typographia de J. G. Tourinho, 1872./ p.12-13

## **Capítulo 2 - “Em nome dos interesses da industria e credits d’esta província”: os dispositivos de articulação das exposições na Bahia**

Nosso objetivo, nesse capítulo, é apresentar, a partir da documentação coletada, a estrutura e os mecanismos de articulação que davam operacionalidade as exposições brasileiras e provinciais baianas. Pois, havia passos a seguir em um roteiro de afazeres para que as exposições alcançassem resultados satisfatórios. Ainda que nem todas as operações fiquem esclarecidas, pelos próprios limites da documentação levantada, têm-se elementos para reconstituir certos procedimentos<sup>31</sup> que acionavam a mobilização da província baiana. A partir do convite enviado ao Brasil pelo país que promoveria a Exposição Universal, se acionavam algumas providências essenciais que dariam início aos eventos expositivos brasileiros. O primeiro passo era a escolha de comissões organizadoras na capital do Império e nas províncias que dariam início à seleção dos produtos, acervos ou obras-de-arte. Na cidade do Salvador se procurava articular a comunicação com o interior da província e conseguir a colaboração de cidades que pudessem oferecer artigos de interesse para as exposições. Esse circuito de procedimentos, que vai ser descrito neste capítulo, envolvia parte da sociedade baiana na figura de autoridades políticas, produtores, artistas e artífices que eram convidados a participar das “Festas do Trabalho”.

### **2.1 Chegou a Civilização: do Mundo para o Brasil, e do Brasil para a Bahia**

As Exposições Universais ocorriam em períodos irregulares, nos países que as quisessem promover. Geralmente eram ocasiões para comemorar datas nacionais importantes, como centenário da Independência Norte Americana<sup>32</sup>; centenário da Revolução Francesa<sup>33</sup>, ou simplesmente expor a prosperidade dos países-sede, como a

---

<sup>31</sup> Heloisa Barbuy identificou nas problemáticas gerais sobre a Exposição Universal de 1889, mais traços de permanência do que de mudanças, levando-a a hipótese que certos aspectos daquela exposição podiam ser válidos como inferências para outros eventos internacionais da mesma natureza (BARBUY, 1999: 39-41); acreditamos que o mesmo raciocínio se aplica às Exposições Provinciais.

<sup>32</sup> Os Estados Unidos celebram o seu dia da independência no dia 4 de julho, em 1776, as Treze Colônias Britânicas da América do Norte fizeram sua Declaração de Independência rejeitando a autoridade inglesa, a favor de sua autodeterminação. A Exposição Universal que comemora esta data foi realizada no ano de 1876 na cidade de Filadélfia.

<sup>33</sup> A Revolução Francesa ocorreu entre maio e novembro de 1789 e determinou o fim do Antigo Regime na França, além de acabar com a autoridade do clero e da nobreza nesta sociedade. Liberdade, Igualdade e Fraternidade era seu lema, o que combinava perfeitamente com o discurso humanista presente nas Exposições Universais. A festa francesa foi realizada em 1889, na cidade de Paris, sendo a mais

que ocorreu em Paris, no ano de 1867, em que Napoleão III queria dar demonstração de poder, força e equilíbrio, tendo como cenário uma Paris modernizada por Haussmann<sup>34</sup> (PESAVENTO, 1997, 117-118).

Era grande o esforço empreendido na organização de uma Exposição Universal. Mas, para que os eventos internacionais ocorressem a contento eram necessários grandes investimentos tanto do país sede do certame, quanto dos países convidados. Em menor escala, mas, não menos vitais para o sucesso dos eventos internacionais organizavam-se no Brasil, as Exposições Nacionais que eram alimentadas pelas Exposições Provinciais. Sendo assim, acontecia a expansão de um movimento internacional que repercutia nas mais distantes paragens da Bahia. Infelizmente, não podemos saber se haviam exposições de menor porte em todos os países convidados das Exposições Universais, seria bastante esclarecedor, caso fosse possível comprovar uma uniformidade de procedimentos, também em outras nações participantes das Exposições Universais.

O Brasil deveu sua participação nas exposições internacionais do século XIX, ao empenho e participação pessoal do Imperador Pedro II. Lilia Schwarcz afirma que, estabelecer um discurso unificador do país em torno de um projeto, foi um dos pontos centrais da construção ideológica estabelecida por D. Pedro II e os intelectuais a seu serviço. A figura do Imperador era envolvida por uma aura constituída numa imagem auto construída e que projetavam sobre ele. No ‘Teatro de Representações’ - expressão usada por Lilia Schwarcz - estabelecido por Pedro II e por seu Gabinete, a sua imagem e a do país eram cuidadosamente trabalhadas para serem apresentadas ao mundo. Sua indumentária civil, seus modos discretos e civilizados, seu desejo aparentemente inocente de não chamar atenção sobre si, constituíram toda a mística ao redor de sua personalidade de certo modo como um escapismo para questões mais problemáticas que aconteciam no país. Esta imagem de homem sóbrio e civilizado impedia mesmo as oposições que eram contrárias ao regime de tocarem nas ‘suas vestes imperiais’. Havia

---

majestosa de todas as Exposições Universais, exposição que teve como maior símbolo a Torre Eiffel, que ficava no centro do Pavilhão expositivo.

<sup>34</sup> Georges-Eugène Haussmann foi administrador francês, nomeado prefeito de Paris, por Napoleão III, governou entre 1852 e 1870) tinha do título de Barão e foi o grande remodelador de Paris, cuidou da urbanização da cidade durante 17 anos, planejando uma nova cidade, modificando e criando parques parisienses, construindo vários edifícios públicos (como a L’Opéra), introduziu melhorias no sistema de distribuição de água e criou a grande rede de esgotos. A remodelação de Haussmann era a própria expressão macro das Exposições Universais, grandes avenidas, espaços iluminados, abertos, visíveis. Não havia mais espaço para lugares escuros, vielas. Domesticou-se a cidade que se transmutou numa grande vitrine (BARBUY; 2006, 70-74).

nos primeiros anos de governo imperial uma aura em torno do Imperador que só viria a ser quebrada com a chegada da abolição e do republicanismo no país. Pedro II não queria ser confundido com o poder que exercia, mas quando necessário o fazia em questões que sua autoridade podia ser mais evidente ou ele julgava de seu interesse pessoal (SCHWARCZ; 1998).

Para que a Nação que ele desejava forjar ou edificar tivesse uma imagem que fosse respeitada interna e externamente era importante participar das “Festas do Trabalho” e do “Progresso”. Nesse sentido, as Exposições Nacionais e seus equivalentes provinciais foram mais um dos elementos que ajudaram na constituição de um discurso em direção à construção de uma realidade elaborada a partir de elementos cultural e socialmente reconhecidos. As “Festas do Trabalho” tinham efeitos sobre o real na elaboração da imagem pessoal do Imperador e no universo social de seu tempo. Tem-se aqui um exemplo do que Pierre Bourdieu denomina de poder simbólico; aquele que se manifesta pela construção de uma realidade dando sentido para o mundo social. Trata-se de uma construção elaborada a partir de símbolos. Ideologia, símbolo e discurso se amalgamam para a manutenção desse poder simbólico (BOURDIEU; 1989,7-9). No período aqui abordado, o Imperador desejava a construção de um sentido para a nação brasileira e a participação do Brasil num evento reconhecidamente civilizado vinha a calhar para seus planos, fortalecendo sua imagem pessoal perante a nação e internacionalmente. Afinal, ele mesmo, reforça sua imagem como símbolo maior nessa conjuntura de produção de significados.

Ao lado desse processo de construção estava a sociedade que era re-significada pelo Império. A exposição universal, no caso brasileiro, propiciava aos seus espectadores e mesmo aos que a elaboravam, uma ‘ilusão de unidade’ para a Nação que se desejava consolidar, mas, que sua extensão territorial, suas dificuldades econômicas, os conflitos internos e os regionalismos dificultavam fortemente. O Gabinete Imperial tinha em mãos, com as Exposições, uma oportunidade de se fazer conhecido, admirado, estabelecer e fortalecer relações diplomáticas.

Chega a impressionar o que parecia ser a expressão da vaidade imperial que não admitia a ausência do país nestes eventos, nem mesmo no contexto de guerra (durante a Guerra do Paraguai) ou quando o império estava sacudido por movimentos civis. A participação do Brasil nestas exposições universais não era apenas uma questão política ou econômica, ela envolvia também a necessidade pessoal de Pedro de Alcântara pela

manutenção de sua imagem de estadista modelo, de cidadão, quase um republicano, não fosse imperador. É de se notar que até mesmo as datas escolhidas para a inauguração dos eventos nacionais eram significativas; as Exposições Nacionais de 1861, de 1872 e a de 1875<sup>35</sup> tiveram suas inaugurações marcadas para dia 02 de dezembro, aniversário de Pedro II. O Imperador atrelava sua figura ao evento de forma permanente, não podemos ignorar que, nessa escolha de data, estava um recurso forte na sua representação vinculada a um Brasil desenvolvido.

Outro fato importante a salientar é que para que o Brasil participasse desses eventos eram investidas quantias altas de dinheiro, por vezes, indisponíveis para socorros as províncias. O empenho era gigantesco em torno de um evento muito oneroso<sup>36</sup> e com poucas possibilidades de retorno do capital investido. Mesmo com a possibilidade de desenvolver negócios com outros países e abrir novos mercados consumidores aos produtos brasileiros, o investimento era muito arriscado e se justifica mais fortemente se percebermos o grande jogo simbólico que estas mostras representavam. Não apenas o Brasil, mas, todas as nações envolvidas assumiam a possibilidade bem provável de prejuízo financeiro para fazer boa figura nestes festejos internacionais. Como diz Foot Hardman eram eventos do e para o ‘exibicionismo burguês’, em que a sociedade burguesa voltava a si mesma para festejar-se, vangloriar-se de suas conquistas técnicas e econômicas, em um ritual muito caro e grandioso (HARDMAN, 1988).

As exposições provinciais baianas não tinham a mesma monumentalidade dos eventos nacionais e internacionais já que eram destinadas à escolha dos produtos que figurariam na capital do Império e, depois nas Exposições Universais; não havia investimento em grandes espaços expositivos<sup>37</sup>. Foram localizadas referências ao uso de prédios públicos para abrigar os eventos baianos a Câmara Municipal e o Liceu Provincial.

---

<sup>35</sup> Encontramos estas datas de inauguração de exposições nacionais em J.B. Cunha, cronista contemporâneo da Exposição de 1875; em Lilia Schwarcz *As Barbas do Imperador*, p.394, março 1568 e na coletânea de artigos de J. B. Cunha sobre a Exposição Nacional de 1875.

<sup>36</sup> Lilia Schwarcz informa que a Exposição Nacional de 1861 gastou algo em torno de 66:164\$200, tendo como retorno de bilheteria apenas 15:367\$000. E este prejuízo se repetiu nas demais exposições, sendo que, neste cálculo a autora não contabiliza os gastos de envio e de instalação arcadas pelo Império nas Exposições Internacionais. SCHWARCZ, Lilia. *As barbas do Imperador*, p.394.

<sup>37</sup> Não localizamos na documentação geral e na bibliografia indicativos sobre a construção de edifícios para abrigar as mostras nacionais. Temos registrada a construção de edifícios destinados a abrigar a Exposição Nacional de 1908, que não era preparatória de nenhuma mostra internacional.



Voltando ao elo das exposições internacionais com o Brasil, retomamos aos seus passos iniciais. O espetáculo das Exposições Universais começava com uma solicitação enviada às nações amigas convidando-as a participarem do evento. Geralmente, esses convites eram mandados com antecedência de um ano, para que os países pudessem organizar exposições locais e selecionar os produtos que enviariam ao país-sede do certame internacional. Mas, mesmo com esse prazo aparentemente longo, a magnitude dos eventos pedia, por vezes, uma ampliação no tempo de preparação. A exposição universal em Viena, depois da de 1867 em Paris, por exemplo, á princípio estava marcada para o ano de 1870, mas, foi adiada para 1873. Mesmo com os convites sendo enviados em 1868, se concluiu que o prazo não seria suficiente para as obras e melhoramentos necessários, tanto na cidade de Viena quanto no local escolhido para abrigar os pavilhões expositivos. Por vezes, as exposições nacionais e provinciais também se atrasavam causadas pelas demoras que iam desde a entrega dos produtos, até a arrumação dos locais que abrigariam as mostras. É o que se lê no ofício da Comissão de 1866.

A Comissão Directora da Exposição Nacional tendo visto anunciada a abertura da exposição d'essa Província para o dia 12 de agosto futuro, roga a V. Ex.a se digne dar as necessarias providencias para que todos os objectos, que tiverem de figurar na Exposição Nacional, sejam remetidos para esta Corte até o dia 11 de setembro seguinte, conforme dispõe o art.10 do Regulamento, a fim de que se possa em tempo organizar e imprimir o catalogo geral, com que deve ser aberta a mesma exposição<sup>38</sup>.

O Brasil começou sua participação nas exposições internacionais a partir do terceiro evento internacional, realizado em Londres no ano de 1862<sup>39</sup>. A Província da Bahia tem documentadas exposições provinciais de 1861, preparatórias para de Londres em 1862, sendo que o volume documental deste período é escasso; para a Universal de Paris em 1867, inaugurada na Bahia em 1866; a provincial para Viena de 1873, inaugurada em 1872; para a Exposição Universal de Filadélfia em 1876, inaugurada em 1875 e, finalmente, para o período imperial a de Paris de 1889, inaugurada a baiana em 1888.

---

<sup>38</sup> APB/ Ofício enviado pelo 1<sup>a</sup> secretário da Comissão da Exposição Provincial Dr. Antônio José de Souza Rego ao Presidente da Província da Bahia, José Ildefonso de Souza Ramos, de 19 de julho de 1866.

<sup>39</sup> As primeiras exposições universais foram a de Londres (1851) e Paris (1855). Sobre a não participação do Brasil na festa londrina, Margarida Neves argumenta que as dificuldades internas causadas pela Lei de Abolição do Tráfico Negro (1850), além da pressão inglesa pelo cumprimento da lei ocuparam o governo brasileiro e, não permitiu sua participação na Exposição (NEVES, 1986; 39). Talvez, também fosse constrangedora a participação brasileira em um evento internacional sediado por um país com o qual o Brasil estava de relações estremecidas.

<b>Exposições Universais</b>	<b>Ano</b>	<b>Exposições Nacionais Rio de Janeiro</b>	<b>Exposições Provinciais Baianas</b>
<b>Londres</b>	1851		
<b>Paris</b>	1855		
<b>Londres</b>	1862	1861	
<b>Paris</b>	1867	1867	1866
<b>Viena</b>	1873	1873	1872
<b>Filadélfia</b>	1876	1876	1875
<b>Paris</b>	1878		
<b>Buenos Aires</b>	1882		
<b>São Petesburgo</b>	1884		
<b>Paris</b>	1889	1889	1888

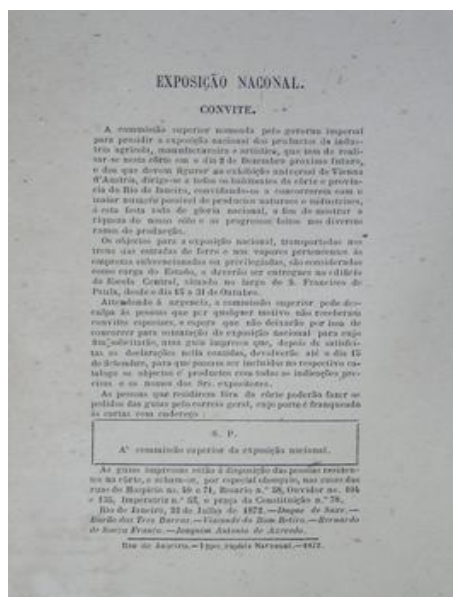
Tabela 1: Exposições Universais no século XIX, Nacionais e Baianas

A partir do recebimento do convite do país sede da Exposição, o Imperador designava a Comissão Superior da Exposição Nacional que ficaria encarregada de avisar as províncias e organizar os eventos nacionais e a exposição brasileira no Exterior. Essa notificação vinha na forma de um ofício ou correspondência, cuja redação era carregada em um tom de apelo ao sentimento patriótico, para que os Presidentes das Províncias conclamassem os produtores e artistas locais a colaborar com o esforço da exposição. No discurso usado para chamar à colaboração os produtores e quadros da administração provincial eram recorrentes expressões como “para a glória nacional”, “festa do trabalho” e “nacionalidade brasileira”.

A Comissão Superior nomeada por Decreto de 3 de abril ultimo, que tem de presidir os trabalhos da Exposição Nacional para a exhibição dos productos nacionaes que devem figurar na proxima Exposição Universal de Vienna d'Austria, dirige-se a V. Ex.a para rogar-lhe que se digne de expedir suas ordens as Camaras Municipaes de sua Provincia para que essas empenhem todos com os seus municipios os mais esforços a fim de que a Exposição Nacional seja concorrida pelo maior numero possivel de expositores.[...]  
Deus Guarde a V. Ex.a  
Rio de Janeiro, [7] de junho de 1872[2]<sup>40</sup>

<sup>40</sup> Correspondência expedida ao Presidente da Província da Bahia, Joaquim Pires Machado Portella, pela Comissão da Exposição Nacional, em 07 de junho de 1872/ Arquivo do Estado da Bahia, seção Colonial e Provincial, maço 1587.

**Convite elaborado pela  
Comissão Superior da  
Exposição Nacional para os  
habitantes da Côrte e da  
provincia do Rio de Janeiro,  
para concorrerem com o  
maior numero possível de  
productos naturaes e  
industriaes, à esta festa de  
gloria nacional, a fim de  
mostrar a riqueza do nosso  
sólo e os progressos feitos  
nos diversos ramos de  
produção<sup>41</sup>.**



**Figura 1- convite para a exposição nacional de 1872**

## EXPOSIÇÃO NACIONAL

### CONVITE

A comissão superior nomeada pelo governo imperial para presidir a exposição dos productos da industria agricola, manufactureira e artistica, que tem de realizar-se nesta côrte em o dia 2 de Dezembro proximo futuro, e dos que devem figurar na exhibição universal de Vienna d'Austria, dirige-se a todos os habitantes da côrte e provincia do Rio de Janeiro, convidando-os a concorrerem com o maior numero possível de productos naturaes e industriaes, à esta festa de gloria nacional, a fim de mostrar a riqueza do nosso sólo e os progressos feitos nos diversos ramos de produção.

## 2.2 A organização

O Presidente da Província, informado pela Comissão da Exposição Nacional da futura ocorrência de uma Exposição, passava a escolha da comissão local. Essa Comissão Provincial ou Comissão Diretora da Exposição Provincial deveria organizar o evento na província. Ela se encarregava de pedir a colaboração das cidades e vilas; selecionava produtores, inventores e mais artistas para colaborarem com seus produtos; organizava o espaço expositivo, escolhendo o local que abrigaria a exposição, assim como as adaptações necessárias; emitia as notas de divulgação na imprensa local e, finalmente geria todo o processo de envio dos produtos escolhidos para a exposição nacional. Os créditos utilizados na elaboração das exposições eram conseguidos com a presidência da província, não foram localizados registros de doações ou loterias para a

<sup>41</sup> Arquivo Público da Bahia; seção colonial e provincial – maço 1568/ convite para participação na Exposição Nacional de 1872, preparatória para a Universal de Viena da Áustria.

arrecadação das verbas para as exposições. Quem eram estes membros e o trabalho que executavam para o bom termo das Exposições da Província é o que veremos a seguir.

### As Comissões Provinciais

A Comissão Diretora da Exposição Provincial era composta de Presidente, vice-presidente (por vezes, primeiro e segundo vices-presidentes), secretário, tesoureiro, comissários e outros membros que apoiavam o empenho na exposição. A participação nas comissões não era remunerada, seus participantes davam apoio voluntário. Em nenhum dos documentos levantados, nem mesmo os que fazem referência às prestações de contas e pedidos de crédito, foram encontrados vestígios de pagamentos aos membros das Comissões Provinciais.

O número de membros das comissões variava de exposição em exposição. Os cargos permanentes eram sempre os de presidente, vice, tesoureiro e comissário. Os membros destas comissões eram pessoas de prestígio na sociedade imperial, geralmente ligados ao poder público, como o Engenheiro Jacome Martins Baggi, homenageado pela Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, na ocasião de seu falecimento em 1º de dezembro de 1904, foi dado como homem *austero e nobre de sentimentos moraes*<sup>42</sup>. Para concretizar os elos entre a província e o Império, era comum que os membros das Comissões fossem pessoas de prestígio político a exemplo do que aconteceu em 1889 que teve seus membros escolhidos entre os governadores Virgílio Clímaco Damásio; Manuel Victorino Pereira, comendadores, o industrial Luiz Tarquínio, o promotor público Eduardo Pires Ramos, da comarca de Feira de Santana, depois diretor-geral da Instrução Pública da Bahia, professores e o proprietário de jornal Virgílio Clímaco Damásio, fundador da A Gazeta Médica, e o coronel Francisco Alves de Souza.

Acceita com satisfação a idéia, foi-me cometido o encargo de designar a Commissão Directora que desde logo iniciasse os trabalhos, encargo que aceitei, offerecendo à reunião os nomes dos seguintes cidadãos, os quaes forão aceitos, ficando com elles composta a dita Commissão:

Dr. João dos Reis de Souza Dantas; Commendador Augusto Silvestre de Faria; Dr. Augusto Álvares Guimarães; Barão de S. Thiago; Conselheiro José Luiz de Almeida Couto; Miguel Rodrigues de Moraes; Commendador Manuel Francisco de Almeida Brandão; Dr. Manuel Victorino Pereira; Dr. Eduardo Pires Ramos; Dr. Virgilio Climaco Damásio; Dr. Ignácio Joaquim Tosta; Conselheiro Antonio Carneiro da Rocha; Dr. Jacome Martins Baggi;

<sup>42</sup> Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, vol.36/ Bahia: IGHB, 1909, p.196.

Visconde de Oliveira; Dr. Francisco Moniz Barreto de Aragão; Dr. Leopoldo Baptista Madureira; Dr. Manuel de Assis Souza; Commendador José Pinto da Silva Moreira; Franz Wagner; Francisco Alves de Souza; Sidney Fisher; Luiz Rodrigues Dutra; Luiz Tarquínio; Horacio Augusto Lopes; Pedro de Alcântara; Manuel José Conde; João Francisco Lopes Rodrigues.

D'entre seus membros a Comissão elegeu Presidente o Exm. Sr. Dr. João dos Reis de Souza Dantas, digno Presidente da Assembléa Legislativa Provincial, Secretario o incansável Presidente do Imperial Lyceo de Artes e Ofícios, Dr. Manuel Victorino Pereira, e Thesoureiro o digno vice-presidente da Associação Commercial, Commendador Augusto Silvestre de Faria<sup>43</sup>.

Outros nomes prestigiosos da sociedade baiana e mais precisamente da soteropolitana que figuraram nas comissões das Exposições Provinciais foram: o Dr. Dionisio Gonçalves Martins, cidadão santo-amarense, deputado, membro da diretoria do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, filho do Visconde de São Lourenço<sup>44</sup>; e o Conselheiro Antonio Januario de Faria, médico soteropolitano, lente de psicologia, cirurgião-mor do Comando Superior da Guarda Nacional, membro honorário da Imperial Academia de Medicina da Bahia<sup>45</sup>. Além de José de Barros Reis empreiteiro de grande porte da cidade do Salvador, contratante de várias obras públicas, que empregava em suas turmas de trabalho africanos livres<sup>46</sup>, convidado para fazer parte da comissão de 1866, mas, recusou em 18 de março do mesmo ano alegando problemas de saúde. Não se sabe ao certo se as motivações para não participar das comissões eram as alegadas ou de qualquer outra natureza, a documentação não esclarece este ponto.

As categorias profissionais convidadas para fazer parte destas comissões englobavam as mais variadas profissões: médicos, engenheiros, professores. Homens e algumas mulheres da alta sociedade provincial eram envolvidos com as exposições e procuravam dar sua contribuição ao projeto imperial. Alinhados com este grande projeto de construção de uma representação de progresso do Brasil, não é estranho pensar que tais elementos das camadas médias e altas acabavam por realizar, de certa forma, uma representação do que o governo da província desejava almejar. A imagem de progresso

---

<sup>43</sup> APB/ Relatório com que o Exm. Sr. Cons. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portella passou a administração da Província ao Exm. Sr. Des. Aurélio Ferreira Espinheira no dia 1º de abril de 1889, p.91/92.

<sup>44</sup> SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino. Dicionario Bibliographico Brasileiro, vol.2. p.184-185. nomeado membro da Comissão Provincial da Exposição de 1875, membro do Instituto Geográfico e Historio da Bahia que se inauguraria em 1894.

<sup>45</sup> Idem, vol.1 nomeado membro da Comissão Provincial da Exposição de 1875.

<sup>46</sup> Sobre a atuação de José de Barros Reis nas obras públicas de Salvador, ler a Tese de doutorado: OLIVEIRA, Lysie dos Reis. A liberdade que vem do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX./ Bahia: Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós Graduação em História, 2006.

seria conseguida e começava mesmo na escolha dos componentes das comissões organizativas.

Formada a Comissão da Exposição Provincial iniciavam-se os pedidos aos inventores, artistas, donos de indústrias e demais produtores. Começava o envio de amostras de suas criações para comporem o espaço da exposição. Estes produtos passariam por um Júri de Qualificação e, caso fossem escolhidos, apareceriam na mostra nacional na Capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro.

No convite enviado para a Comissão Directora Provincial, datado de 29 de agosto de 1872, podemos saber mais sobre as motivações que envolviam a participação do Brasil nas Exposições Universais. Este documento nos traz valiosas informações e merece por seu conteúdo a transcrição a seguir:

Bahia e sala das sessões da comissão directora da exposição provincial, em 29 de Agosto de 1872.

III. \_\_\_\_\_

Devendo ser inaugurada nesta Capital, no dia 27 de outubro do corrente anno, no edificio do Museu, a exposição publica d'esta provincia, de accordo com as instrucções da commissão superiora, impressas no Correio da Bahia de 4 e 30 do corrente, e tendo os abaixo assignados sido nomeados por S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia membros da commissão directora d'essa exposição, temos a honra de pedir a V. , em nome dos interesses da industria, e dos creditos d'esta provincia, que haja de remetter a esta commissão todos os objectos que provem o progresso do trabalho d'\_\_\_\_\_ demonstrando assim V.\_\_\_\_\_o zelo e a pericia com que\_\_\_\_\_.

Os abaixo assignados esperam que V.\_\_\_\_\_, não se negará a concorrer assim para se elevarem os creditos d'esta provincia, adquirindo ao mesmo tempo maior fama os productos \_\_\_\_\_.

Devendo ser remmettidos para a côrte do Rio de Janeiro, afim de figurarem na exposição que alli vai ter logar no dia 2 de dezembro do corrente anno, tomarão parte nesse concurso brilhante da industria e da agricultura os productos por V.\_\_\_\_\_ apresentados, se acaso quiser que para a côrte sejam elles remettidos, d'onde poderão depois no 1º de maio do anno de 1873, adquirindo assim direito qualquer d'esses productos aos premios que forem dignos. Podem d'esta forma merecer maior preço, depois de mais vastamente conhecidos os productos referidos, o que trará grande incremento, não só aos interesses de V.\_\_\_\_\_, como à reputação d'esta provincia, onde o commercio, as artes e a agricultura caminham para maior gloria, e mais fundada reputação.

Cumpre-nos declarar que devem todos os objectos ser entregues à Commissão Directora, até o dia 20 de outubro ao mais tardar, afim de haver o necessario tempo para serem acondicionados de fórma que possuão ser devidamente apreciados na Exposição e enumerados no catalogo respectivo.

Somos, com a mais elevada estima e consideração.

De V. \_\_\_\_\_

attentos veneradores e criados

Visconde de Sergimirim - P.

Dr. Antonio Mariano do Bonfim - V.P.

Dr. Luiz Alvares dos Santos - S

Dr. Francisco Pereira de Aguiar

Francisco Antonio Sampaio Vianna  
Antonio de Freitas Paranhos.<sup>47</sup>

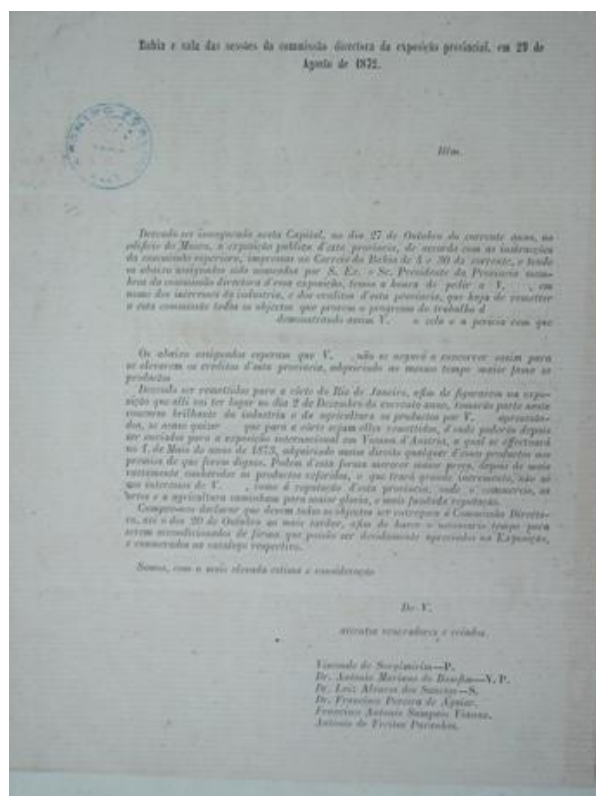


Figura 2 – convite para a exposição provincial de 1872

## Os pedidos

Voltando à leitura do documento, os artistas e produtores eram convidados a colaborar em nome *dos interesses da industria, e dos creditos d'esta provincia* para elevar o nome da Bahia, fazendo-a figurar entre as mais desenvolvidas do Império. Aqui está colocada a questão do orgulho local que deveria ser elevado não só pela glória do país, mas, para afirmar o desenvolvimento criativo, intelectual e o impulso produtor da Província. A estratégia era também apelar à vaidade, para que o futuro expositor provasse sua *perícia* e demais habilidades colocando seu produto à prova na exposição. Este discurso procurava seduzir agricultores, artistas<sup>48</sup> e manufatores. A participação

<sup>47</sup> Arquivo do Estado da Bahia (APB) – Seção Colonial e Provincial – Comissões de Governo – comissões de Exposição – maço 1587 (1873-1878).

<sup>48</sup> Estamos adotando a definição presente na tese de Lisie Reis (2006) em que artista pode se referir tanto a artes plásticas (pintura, escultura, etc) quanto às artes mecânicas (carpintaria, ferraria, ourivesaria).

contava mais como prestígio social, do que com a possibilidade, ainda que remota, de lucro financeiro.

As idéias trazidas pelo documento acima, alusivo a Exposição de Viena, ilustram a existência também de interesses mais práticos que o enaltecimento do Império. Era preciso figurar na Exposição para adquirir *maior preço*, depois de mais *vastamente conhecidos* os produtos apresentados. O que não significa que as intenções se realizassem, ainda que, a participação pudesse se transformar em oportunidade de possíveis trocas comerciais e de estabelecimento de relações econômicas entre países e, entre mercado consumidor e produtor. Não é possível auferir qual o impacto das exposições universais na atividade comercial baiana, a documentação levanta a questão das expectativas em torno dos eventos internacionais e nacionais, mas, não fornece dados precisos se houve ou não incremento no comércio local.

A lógica discursiva que permeava o evento enfatizava as possibilidades de novos negócios e do conhecimento de novas técnicas, incrementando a produção nacional, o que daria à Província maior reputação. Isto reforça a ênfase no ganho do lucro simbólico, portanto, do capital simbólico particular e coletivo. O produtor podia contar com a expectativa de um prêmio e, eventualmente, por algum lucro efetivo ao ter seus produtos mais conhecidos e poderia, até mesmo, aumentar suas vendas. Comércio e reputação se encontravam na linha do horizonte do evento.

Ao se confrontar os catálogos das exposições provinciais com as dos eventos nacionais e dos internacionais vê-se que no caso da Bahia eram as matérias primas e produtos agrícolas que vão figurar efetivamente. Veremos esses aspectos com mais detalhes à frente quando tratarmos das classificações dos produtos.

As vilas do interior, através de suas Câmaras de Vereadores, instadas pela Presidência da Província, colaboravam indicando fábricas, artistas e demais cidadãos que pudessem oferecer amostras de produtos ou materiais artesanais para representarem a localidade na exposição provincial. Na pesquisa documental foram localizados ofícios pedindo colaboração e respostas vindas das vilas de: Cachoeira, Santo Amaro, Nazaré, Maragogipe, São Felipe, Santo Antônio de Jesus, São Félix, São Francisco, Mata de São João, Valença, Taperoá, Cairú, Maraú, Alcobaça, Prado, Santarem, Camamu, Barra do Rio de Contas, Santa Cruz, Caravelas, Viçosa, Ilhéus, Canavieras, Belmont, Feira de

---

Visto que, no século XIX, esta categorização dos ofícios definia como artistas os homens dedicados também a ofícios formais relacionados ao que denominamos atualmente de construção civil, além dos ourives (dedicados à confecção de jóias).



Santana<sup>49</sup>. Os pedidos atingiam, portanto, vilas do Recôncavo, a costa do Cacau e sertão.

Eram pedidas amostras de charutos de Maragogipe; peróxido de manganês em massa, de Nazareth; xistos carboníferos de Valença; asfalto natural de Maraú; ferro de Camamú; hidrato de ferro de Ilhéus; diamantes de Santa Isabel do Paraguassú. Mas, os pedidos não findavam nas amostras minerais indo para as frutas, vegetais, obras de belas artes, artesanato indígena e, máquinas de ferro e impulsionadas a vapor<sup>50</sup>.

Bahia 20 de novembro de 1861  
 Illmo Exmo Senr  
 respondeo em 25 de 9bro de 1861  
 Apresento a V. Ex.a dois sacos de algodão, e uma porção de fios de gravatá dentro de um destes, que acabo de receber da Villa de Maracá do Te. Cor.el José de Sousa Botelho p.a figurar na exposição dos mais productos da provincia.  
 Apresento a V. Ex.a meos protestos de consideração e estima Ds Ge a V. Ex.a M. Sza Dr. Ve Pres. desta Prov.cia da Ba. José Augusto Chaves  
 Joaquim de Azevedo Monteiro<sup>51</sup>

Os objetos cedidos para o evento provincial eram enviados à capital da província, as expensas da Comissão da Exposição Provincial. A remessa dos produtos tinha algumas isenções de custos em transportes por trem ou por embarcações. O cedente do produto (artista, fabricante, inventor) ficava com um recibo que lhe garantia reaver a peça depois dos eventos a que fossem selecionados. Tratava-se de um recibo simples, apenas designando o que foi cedido e quem cedeu, sem informações descritivas das peças, nem estado de conservação das mesmas ou valor.

---

<sup>49</sup> Arquivo do Estado da Bahia (APB) – Seção Colonial e Provincial / Comissão de Exposição da Bahia–maço 1568; documento referente à Comissão Central da Exposição Universal de Antuerpia, 28 de maio de 1885.

<sup>50</sup> Catálogo da Exposição Provincial da Bahia, precedido dos discursos proferidos no acto da abertura da mesma exposição e no da instalação da sociedade Auxiliadora da Industria Bahiana em 1872/ Bahia: Typographia de J. G. Tourinho, 1872.

<sup>51</sup> Arquivo do Estado da Bahia (APB) – Seção Colonial e Provincial / Comissão de Exposição da Bahia–maço 1568; ofício de 20 de novembro de 1861.



Figura 3 – recibos de entrega de produtos

Depois de recebidos os produtos era o momento de organizar a exposição propriamente dita. Adaptando espaços para organizá-los muitas vezes em salas, para a abertura dos trabalhos. Na documentação estão citados como locais que abrigaram as mostras provinciais baianas o Liceu Provincial e um Museu<sup>52</sup>. O edifício da Câmara Municipal foi cogitado para o evento de 1875, mas, foi preterido em favor do Liceu Provincial.

A Comissão Directora da Exposição Provincial não encontrando no salão da Camara Municipal as proporções necessarias p.a que possa ahi ter logar a abertura da mesma Exposição, nem sollicitar de V. Ex.cia que se digne approvar a escolha que faz do Edificio do Lyceo, assim como as ordens necessarias p.a que fiquem ao dispor da referida Commissão Directora os Salões d'aquelle Edificio e o mais que possa ali servir para abrilhantal-a.

Deos Guarde a V. Ex.cia

Illmo Exmo Snr Dor Presidente da provincia

Thomaz Pedr. Geremoabo

Vice Presidente

off ao Dez.or Geral da Instrucção Publica e respond.o em 12 de abril de 75<sup>53</sup>

<sup>52</sup> A lei que criou o Liceu Provincial é de nº33, de 09 de março de 1836, inaugurado em 07 de setembro de 1837. Tinha em suas dependências o Gabinete de História Natural que recolhia, abrigava e classificava peças de etnografia baiana. O liceu provincial teve seu Regulamento modificado e foi tornado Instituto Oficial de Ensino Secundário (1890) e, posteriormente, Ginásio Baiano instalado em 1903. (FARIA, Gelasio de Abreu. Memória Histórica do Ensino Secundário Official na Bahia durante o primeiro século 1837-1937). Sobre o Museu não foram localizados documentos que esclarecessem sobre sua localização e funcionamento.

<sup>53</sup> Arquivo do Estado da Bahia, seção colonial e provincial, maço 1587/ Ofício ao Presidente da Província da Bahia emitido pela Comissão de Exposição Provincial, em 10 de abril de 1875.



**Figura 4 - Edifício do Liceu Provincial**



**Figura 5 - Gabinete de História Natural** <sup>54</sup>

Escolhido o local, este era vistoriado pela comissão que pediria orçamento dos gastos necessários para tornar o espaço apto a abrigar a exposição. Não temos a descrição exata das adaptações que foram efetuadas para a instalação das exposições baianas, mas, a documentação aponta gastos com iluminação, com a construção de vitrines para proteger as peças mais delicadas e limpeza do local.

Honrando-me V. S.as com a incumbencia de orçar as despesas para o asseio e arranjos indispensaveis do edificio do Lyceo no intuito de se poder convenientemente instalar alli a exposição desta Provincia no dia 27 do corrente, de modo que corresponda até onde permittir a exiguidade do tempo que nos concederam, aos fins a que se destinão taes festas industriaes; promovendo o mais possivel a concurrencia publica durante o curto praso da mesma exposição, concurrencia indispensavel para simentar o gôsto e desenvolver o espírito publico para taes festas sempre utilíssimas [...] <sup>55</sup>

Para o evento no ano de 1872<sup>56</sup>, as despesas com limpeza e adaptação do edifício foram orçadas em 1:220\$100 (um conto duzentos e vinte mil e cem réis). Uma quantia que previa gastos gerais com o edifício e a preparação de suas instalações para receber expositores e público. Reparos gerais, limpeza e gastos com a iluminação a gás estavam também previstos.

De accordo com o §1º do art.7º das instrcções respectivas, temos a honra de propor a V. Ex.a o orçamento das obras necessarias à decoração e asseio do

<sup>54</sup> Imagens reproduzidas de FARIA, Gelasio de Abreu. Memoria Histórica do Ensino Secundário Official na Bahia durante o primeiro século (1837-1937).

<sup>55</sup> APB/ Seção colonial e provincial, maço 1568- Oficio expedido a Comissão de Exposição pelo Major de Engenheiros Sr. Francisco Pereira de Aguiar, em 1º de outubro de 1872.

<sup>56</sup> Exposição Provincial destinada a selecionar produtos para a Nacional de 1873 que enviaria material para a Exposição de Viena da Áustria.

edifício do Museu, onde devera ter logar a exposição no dia 27 do presente mez; trabalho que reputamos imprescindível, visto como, em attenção ao clima, à estação calmosa e aos hábitos da população, a concorrência durante o dia será quase nulla, ao passo que, francaeda a exposição durante 4 horas em cada uma das oito noites, cremos que afluirá grande número de visitantes, quer nacionaes, quer estrangeiros<sup>57</sup>.

O local escolhido deveria estar em condições plenas de atrair e receber todos os que desejassem participar das *festas industriaes*, na qual se procuraria *desenvolver o espírito publico [...] nesta festas sempre utilíssimas*.

### **A abertura da Exposição**

Toda a organização dos eventos nacionais e provinciais era ordenada por Regulamentos que seguiam as recomendações das Comissões das Exposições Universais, necessariamente adaptadas as possibilidades locais. Estes regulamentos procuravam normatizar a escolha dos produtos de acordo com as categorias que iriam ser contempladas nas mostras brasileiras e no exterior, faziam recomendações quanto ao espaço expositivo, e, no caso das Exposições Baianas, marcavam a data das inaugurações e estabeleciam as regras para o acesso do público.

De acordo com o “Regulamento para a abertura do serviço da Exposição da Bahia de 1872”, a mostra provincial prevista para ser aberta em 27 de outubro, teve um atraso em seus preparativos e foi, finalmente, inaugurada no dia 10 de novembro. Esse Regulamento era formado por indicativos para a exposição, sobre os visitantes, o júri e as recompensas. Vamos nos deter um pouco na leitura e análise deste documento uma vez que os artigos explicam com muita clareza todo o processo de abertura e finalização das exposições provinciais.

---

<sup>57</sup> APB/ Seção colonial e provincial, maço 1568- Ofício expedido ao Presidente da província da Bahia, em 1º de outubro de 1872, pela Comissão Provincial.



**Figura 6 - Regulamento para a abertura do serviço da exposição da Bahia. Bahia e sala das sessões da Comissão Diretora da Exposição Provincial, em 07 de outubro de 1872.**

---

No artigo 1º está especificada a data e o horário de inauguração. De acordo com o artigo 2º, a visitação era franca e permitida a entrada no espaço da exposição apenas para as pessoas trajadas decentemente. Não há no documento (ou nos demais pesquisados) explicações para o que seria este *trajar decente*, mas, podemos supor que seriam indesejáveis as mulheres desacompanhadas, homens com vestes humildes, descalços (visto que, eram escravos) ou sujos. A sociedade baiana do período era bastante hierarquizada, as pessoas distinguiam-se pelo traje e pela cor da pele. Segundo Kátia Mattoso, as mulheres, ainda no século XIX, tinham sua mobilidade bem restrita, seus itinerários eram sempre na Igreja e em casas de familiares ou amigos. Divertimentos públicos, se haviam, eram muito poucos. Além disso, sair à rua desacompanhada era motivo de comentários bastante mordazes e dos “disse me disse” (MATTOSO; 1992).

O Regulamento não entra na discussão constrangedora e desconfortável da entrada ou não de negros livres ou escravos no recinto da Exposição Provincial. Desde a extinção do tráfico negro, em 1850, e as leis de manutenção da escravidão, a dos Sexagenários e a do Ventre Livre (1871), o sistema escravista passaria a ser a contradição mais gritante do Império rumo à modernidade. Uma contradição, segundo Regina Abreu, que o fardo das tradições escravista e colonial impedia o

“desenvolvimento de um *ethos* burguês e moderno”, associando negativamente o trabalho com a escravidão, situação questionada pelas elites que pleiteavam uma nova ética do trabalho (ABREU, 1996; 92).

Para que a sociedade brasileira entrasse na ética burguesa e numa nova relação de trabalho baseada no contratualismo burguês, a noção negativa de trabalho ligada à escravidão deveria ser modificada. Na verdade, precisava ser invertida. A valorização do trabalho deveria ser vista como condição primeira para a evolução da sociedade. Os representantes das camadas médias, dos profissionais liberais e dos intelectuais pleiteavam a mudança da relação de trabalho no Brasil e, entravam em linha de colisão com os grandes proprietários de terra e, mesmo com donos de pequenos plantéis de escravos que dependiam dos mesmos para sobreviver.

Por ser um evento, pelo menos na Bahia, que falava apenas a alguns membros da sociedade, mais precisamente aos intelectuais, aos políticos, industriais - se é que essa categoria existia na Bahia do 2º Reinado<sup>58</sup> - e agricultores, a tendência era que o restante da população não fosse considerada partícipe do evento. Difícil conceber nesse contexto que houvesse preocupação em tornar as exposições baianas compreensíveis para a grande parte da população que estava efetivamente alijada dos centros de saber e poder econômico da Província. Diferentemente do que aconteceu com as exposições universais, a exemplo de Paris, em 1889, que pretendia chamar toda a sociedade incluindo trabalhadores e operários (BARBUY, 1999: 49-51), na província da Bahia, por esse alijamento social, o dístico “Festa do Trabalho” fica deslocado, mal colocado, não se trata da mesma noção de trabalho que é glorificado nas festas internacionais e na Bahia escravista do século XIX.

Quanto ao mobiliário expositivo, as peças eram fornecidas gratuitamente, segundo o Regulamento para a abertura da Exposição Baiana de 1872. Mostradores de

---

<sup>58</sup> Segundo Fernando Pedrão, em texto sobre o Recôncavo baiano e a origem da indústria de transformação no Brasil, a província da Bahia dispunha de fábricas têxteis, na segunda metade do século XIX, num movimento de diversificação econômica que se iniciou com a fábrica de Santo Antônio do Queimado, em 1830, em Salvador. Este movimento atingiu o auge no período da Guerra do Paraguai, onde o parque têxtil baiano tinha 59% dos teares e 73% dos operários da indústria têxtil do Brasil. Nestas indústrias a mão-de-obra livre convivia com a escrava, o que causava uma desvalorização salarial e, de certa forma atrasava o surgimento de uma classe operária na Bahia. Além disso, os tecidos produzidos eram destinados ao consumo interno, de qualidade inferior, e destinados às necessidades das fazendas (sacos, roupas para escravos, etc.) (AMARAL LAPA, 1993, 307-324). Novamente, a economia girava em torno da agroindústria de exportação. Neste período tínhamos também a mineração que captava escravos da lavoura, e garimpeiros livres convivendo nas lavras. O trabalho escravo desvalorizando a remuneração do trabalhador livre movimentando e, ao mesmo tempo atrasando a possibilidade do surgimento de uma sociedade contratualista burguesa.

madeira e vitrines para acomodar e proteger objetos delicados e preciosos eram fornecidos, sendo que, os expositores poderiam adaptar a seus produtos envoltórios para a sua preservação. Outra cláusula instruía que todos os produtos expostos deveriam estar identificados, com uma nota explicativa: com o nome do fabricante, criador ou dono do objeto. Além destes cuidados, eram colocados guardas para garantir a segurança dos objetos e do evento.

Ilmo Exmo Snr

Abrindo-se, segundo as determinações de V. Ex.cia, a Exposição provincial no dia 20 do corrente as 12 horas, conta a Comissão que V. Ex.cia haverá com a sua presença essa festa patriótica, e lembra a V. Ex.cia a conveniencia de ordenar que sejam postos a nossa disposição alguns guardas policiaes para manter a ordem no recinto, alem da Muzica necessaria para abrilhantar a solemnidade<sup>59</sup>.

Os Artigos 13, 14 e 15 tratam dos visitantes, estabelecendo o comportamento que era recomendável para se ter livre acesso às Festas do Trabalho: era permitido conservar o chapéu na cabeça dentro do prédio da exposição. Eram proibidos: fumar dentro dos salões do edifício, tocar nos objetos expostos, exceto no caso do expositor querer mostrar os objetos aos visitantes. Os visitantes também seriam responsabilizados por danos que, porventura, causassem as peças. O documento não esclarece que punições seriam impostas.

A exposição funcionava das dez horas da manhã até as vinte e duas horas, exceto nos dias de inauguração e encerramento. Na inauguração e no encerramento eram feitas solenidades e discursos do Presidente da Província, dos membros das comissões e outros ilustres que desejassem ter sua fala registrada nos certames da modernidade. Esta solenidade era reservada a convidados dos organizadores e autoridades “civis e militares”, além de “pessoas gradas”. A cerimônia baiana em todas as festas inaugurou com uma série de discursos enaltecendo o Império, a Bahia e sua intelectualidade, além das odes ao trabalho, glorificando uma nova ética que, segundo as autoridades que discursaram, estava em implantação na Bahia e no Brasil.

---

<sup>59</sup> APB/ Seção colonial e provincial, maço 1587-Ofício do Secretario da Comissão de Exposição Provincial, Dionísio Gonçalves Martins, datado de 15 de junho de 1875 ao Presidente da Província da Bahia.

### Júri, honrarias e premiações

Quando do andamento da Exposição eram escolhidos os membros do Júri que escolheria as melhores peças a serem premiadas e enviadas á Exposição Nacional no Rio de Janeiro.

Art.16 Serão convidadas pessoas de reconhecida intelligencia e aptidão, em numero suficiente para formarem o jury especial da qualificação e julgamento dos productos expostos, e proporem os premios a que esses tiverem direito. Os membros desse jury escolherão seu Presidente, que será o relator<sup>60</sup>.

A titulação dos cidadãos escolhidos para julgar nesta Exposição Provincial de 1872<sup>61</sup> - professor Francisco Barbosa de Araujo; Dr. Francisco Rodrigues da Silva<sup>62</sup>; Professor José Francisco Lopes e Professora D. Anna Joaquina dos Santos Bonatio -, indica que tinham alguma formação profissional formal, fazendo parte, provavelmente, da classe letrada baiana ou ligados as instituições que apoiaram a realização das exposições. Um artista, marceneiro, português, Victorino José Pereira também foi membro do Júri de Qualificação<sup>63</sup>. Formariam o júri por sua *reconhecida inteligência e aptidão*, selecionando e premiando os expositores que refletissem melhor a província próspera e moderna que era a da Bahia. Uma modernidade questionável, visto que, na maioria, os produtos que a província enviava eram manufaturas simples (tecidos de algodão, charutos, bebidas, etc.), obras de arte de artistas reconhecidos (mobiliário, jóias, artesanato), além de amostras de material etnográfico (flechas, arcos, vestimentas de penas e couros, etc.).

---

<sup>60</sup> Arquivo do Estado da Bahia (APB) – Seção Colonial e Provincial / Comissão de Exposição da Bahia–maço 1568; Regulamento para a abertura do serviço da Exposição da Bahia da Comissão Baiana de Exposição ao Presidente da Província da Bahia.

<sup>61</sup> Arquivo do Estado da Bahia (APB) – Seção Colonial e Provincial / Comissão de Exposição da Bahia–maço 1568; Ofício de 10 de outubro de 1872, da Comissão Baiana de Exposição ao Presidente da Província da Bahia.

<sup>62</sup> Nasceu em 1831, em Salvador, faleceu em Paris em 1886, formou-se médico pela Faculdade de Medicina da Bahia, trabalhou nesta Faculdade como lente substituto da disciplina Ciências Acessórias e da cadeira de química e mineralogia. Foi Diretor da Faculdade de Medicina e ensinou trigonometria e geometria no Liceu da Bahia. SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Vol.III, p.107.

<sup>63</sup> Arquivo do Estado da Bahia (APB) – Seção Colonial e Provincial / Comissão de Exposição da Bahia–maço 1568; Ofício de 10 de outubro de 1872, da Comissão Baiana de Exposição ao Presidente da Província da Bahia. Ele era marceneiro e entre 1842 e 1843, fez para a Igreja do Bonfim, seis bancos de jacarandá, com assento de palhinha, e um banco para descansar a cruz do Arcebispo (ALVES; 1976, 135).



Caso seus produtos agradassem ao Júri de Qualificação, os produtores seriam premiados e selecionados para as exposições nacionais. Os prêmios consistiam em medalhas e menções honrosas, recompensas de forte caráter simbólico para aqueles que as recebiam, uma possibilidade de ter seu nome e sua produção figurando para sempre no panteão das Mostras Universais.

Art.18 os premios consistirão em medalhas de prata e de cobre e em menções honrosas, e serão distribuidos segundo o merito dos artigos expostos

Art.19º O julgamento dos objetos será feito durante os oito dias imediatamente posteriores à exposição, reunindo-se para esse fim o jury no salão da congregação do lyceu, à hora que for convencionada<sup>64</sup>.

Encerrada a Exposição, o Júri dispunha de alguns dias para apresentar sua escolha. Esta relação de expositores premiados seria divulgada e, os produtos enviados para a Corte. Em todas as Exposições (provinciais, nacionais e universais) ocorriam premiações. Estes prêmios, no caso das nacionais e provinciais, eram um instrumento de seleção dos produtores e demais expositores habilitados a participarem das Exposições Universais.

A relação dos premiados era divulgada na imprensa para que os expositores pudessem pegar seus prêmios e diplomas e, quando necessário, fornecer mais amostras de produtos.

Illmo e Exmo Snr

De ordem da Comissão Superior da Exposição Nacional tenho a satisfação de passar as mãos de V. Ex.a a inclusa relação de expositores das diversas provincias do Imperio, que foram premiados pelo Jury geral de qualificação, para que a faça publicar nos jornaes d'essa capital por inteiro ou simplesmente a parte relativa a essa provincia<sup>65</sup>.

Todo o processo de premiação era cercado de solenidade. Não havia, porém, a mesma importância e publicidade da abertura das exposições. Ainda assim, era um momento em que os contemplados pelas distinções das Comissões de Exposição tinham seu valor reconhecido na participação do esforço para a evolução técnica e intelectual da nação brasileira.

Geralmente, os premiados da Bahia estavam nas categorias de: produtos agrícolas, matérias-primas (café, algodão, cacau), alguns derivados do açúcar de cana

<sup>64</sup> Arquivo do Estado da Bahia (APB) – Seção Colonial e Provincial / Comissão de Exposição da Bahia– maço 1568; Regulamento para a abertura do serviço da exposição da Bahia (1872).

<sup>65</sup> Ofício de José Joaquim de Azevedo secretario da Comissão da Exposição Nacional ao Presidente da Província da Bahia, datado de 20 de setembro de 1873. Arquivo do Estado da Bahia (APB) – Seção Colonial e Provincial / Comissão de Exposição da Bahia– maço 1568.

(cachaças, licores, etc.) e, na categoria dos produtos manufaturados, alguns móveis e charutos. O que fosse representativo das populações indígenas e sertanejas não entrava na relação de materiais premiados. Pela “Relação dos expositores da Província da Bahia premiados pelo Júri de qualificação da 4ª exposição Nacional, com a medalha de mérito. Rio de Janeiro 14 de fevereiro 1878” temos uma idéia dos produtores e produtos premiados na Bahia. Foram 17 medalhas distribuídas:

1. Thomas Luis de Barros Wanderley - assucar
2. Umbelino Tosta (Coronel) - fumo da Cachoeira
3. o mesmo - café
4. Miguel Leitão de Carvalho - aguardente, e vinhos
5. José de Vasconcelos Sousa Bahiano - fumo de St. Anna
6. Malaquias Roiz Gomes - pelica e pergaminho
7. Francisco Nicolau Gonzagga - guarda vestido de Gonçalo Alves
8. Francisco Per.a Vasconcelos - vinho de cajú
9. o mesmo - conservas vegetaes
10. Ernesto Knull - café
11. Dias Lima - chocolate
12. Comissão Superior da Exposição - pela exibição
13. Comissão Municipal de Santarem - amostras de madeira
14. A de Cerqueira Lima - assucar
15. Cerqueira H. - rapé
16. Polybio Jose da Rocha - movel multiforme
17. Pedro José de Lima - chocolate<sup>66</sup>

À frente vamos nos debruçar mais detidamente nos produtos enviados e premiados, quando da análise dos catálogos das exposições, mas antes comentaremos algumas das dificuldades encontradas no percurso de organização dos eventos provinciais.

### **2.3 Desventuras provinciais**

Na segunda metade do século XIX, Salvador passava por expansões no traçado da cidade. Em razão do crescimento populacional a cidade via abrir mais áreas de povoamento, obrigando as autoridades a buscar fórmulas para acompanhar o aumento da população e minimizar dificuldades causadas. Os problemas de urbanização apontam para a febre em modernizar que tomou conta dos administradores da Província da

---

<sup>66</sup>APB/ Seção colonial e provincial, maço 1587 - Relação dos expositores da Província da Bahia premiados pelo Júri de qualificação da 4ª exposição Nacional, com a medalha de mérito. Rio de Janeiro 14 de fevereiro 1878.

Bahia, sendo Salvador o principal foco de seus esforços, e os engenheiros os articuladores e principais idealizadores deste processo. Afinal, a segunda metade do século XIX pertencia a estes homens e as novas técnicas apreendidas na Europa e trazidas para a Bahia. Mas, “civilizar” ia além das questões urbanas e enveredava pela mudança de hábitos de negros, mulatos, brancos pobres - os “primitivos” -, fazendo-os abandonar costumes ou valores tradicionais enraizados em seu cotidiano (SAMPAIO, 2005; 95). A Província entrava na marcha rumo à modernidade e uma nova estética burguesa entraria na cidade, invadiria as instituições e transformaria o ambiente com a anuência ou não de seus habitantes<sup>67</sup>. Foi nessa atmosfera de uma modernização adaptada às condições locais, cheia de particularidades, que aconteceram as Exposições da Província que, bem sucedidas ou não movimentaram a cidade de Salvador e o interior da Bahia.

Mas, como é de se esperar na organização e execução de eventos que mobilizam grandes esforços, somas e pessoas, aconteciam contratemplos e incidentes que deixam à mostra fragilidades que perpassavam as exposições baianas. A documentação nos deixa entrever - e imaginar -, o desenrolar de alguns dos transtornos que devem ter causado problemas para as comissões organizadoras e autoridades provinciais. Afinal, muito colaborava contra e não a favor das exposições: a precariedade dos transportes, os recursos insuficientes, as distâncias enormes em busca dos produtos a serem expostos, certa má vontade de alguns produtores, por vezes, *o desfalecimento geral era superior à dedicação desenvolvida*<sup>68</sup>, rugas entre expositores, a vinda e devolução dos produtos onde ocorriam perdas ou extravios enfim, uma boa variedade de entraves, aborrecimentos e imprevistos que deveriam dificultar o trabalho das comissões.

Lamentamos as circunstancias de força maior, que nos privam de apreciar-os e admirar-os desde já; mas esperamos que as autoridades e as pessoas influentes d'essas mesmas localidades, a quem nos dirigimos, já directamente, já por intermedio de S. Ex. o Sr. Presidente da Província, encontrarão sufficiente estímulo no seo proprio patriotismo para acudirem a tão importante appello<sup>69</sup>.

<sup>67</sup> Para que a modernidade entrasse em cena foram introduzidas algumas obras urbanísticas em Salvador, como a Ladeira da Montanha (1851), a construção do Elevador Hidráulico da Conceição ou Lacerda (1873) e, o transporte de bondes por tração animal surgido em 1869, nos primeiros movimentos de substituição as cadeiras de arruar muito comuns na Salvador colonial e imperial.

<sup>68</sup> BPEB - Catálogo da Exposição Baiana de 1875, p.6.

<sup>69</sup> BPEB/ Discurso de Antônio Mariano Bomfim, membro da Comissão da Exposição Provincial Baiana, por ocasião de sua inauguração, em 10 de novembro de 1872. CATALOGO DA EXPOSIÇÃO PROVINCIAL DA BAHIA - precedido pelos discursos proferidos no Acto de Abertura da mesma

...e as queixas contra os resultados auferidos nas exposições transactas; queixas reproduzidas como estribilho geral todas as vezes que solocitava a Comissão o auxilio dos industriais importantes<sup>70</sup>.

Uma das questões que atrapalhava o andamento das Exposições Provinciais e Nacionais era relacionada aos transportes<sup>71</sup>. Na documentação pesquisada são relatados que os recebimentos e envios de acervos para a exposição eram feitos por barco, via marítima, por navegação de cabotagem.

Accuso recebido o officio de 5 do mez proximo passado, com que V. Ex.a enviou os documentos de despezas feitas com a passagem que tivera no Vapor Oneida o Doutor Firmino Rodrigues Vieira, Representante desta Provincia na Exposição Nacional, e frete dos objectos que d'aqui forão remetidos e que seguirão n'aquelle vapor com destino ao Presidente da Commissão da mesma exposição na Côte<sup>72</sup>.

Quando o pacote "Cotopaxi" chegou na localidade de Caixa-Pregos levando em sua carga de 18 caixões, contendo 5.220 exemplares da obra 'O Imperio do Brazil na exposição Universal de 1873 em Vienna d'Austria' que deveriam chegar às mãos do vice-consulado em Bordeaux surgiu um imprevisto; o barco encalhou. A expectativa de que a embarcação pudesse demorar, em razão de prováveis reparos, fez com que o então presidente da província, o Visconde de Jaguary, procurasse outro meio para que os volumes chegassem ao seu destino o mais rápido possível. Foi necessário transferir

---

exposição e no da instalação da Sociedade Auxiliadora da Industria Bahiana em 1872. Bahia: Typographia de J. G. Tourinho, 1872, p.9

<sup>70</sup> BPEB/ Catálogo da Exposição Baiana de 1875, p.6.

<sup>71</sup> A viação férrea na província da Bahia começa a ser instalada a partir da lei nº641, do governo imperial, de 26 de junho de 1852(SIMÕES, 1977; 21). A Bahia era cortada pelas seguintes estradas: Bahia ao São Francisco; Central da Bahia; Estrada de Ferro de Santo Amaro; Tram Road Nazareth; Estrada de Ferro Bahia e Minas; Estrada de Ferro Centro Oeste da Bahia; e Estrada de Ferro Ilhéus a Conquista.

A estrada de ferro Bahia – São Francisco tinha por objetivo ligar as cidades de Salvador a Juazeiro, a primeira concessão foi dada em 1853 a um particular o Sr. Joaquim Francisco, sendo posteriormente, renovada em nome da Bahia and São Francisco Railway Company, com sede em Londres. Nos anos de 1856 a 1870 esta companhia alargou o trecho até Alagoinhas. Esta estrada não obteve resultados lucrativos e a empresa desinteressou-se em renovar o contrato. Durante os anos de 1870 a 1888 esta estrada operou com déficit (MATTOSO, 1992; 470-471).

Segundo afirma Kátia Mattoso, a dificuldade maior enfrentada pela instalação de uma rede ferroviária na província da Bahia vinha da resistência dos donos de terras que não desejavam que as vias passassem por suas propriedades ou, simplesmente, se opunham à construção de ferrovias por sentimentos de estranhamento à nova forma de transporte. O resultado desta postura conservadora aliada à falta de recurso causou uma má integração da malha ferroviária baiana, encarecendo o transporte de mercadorias e passageiros (MATTOSO, 1992; 473).

<sup>72</sup> Arquivo do Estado da Bahia, seção colonial e provincial, maço 1568. Officio do governo de Sergipe, datado de 08 de novembro de 1866, para o Presidente da Província da Bahia,.

parte do “carregamento” para outra embarcação; o pacote “Inglez”<sup>73</sup>. Resolvido este imprevisto, chegaram a Viena os ansiados catálogos.

Mais comum que navios encalhados, era a demora na devolução de alguns produtos ou artefatos para os respectivos proprietários. A viúva Odília Velloso Touro, por exemplo, precisou recorrer por intermédio de seu procurador, Gustavo César Tourinho, ao presidente da província da Bahia por que um retrato miniatura “representando S. M. Imperial Napoleão 3<sup>o</sup>”, pintado por seu falecido esposo, enviado para figurar entre os “produtos do Brasil” na exposição em Londres de 1862, não foi devolvido e um ano havia passado<sup>74</sup>.

A troca de premiações foi outro motivo de reclamações indignadas. O expositor Antônio Álvares dos Santos viu seu prêmio obtido pela farinha de milho julgada pela Comissão da Exposição Provincial de 1872, entregue ao Sr. Antônio Gonçalves dos Santos que nem sequer havia inscrito nada semelhante. Lutava o preterido Antônio pela sua recompensa, uma medalha de cobre (prêmio de 2<sup>a</sup> classe segundo o documento), sendo que, já havia recebido uma medalha de prata (prêmio de 1<sup>a</sup> classe) pelo chocolate que expôs<sup>75</sup>. Fato que nos faz ver as disputas dentro de uma arena não tão pacífica que essas exposições acabavam criando. Lutar por uma medalha, signo de distinção, fazia a diferença entre o anonimato e um lugar ao lado dos modernizadores.

Ao mesmo tempo em que esses incidentes deixam transparecer certa improvisação, dando a perceber os limites de organização e articulações com o interior para que acontecessem as exposições na capital, eles nos fazem vislumbrar os grandes esforços para que a província tivesse sua presença efetivada neste cenário de modernização que eram as exposições da nação.

Apesar das limitações fazer acontecer as exposições parecia compensar o esforço em troca de eventuais negócios e do lucro simbólico que vinham em benefício da boa imagem da Bahia frente ao Império e ao mundo civilizado. Apesar de todas as dificuldades, como considera Mariana Thomas Kazan, o espírito de modernização se

---

<sup>73</sup> APB/ Seção colonial e provincial, maço 1587 - Correspondência da Comissão superior da Exposição Nacional ao Presidente da Província da Bahia em 3 de outubro de 1873.

<sup>74</sup> APB/ Seção colonial e provincial, maço 1568- Carta enviada pelo Sr. Gustavo César Tourinho procurador de Odília Velloso Tourinho, em 11 de novembro de 1863 para a Presidente da Província da Bahia.

<sup>75</sup> APB/ Seção colonial e provincial, maço 1587- Correspondência de 26 de maio de 1875 enviada ao Presidente da Província da Bahia, Sr. Venâncio Gonçalves de Oliveira Lisboa, pelo expositor Antônio Álvares dos Santos.

infiltrava pelas províncias aproximando-as mostrando o “lado positivo” fortalecendo a comunicação entre elas (KAZAN, 2005, p. 234).

Este esforço de elaboração dos eventos foi resultado da repercussão da propaganda das possíveis benfeitorias do progresso; como a nova noção de trabalho, a importância das transformações industriais<sup>76</sup> e também a nova eficácia da tecnologia para as produções industriais ou processamentos agrícolas. Esperava-se que as exposições trouxessem resultados comerciais que não eram de se desprezar. E por mais sedutoras que fossem as possíveis benesses das exposições, elas iam ser postas frente a frente com outras condições, esbarrando em obstáculos diversos. O evento na cidade do Salvador cuja organização que contava com recursos muito mais parcos e, por vezes, espaços improvisados ficava longe das poderosas estruturas criadas para dar suporte aos eventos universais.

Do interior da Bahia confluíam para a cidade do Salvador os mais diferentes produtos agrícolas, animais, produções caseiras, artefatos de couro, amostras mineralógicas, panos e muitos outros que, junto com aqueles produzidos na capital da província, passavam por um primeiro filtro de seleção para daí serem embarcados em navios e enviados ao Rio de Janeiro. Se muito era perdido no caminho por sua pericibilidade, por acidentes ou desvios os produtos deviam lá chegar acompanhados de catálogos, seguindo as regras dos países-sede, com a função de encaixá-los numa estrutura pré-determinada de ordens, classes, sub-classes tendo por base o pensamento científico positivista da época. São os catálogos, como veremos a seguir, que mostram um hiato entre aquilo que aportava no Rio para os certames nacionais, e o que ia para as exposições internacionais após o segundo filtro de seleções que se encarregava de escolher e indicar o que seria levado para fora do país.

---

<sup>76</sup> Paulo Coelho Mesquita Santos ressalva que para se compreender a seção de minerais nas exposições de Londres, Paris, Viena e Filadélfia é preciso conectá-la as “profundas transformações que a indústria siderúrgica sofreu na segunda metade do XX (SANTOS, 2009:35)

### Capítulo 3 - As classificações e os produtos

Nos sistemas de representação que são as exposições universais, a função classificatória joga um papel determinante.

Brigitte Schroeder-Gudehus & Anne Rasmussen  
1992

No capítulo anterior procuramos reconstituir a estrutura operativa e todo o percurso para que acontecessem as apresentações brasileiras nas Exposições Universais do século XIX, seguimos as exposições provinciais na Bahia, que figurava no elenco das províncias participantes dos eventos nacionais (ao lado do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Parayba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, em 1866<sup>77</sup>). Reconstruímos no que foi possível a organização das Exposições Brasileiras e Baianas até o ápice da Exposição Universal. Observamos também que a organização de uma exposição passa pela composição de um catálogo dos produtos a serem expostos. Neste capítulo nos deteremos mais atentamente nos catálogos e no papel das classificações na ordenação dos produtos da exposição que era fruto da nova leitura de mundo que as Exposições Universais personificavam.

Qual o lugar que ocupavam as classificações em todo o processo de organização das Exposições Universais? É a questão que pretendemos esclarecer com a análise dos catálogos expositivos. A oportunidade de seguir e comparar as classificações de alguns catálogos nacionais e internacionais dessas exposições nos dá algumas balizas para a comparação. Para isso tratamos dos seguintes aspectos que se relacionam: números que demonstram a magnitude das exposições universais; questões próprias às classificações e aos catálogos e, uma amostragem dos produtos baianos através do Catálogo da Província da Bahia (1872). Nosso objetivo é também fazer um balanço mais detalhado do hiato gerado entre o que era solicitado e apresentado de exposição para exposição, sem perder de vista que nossa abordagem sobre os eventos provinciais pretende avaliar aspectos sócio-culturais que lhe foram intrínsecos ou decorrentes.

---

<sup>77</sup> BPEB/ Exposição Nacional. Catalogo da Segunda Exposição Nacional, Rio de Janeiro, 1866.

### 3.1 A magnitude das exposições universais

Exposições Internacionais, no século XIX, eram eventos grandiosos. Tudo nestes espetáculos era maximizado, elaborado para deixar a assistência boquiaberta, fascinada. Os pavilhões tomavam áreas de bairros inteiros das cidades que abrigavam as exposições; as cifras envolvidas também eram enormes: o número de expositores passava dos milhares e a visitação chegava aos milhões. Uma fonte disponível para se ter essa dimensão é o trabalho “*Lês fates du progrès: le guide des expositions universelles 1851-1992*” de autoria de Brigitte Schroeder-Gudehus & Anne Rasmussen (1992), esta obra abrange mais de um século de eventos internacionais. Apesar das dificuldades que as autoras declaram ter enfrentado para sistematizar as informações, pela assimetria dos dados em razão das fontes disponíveis e por conjunturas particulares a cada uma das exposições, é possível fazer algumas comparações entre as exposições, observando mudanças e permanências entre elas.

Os eventos não eram homogêneos, cada uma das Exposições Universais tinha uma Comissão Organizadora que procurava preparar um evento superior aos anteriores. Cada uma das exposições elaborou sua própria linguagem, seu discurso diferenciado. Contudo, os campos informativos que as autoras conseguiram sistematizar nos fornecem números que vão desde momento da preparação do evento até o volume da visitação<sup>78</sup>.

Estas Exposições eram acontecimentos tão complexos e criaram um capital simbólico tão significativo, que as autoras as consideram “entidades” no sentido de produção cultural autônoma, ainda que dependentes das condições históricas - econômicas, sociais, culturais e políticas - (SCROEDER-GUDEHUS, RASMUSSEN, 1992, p. *Introduction* e 9-20). As Exposições Universais eram eventos poderosos que criaram maneiras novas de interpretar o mundo, em sintonia completa com a sociedade que se configurava. As exposições são reflexo e causa que aparece personificado em

---

<sup>78</sup> As autoras procuram sistematizar a seguinte sequência de dados: designação oficial; tema; símbolos; o espaço; categorias; o lugar onde foram realizadas em relação às cidades; datas; superfície ocupada; expositores; número de visitantes; preços das entradas; custos; etapas (motivos, iniciativa e preparativos; forma jurídica, responsabilidades; participação estrangeira; prédios e pavilhões, as classificações; congressos; sistemas de júris e recompensas além de indicações bibliográficas para cada um dos eventos (SCROEDER-GUDEHUS, RASMUSSEN, 1992).



novos espaços de socialização e lazer, uma nova visão quanto à família, privacidade, e, em cidades mais amplas, arejadas, expostas (BARBUY; 2006, 70-71).

Com o trabalho de Brigitte Schroeder-Gudéhus e Anne Rasmussen em mãos escolhi algumas informações para compor a tabela abaixo, com aquelas Exposições Universais em que o Brasil participou. Além do país organizador, reproduzimos as designações oficiais, o tema, a duração, o número de expositores, o volume da visitação, as fontes de financiamento e a classificação que já nos dá um indicativo das disjunções de um evento para o outro.

Chamamos a atenção em particular para os dados sobre a duração dos eventos que se estendiam por, em média, seis meses. Os pavilhões expositivos eram construídos rapidamente e, com a mesma velocidade, destruídos. Os espaços de exposição eram grandes e funcionais, preparados para fascinar os visitantes. As autoras apontam que, na segunda metade do XIX, os expositores eram o centro do evento, sendo que, os catálogos, listando os colaboradores e seus produtos por nação, eram a “peça mestra”. Os catálogos permitiam a ordenação do universo da exposição, e possibilitavam a visão comparativa da produção de cada país envolvido. Os produtos marcavam a imagem dos empreendimentos e, também, das nações. Da variedade, riqueza, beleza e técnica dos produtos expostos, cada país construía um conceito, um discurso, se promovia. A propaganda se relacionava diretamente com o comércio, incentivado pelos certames internacionais.

Em relação à visitação, as cifras são impressionantes. O número de visitantes chegava a milhões (pagantes e não pagantes), levando ao investimento na divulgação por parte dos organizadores encorajando a participação de nações que poderiam ser clientes em potencial. Outro detalhe significativo era o horário disponível para visitação, bastante extenso - de manhã até a noite - funcionando por até 12 horas ininterruptas. Essas exposições, vale lembrar, eram oportunidade de transações comerciais e, eram também espaços de lazer cheio de novidades e divertimentos; o “mundo das exposições” onde o ver, sentir e aprender vinham conjugados. Acima de tudo uma “experiência visual” característica intrínseca das exposições como fenômenos de visualidade; um chamariz para o “bom burguês” (BARBUY, 1999, p.49 e 66).

**Tabela 2. Exposições Internacionais em números – 1862 a 1889**

Ano	País	Designação oficial	Tema	Duração	Expositores	Visitação	Financiamento	Classificação
1862	Inglaterra	Exibição Internacional de Indústria e Arte – Londres 1862		184 dias	29.765	6.096.617	Comissão real	4 seções, 40 classes
1867	França	Exposição Universal de Paris 1867		217 dias	52.200	11.000.000 e 15.000.000	Financiamento público	10 grupos, 95 classes
1873	Áustria	Welt-Ausstellung 1873 in Wien	Cultura e educação	184 dias	53.000	7.255.000	Capital misto	26 grupos
1876	Estados Unidos	Exibição Internacional do Centenário – exibição de artes, manufaturas e produtos de [soil] e minas	Celebração do centenário da Independência Americana e da Declaração de 4 de julho de 1776	184 dias	30.864	10.000.000	Capital privado	7 grupos, 340 classes
1889	França	Exposição Universal de 1889 Paris	Comemoração do Centenário da Revolução Francesa	180 dias	61.722	32.250.297	Capital misto	9 grupos, 83 classes <sup>79</sup>

Não é preciso muito esforço para com estes dados imaginar a grandiosidade desses eventos. A exposição de Paris de 1867, por exemplo, a segunda que o Brasil participou, ocupou a área de 172 acres (43% foram reservados para a França), teve 52.200 expositores e, foi visitada de 11 a 15 milhões de pessoas de onde o Brasil trouxe 100 “recompensas” ou medalhas de mérito (SCROEDER-GUDEHUS, RASMUSSEN, 1992, p, 74-78).

A diferença de proporções entre os eventos internacionais e os organizados no Brasil é enorme. Desde os pavilhões construídos, a duração dos eventos e a visitação, os espetáculos internacionais são o ápice do processo de exposição mundial. Porém, todas as exposições organizadas para este ápice têm pontos de convergência. Alguns procedimentos são comuns a todas elas, precisando ser executados para a feliz conclusão dos certames. Entre estes procedimentos, a classificação dos produtos e a organização dos catálogos das exposições, era o que criava uma linguagem comum a todos os países participantes e permitia que os júris de premiação avaliassem quais produtos mereciam a distinção de uma medalha ou uma menção honrosa.

A grandiosidade e a complexidade para implantar esses cenários espetaculares, materializavam a força dos países-sedes que não se furtavam em criar ilusões e, através delas, um modelo de mundo onde cada nação tinha um papel a desempenhar. Mas, esse mundo criado – um sistema de representação – recorreu à classificação associada à comparação para implantar o intuito didático e pedagógico nas Exposições. Mundo ilusório gerenciado por regras registradas na regulamentação escrita, distribuídas para serem seguidas pelas nações convidadas e seus expositores. A ordenação de produtos seguia uma ordenação de papéis que geraram e difundiram imagens estereotipadas. Para o Brasil, por exemplo, o papel reservado era o de “manancial de riquezas naturais” (BARBUY, op.cit., p.44). Segundo Foot Hartman, em 1875, a exposição baiana recebeu sete mil visitantes com ênfase na máquina a vapor e na área têxtil (HARDMAN, 1988, p.90 e 87). A gama variadíssima de produtos que chegavam a um evento dessa natureza devia se encaixar *a priori* na grade classificatória e, os catálogos refletiam essa organização. Mas, isso nem sempre acontecia. Havia algumas adaptações, podia se contar com alguma liberdade criativa.

### **3.2 Os catálogos e as classificações**

Os catálogos destinados a uma Exposição Universal tinham características próprias e bem diferentes de catálogos expositivos conhecidos atualmente. Baseado nas fontes de que dispomos para esta dissertação: catálogos das exposições brasileiras de Paris (1867 e 1889); Viena (1873); Filadélfia (1876), catálogos das exposições baianas de 1872 e 1875, analisaremos a estrutura destes documentos e o papel importante desempenhado por eles nas Exposições Universais do século XIX. Atualmente, quando nos referimos a um catálogo de exposição a primeira característica que vem à mente é a imagem. Os recursos de cor e imagem, a reprodução dos objetos que compõe a exposição e, textos curtos em linguagem sintética e simples, não ocorrem nas Exposições do século XIX. A lógica deste evento não é meramente informativa ou ilustrativa, como nas exposições atuais.

A linguagem das Exposições Universais segue a lógica do enciclopedismo e do didatismo burguês, que permanecem nos eventos da atualidade, mas, com uma diferença gritante de objetivos. Hoje o mundo está inserido numa sociedade capitalista, filha da sociedade burguesa pós-revolução industrial. O planeta é uma aldeia, os povos estão

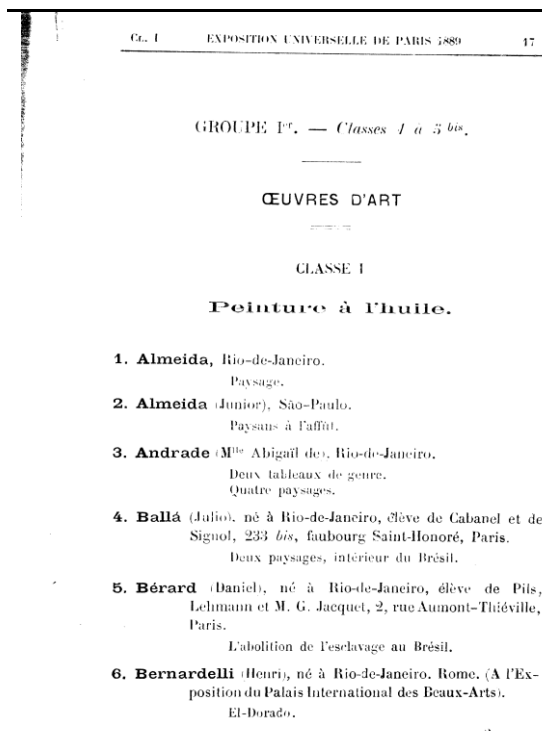
muito próximos e, são raros os momentos de estranhamento com costumes estrangeiros. No contexto em que aconteceram as Exposições Universais, o mundo estava se ampliando, o contato entre alguns povos estava apenas começando, havia o estranhamento com costumes novos. A sociedade burguesa estava se estabelecendo como padrão, precisava conquistar espaço, recrutar governos e pessoas. Por estas razões, os catálogos das Exposições Universais se distinguem na estrutura, no volume de informação e na forma como esta informação é apresentada.

Os catálogos dos pavilhões brasileiros nas Exposições Universais se compunham de listas de produtos e produtores, organizados por província e respeitando as categorias classificatórias dadas pelas Comissões Organizadoras das Exposições Universais. Os catálogos nacionais encontrados para este trabalho têm dois tipos bem diferenciados. Os catálogos que foram enviados a Paris em 1867 e Viena, em 1873<sup>80</sup>, apresentam uma descrição pormenorizada do país compostos por informes gerais sobre o clima; relevo; produção econômica; sistema de governo e, população. Estes informes sobre o Brasil são bastante ideais, sedutores e otimistas quanto ao futuro. O catálogo da Exposição Brasileira para a Exposição Nacional de 1875 e o evento de Paris, em 1889, parte propriamente dita da classificação<sup>81</sup>, estes dois catálogos são compostos de listas onde os produtos são enquadrados nas categorias dadas pelas Comissões internacionais.

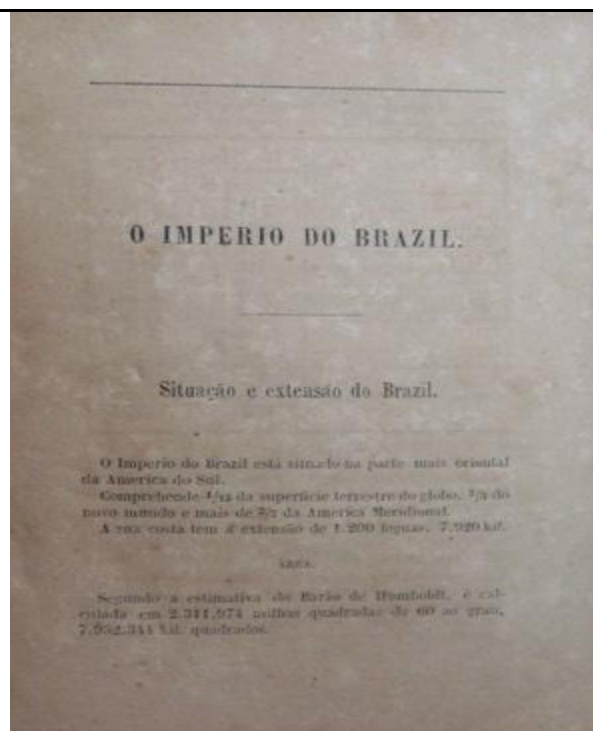
---

<sup>80</sup> BPEB/ A edição do Catálogo de 1873 foi uma edição ampliada do texto de 1867. As informações sobre população foram atualizadas e foi inserido um texto sobre a situação do trabalho escravo no Brasil, com informação sobre a Lei do Ventre Livre e a emancipação gradual do sistema escravista. **O IMPÉRIO do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Viena d'Austria/** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

<sup>81</sup> De acordo com Olga Pombo, o ato de classificar é algo que, à primeira vista, parece óbvio, natural. Classificar os seres, os saberes e os fatos a que estamos expostos nos mantêm estáveis, nos situam no mundo e estabelecem a relação que constituiremos com o ambiente. Há várias formas de classificar, a depender do ponto de fuga escolhido, dos objetivos e intenções do “agente classificativo”. Com base em A. Diemer autor da obra “*L'Ordre (Classification) Universel des Savoirs comme Problème de Philosophie et d'Organisation*” quatro grandes orientações classificatórias no nosso século: a classificação dos seres (ontológica); a das ciências (gnosiológica); a classificação dos livros (biblioteconômica) e a classificação das informações, sendo que cada uma dessas orientações teve primazia sobre outra de acordo com fases do desenvolvimento histórico do “problema da classificação”(POMBO, s/d, 3 a 9)



**Figura 7 – EXPOSITION Universelle de Paris, 1889. Empire du Brésil: Catalogue Officiel, p.17.**



**Figura 8 - O Império do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Vienna d'Austria, p.5.**

Os catálogos da província da Bahia, de 1872 e 1875, seguem o princípio da classificação. Estão listados os produtos, expositores e as cidades de origem dos acervos. Para organizar esta lista, as categorias de classificação constroem grandes conjuntos, grupos e classes.

Via de regra, classificações baseavam-se em princípios enciclopédicos que, como explica Michel Foucault, foi recurso inspirado pela História Natural transportado para outros ramos da ciência. Para Foucault, o ato de classificar estabeleceu os códigos ordenadores da nossa cultura, e através deste ato nos tornamos mais familiarizados com o mundo que nos rodeia e instrumento para a compreensão da sociedade. Instituições como museus, universidades e mesmo as exposições surgem com o objetivo de serem espaços onde o mundo natural deveria ser colocado em foco e descrito em detalhes, transformando-se em espaço de construção de conhecimento que foram consolidados pela história natural (FOUCAULT, 1966).

Nesse momento da construção das ciências o recurso à classificação eliminava a temporalidade, justapondo seres uns ao lado dos outros, segundo traços comuns. Filosofia que, incorporada ao darwinismo, passou a conceber estágios de

desenvolvimento com os vencedores no topo iguais aos mais aptos. Essa noção aproveitada e aplicada para as sociedades humanas teve como ponto de partida a sociedade burguesa, modelo prevalente na segunda metade do século XIX (FOUCAULT; 1966, 142-146)<sup>82</sup>. É também a concepção intelectual que sustentava as Exposições Universais, o funcionamento dos eventos, a composição dos catálogos e, mesmo, a disposição e apresentação dos produtos no espaço expositivo carregando a ordenação dos papéis desempenhados pelos países participantes compondo um compartilhamento entre fatores ideológicos, a mentalidade cientificista de tendência enciclopédica e os jogos do poder entre as nações.

Para as Exposições Universais o pêndulo do pensamento classificatório ora seguia princípios franceses, ora ingleses ou norte-americanos criando enquadramentos diferentes de exposição para exposição e pondo em evidência questões nacionais, filosóficas e pragmáticas entre esses países. A “reflexão classificatória” de meados do século XIX encontrava eco nas taxonomias naturalistas do século anterior; classificar correspondia ao ato de conhecer (SCHROEDER-GUDEHUS & RAUSMUSSEN, op.cit., p, 21, 22-23).

As classificações, ainda que ocorressem algumas variações de evento para evento, são consideradas por Heloísa Barbuy como um traço de permanência (BARBUY, op.cit, p. 43). Cumpriam a função de classificar e a de comparar. A primeira, classificar, formava a “coluna vertebral” e estabelecia o padrão de ordem segundo princípios de afinidade, organizando séries, grupos e classes formando conjuntos coerentes. Por sobre esses conjuntos se faziam as comparações (a 2ª. função) facilitando a avaliação a ser feita pelos júris de premiação. Interessavam inclusive para fins da própria apresentação dos produtos arrumados de acordo com essa lógica que vinha de encontro ao interesse do produtor e do comerciante, portanto, útil para os negócios, para os visitantes e para os especialistas.

As classificações são a parte mais importante e árdua dos catálogos. Sua organização no Brasil ou na província se apresentava como uma atividade de muita complexidade e aridez, a que deviam se dedicar os organizadores que se viam na

---

<sup>82</sup> Os dois teóricos mais em voga no debate da classificação do mundo foram Buffon e Lineu antagônicas entre si. Na proposta de Lineu toda a natureza poderia entrar numa taxonomia, podendo ser explicada por similitude encaixando-a no esquema nome/teoria/gênero/espécie/atributos/usos/literária. Diferentemente para Buffon os esquemas rígidos de classificação não conseguiam abranger a complexidade da natureza (FOUCAULT, 1966, p.139-140)

necessidade de seguir os parâmetros dados. Era uma tarefa complexa, abarcar um ‘todo’ a ser encaixado na estrutura pré-concebida para pensar um conjunto lógico que não encontrava correspondência na prática. Daí a dificuldade que identificamos das Comissões no Brasil de seguir à risca as orientações vindas dos países-sede. As Exposições Universais, visto que, são ‘entidades’ pretendiam categorias tão auto-explicativas que servissem à compreensão de qualquer visitante, comunicando significado, mesmo aos menos esclarecidos. Além do que, produtos e outros bens brasileiros nem sempre encontravam lugar nas classes levando a necessárias adaptações.

Organizar um catálogo expositivo de tal complexidade não era mesmo uma tarefa simples. A organização do catálogo da exposição exigia empenho e conhecimentos muito específicos, uma empreitada que requeria a participação de pessoas cultas e infatigáveis. É o que se depreende da apresentação do catálogo para a segunda exposição nacional (preparatória para a exposição realizada em Paris, em 1867), missão levada a termo pelos senhores Matheus da Cunha e Raphael Archanjo Galvão Filho, no Rio de Janeiro (11 de novembro de 1866)<sup>83</sup>:

Encarregados de confeccionarmos o catalogo dos productos que concorreram á segunda Exposição Nacional, mal podemos mediar a altura do encargo que veio pesar sobre nós, pois que no começo da impressão das primeiras folhas desta obra fomos privados da valiosa colaboração do nosso intelligente e infatigável companheiro o Sr. Dr. Gabriel Militão de Villa Nova Machado, chamado a exercer outras funções no teatro da guerra.

O dever compellio-nos á não recuar e continuarmos.

Enumerar os entraves e difficuldades com que lutamos na inculca de elementos, que deveriam achar-se nos catálogos provinciaes, mas de que alguns foram inteiramente deficientes e meras relações de nomes sem indicações: confessar que a recepção dos productos foi prorrogada indefinidamente até hoje mesmo para a corte, e finalmente chamar a attenção dos leitores para o systema de classificação que cumpria-nos seguir na forma do regulamento de 16 de fevereiro ultimo, seria desnecessário porque é evidente e está no conhecimento da maioria dos visitantes da exposição.

Para responder por essa tarefa e contornar os problemas com a classificação consultavam diferentes obras de diferentes especialistas<sup>84</sup>:

Consultamos para a classificação botanica entre outros os trabalhos dos Drs. Martius, Velloso, Freire Allemão e o dictionario de plantas medicinaes do Brazil do nosso illustrado amigo Dr. Nicoláo Joaquim Moreira e finalmente

<sup>83</sup> BPEB/ Catalogo da exposição nacional de 1866. pg. I, II e III.

<sup>84</sup> Francisco Freire Alemão, botânico que participou, entre os anos de 1859 e 1861, da Comissão Científica de Exploração (CCE), também conhecida como Comissão das Borboletas com a missão de coletar espécimes da flora e fauna brasileira, fazer estudos sobre as populações indígenas, recolher material etnográfico (KURY, Lorelai. A Comissão Científica de Exploração (1859-1861): a ciência imperial e a musa cabocla.

servimo-nos do que escrevemos como secretários do jury da primeira exposição.(...)

Fizemos menção dos nomes botânicos de grande numero de plantas e das arvores de que se extrahem madeiras próprias para construção, seguindo os trabalhos dos mestres da sciencia; quanto ás ultimas, attendendo á sua importancia anotamo-las em grande parte com as indicações das dimensões em palmos e metros.

Os membros da comissão nacional deixaram transparecer as dificuldades em trabalhar com os catálogos provinciais que não chegavam ou que chegavam com atraso, o que pode ser um sintoma das dificuldades de comunicação entre as comissões provinciais e a nacional. O que gerava problemas que poderiam prejudicar a participação do Brasil nos eventos internacionais. As deficiências provinciais eram contornadas polidamente pelas Comissões Nacionais como ilustra a continuidade do documento a que nos referimos acima. A Comissão Nacional, no discurso oficial impresso, cuidava de encobrir as lacunas ou mesmo a falta dos catálogos provinciais. Para conhecer a “coleção de produtos naturais” foi preciso recorrer a explicações de pessoas ilustradas e de teóricos em voga no período:

Sentimos entretanto, viva satisfação em declarar, a respeito do primeiro motivo, que não foi por falta de zelo das commissões provinciaes e de seus dignos representantes por que esse foi manifesto, e se outras provas não tivéssemos a addusir em seu abono corria-nos o dever de commemorar o empenho e intelligencia com que o illustrado Sr. Dr. Bruno Cabral de Gouvêa digno representante por parte a Exposição Paraense, procurou supprir a falta do catalogo provincial, ministrando-nos informações muito importantes ácerca da variada e interessante collecção de productos naturaes e de industria exhibidos por aquella provincia; os esforços dos Srs. Dr. Coutinho e Serra representantes por parte das províncias do Amazonas e do Maranhão, que prestaram-se a preencher as imperfeições dos catálogos remetidos das referidas províncias, e assim os demais representantes de cuja bôa vontade infelizmente não nos foi possível aproveitar por não chegarem em tempo opportuno.(...)

Alguns productos não poderam entrar n'este catalago por terem chegado tarde e não virem acompanhados de guias explicativas; serão, porém todos contemplados no supplemento.

Outra dificuldade eram as denominações. Havia a designação de “produtos naturais” – a parte mais importante e numericamente representativa da exposição brasileira-, que eram conhecidas somente nas regiões de origem requerendo explicações precisas quanto as suas finalidades e usos:

O methodo que seguimos pareceu-nos o mais apropriado ao caráter especial dos productos naturaes, que constituem a parte mais importante da Exposição Nacional, isto é, productos cujos nomes indígenas só são conhecidos nas



localidades d'onde procedem e que exigem noticias precisas de suas applicações. (...)

Os produtos industriais e comerciais, por vezes, não recebiam a mesma atenção.

Demos noticias ligeiras sobre aquelles productos de maior interesse industrial e commercial.

Havia outros fatores complicadores como o curto espaço de tempo – a “pressão da urgência” - a extensão territorial do país de onde afluía uma variedade de produtos exigindo conhecimentos específicos, foram usadas como um meio de desculpar as imperfeições no catálogo:

A curteza do tempo não permittio que houvesem mais do que uma revisão das provas typographicas, trabalho que por não podermos pessoalmente desempenhar foi feito por especial favor pelo Sr. 1º. Secretario Dr. Souza rego a quem agradecemos.

A pressão da urgencia sob a qual foi feito este catalogo e o que mais é a importância do assunto que exige conhecimentos tão variados sobre diversos ramos de sciencia, que não temos a veleidade de querer abranger, servem-nos de escusa para as lacunas e imperfeições que houverem e que confiamos serão suppridas pelas luzes das illustradas commissões do jury.

Especialistas eram chamados a colaborar, porém, a leitura da documentação disponível não deixa dúvidas de que as grandes classificações e categorizações utilizadas na Europa ainda eram, senão desconhecidas, de pouca intimidade com os envolvidos com as Exposições Nacionais e Provinciais.

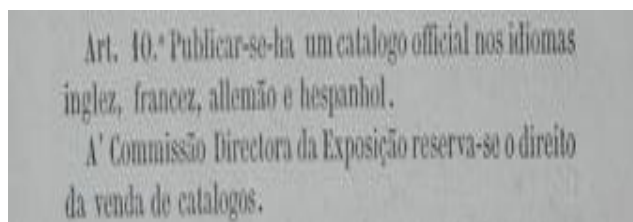
Acompanhar a estrutura de organização desses catálogos – os grupos, as classes, as seções, as categorias nas seções, as chamadas “colleções” (que remetem à noção de grupo de coisas similares) -, evidencia o fato de que seguir as grades classificatórias internacionais enviadas nem sempre era possível. Percebe-se que algumas são mantidas, outras desaparecem. Surgem então os vazios ou ‘saltos’ ao se confrontar a lista extensa de categorias internacionais, nacionais e locais. Uma explicação possível para essas lacunas poderia ser em razão de não existir produtos que se encaixassem na classe, não havia produção, ou não se sabe bem a razão não foram chamados a participar<sup>85</sup>.

O Brasil confeccionou seus catálogos seguindo o padrão estabelecido pelas Exposições Universais, que determinava que fossem confeccionados por país. A nação sede elaborava seu catálogo e as nações convidadas também elaboravam os seus volumes. A regra geral era que cada país convidado a participar dos eventos elaborasse

---

<sup>85</sup> No caso da Bahia chama a atenção que havia uma forte organização de oficiais mecânicos que trabalhavam com marcenaria, com o ferro, vidro e mesmo ourives com um conhecimento tido tradicional.como constata Lisie Reis (2006).

seus catálogos e os traduzisse para a língua oficial do país organizador do evento e em outros idiomas como: inglês, francês, alemão e espanhol. Como apresentado no trecho do documento destacado abaixo:



**Figura 9 - Exposição Internacional de Philadelphia em 1876 – regulamento geral para os expositores estrangeiros. p.3**

As classificações, como dissemos, vinham no corpo de regulamentos internacionais enviados para o Brasil e daí repassados para as províncias. Entretanto, se nos basearmos nos convites ou pedidos para participação no evento local da capital (cidade do Salvador) pouca ou nenhuma informação era dada a respeito, valendo o mesmo para condições do envio de produtos ou espécimes a exemplo das duas correspondências abaixo uma de 1861 e, a outra de 1873:

<b>Bahia, 20 de novembro de 1861</b>	<b>Illmo e Exmo Snr</b>
<b>Illmo e Exmo Senr</b>	<b>Comissão da Exposição da Ba. 9bro 5 1873</b>
<b>respondeo em 25 de out. 1861</b>	<b>A Comissão Superior da Exposição Nacional tem a honra de rogar a V. Ex.a que se digne de expedir as precisas ordens para que seja com brevidade remettida a esta Comissão uma materia circunsciada sobre as aguas salinas de Itapicuru.</b>
<b>Apresento a V. Ex.a dois sacos com algodão, e uma porção de fios de gravatá dentro de um destes, que acabo de receber da Vila de Maracá do Ten.e Cor. el Joze de Souza Botelho p.a figurar na exposição dos mais productos da provincia.</b>	<b>A Comissão Superior espera ainda mais uma vez ser por V. Ex.a attendida n'este pedido.</b>
	<b>Deus Guarde a V. Ex.a</b>

<b>Apresento a V. Ex.s meos protestos de consideração e estima D.s G.e V. Ex.a</b>	<b>Rio de Janeiro 5 de novembro de 1872</b>
<b>Illmo Ex.mo Sr. Dr. Pres. desta Prov.cia da Ba José Augusto Chaves</b>	<b>Illmo e Exmo Snr. Presidente da Provincia da Bahia</b>
<b>Joaquim de Azevedo Monteiro</b>	<b>A Comm.am [Sup] Nacional Visconde de Jaguary Visconde de Bom Retiro Visconde de Souza Franco J.e [ ] Antonio d'Beira respd.o em 25 de jan.o de 73</b>

### 3.3 As classificações das Exposições Universais e os catálogos no Brasil

As classificações não eram somente estruturas que serviam para organizar produtos ou a sua apresentação. Conforme Schroeder-Gudehus e Rausmussen, as classificações estavam inseridas em um debate sobre a nacionalidade, entre Londres e Paris, cada um reivindicando a “paternidade da idéia da exposição universal”. Assim, se aconteciam num país ou no outro iam sendo modificadas até mesmo em nome de um hipotético estilo nacional, o que modificava os critérios de julgamento dos júris tornando-se uma competição que levava consigo questões de comércio e indústria. Os fundamentos filosóficos eram postos em cheque bem como a lógica de criação das classes que interferia no julgamento dos produtos, o que equivale dizer, ao julgamento das próprias nações-sede.

As classificações, portanto, se tornavam testemunhas de um particularismo intelectual que era conveniente aplicar ou, modificar motivo para abertura ou exclusão de classes. O que estava em jogo nesses ordenamentos taxonômicos era, enfim, a produção manufaturada o que podia determinar desdobramentos para os ramos da indústria, das artes, das inovações e assim por diante. Questões dessa natureza criavam tensões que eram ajeitadas com justificativas bem argumentadas e influenciando nas nomenclaturas e o que cobriam seguindo o principio da universalidade (a “cada indivíduo, uma denominação”), e o da univocidade (“uma só denominação por indivíduo”). Tais as condições nas quais se engravou o espírito de criação das classificações que sofriam modificações demonstrando sua instabilidade. Ao lado desse aspecto havia outro, o do desenvolvimento disciplinar das classificações, expandidas também pelas pretensões científicas que estavam coladas às exposições (SCHROEDER-

GUDEHUS & RAUSMUSSEN, op.cit., p. 22-25,28). Os países participantes, como o Brasil, procuravam se inserir nestas diferentes lógicas classificatórias.

No Brasil, o esforço de elaborar uma publicação para cada exposição era por vezes trocado por uma adaptação de catálogos antigos, para aproveitar textos anteriores. Isto não quer dizer que as informações eram repetidas, mas, atualizadas para que se aproveitasse um tempo que era bastante curto para a execução de uma tarefa tão complexa. Eram mantidas e atualizadas informações sobre o país e suas províncias, sendo modificados as sobre os produtos escolhidos e os expositores selecionados.

Devendo-se, com a conveniente antecipação, colligir e coordenar os apontamentos necesarios para a obra, que tem de apparecer nos Estados Unidos Norte Americanos, com o titulo "O Imperio do Brazil na Exposição de Philadelphia em 1876", tenho a honra de enviar a V. Ex.a o exemplar junto, com folhas em branco intercalladas, do livro publicado quando teve logar a exposição de Vienna d'Austria em 1873, e rogo a V. Ex.a se digne ordenar que pelas repartições publicas da provincia sob sua illustrada administração, sejam acrescentadas, modificadas e corrigidos todos os artigos do citado livro, na parte referente à mesma provincia, de accordo com o que houver occorrido d'aquella época em diante<sup>86</sup>.

Com os catálogos prontos, eram feitas grandes tiragens para distribuição. Todas as despesas de cópias dos catálogos, distribuição e transporte dos exemplares ficavam por conta do Governo Imperial. Quanto ao custo para a confecção dos catálogos podemos inferir somente que o montante gasto desde a confecção até o destino final deveriam ser maiores que os benefícios materiais imediatos.

Rio de Janeiro 10 de março de 1876

Illmo e Exmo Senr.

Tenho a honra de remetter a V. Ex.a um exemplar da obra "O imperio do Brazil na exposição Universal de 1872 em Philadelphia", exemplar sob minha immediata direcção, e bem assim oitocentos da mesma sobre essa provincia, organizada pelo Dr. Manoel Jesuino Ferreira, a fim de que V. Ex.a se digne mandar distribuir do modo que entender mais conveniente.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex.a os meus protestos de consideração.

Deus Guarde a V. Ex.a

Illmo e Exmo Senr Dr Luis Antonio da Silva Nunes

Dr. Presidente da Provincia da Bahia<sup>87</sup>

O 2º vice-presidente da Com.ao Sup.or da Exp. Nacional  
Visconde de Bom Retiro

<sup>86</sup> APB/ Seção colonial e provincial, maço 1587- Ofício expedido ao Presidente da Província da Bahia pelo Visconde de Bom Retiro. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1875.

<sup>87</sup> APB/ Ofício expedido ao Presidente da Província da Bahia pelo Visconde de Bom Retiro. Rio de Janeiro, 10 de março de 1876.

A distribuição dos catálogos incluía, além dos países sede das Exposições Universais, bibliotecas, institutos de pesquisa, escolas, museus e, Câmaras Municipais das cidades que colaboravam com os eventos.

Illmo e Exmo Snr

De ordem da Comissão Superior remetto a V. Ex.a um volume contendo 100 exemplares, sendo 50 do catalogo da Exposição Nacional e 50 do suplemento nº1, para serem distribuidos pelas bibliothecas e expositores<sup>88</sup>.

No seio do arranjo classificatório – como se pode acompanhar no catálogo da 2ª. Exposição Nacional -, para cada uma das seções, grupos ou classes estava indicada a província de origem dos materiais, o nome dos produtores individuais ou corporativos.

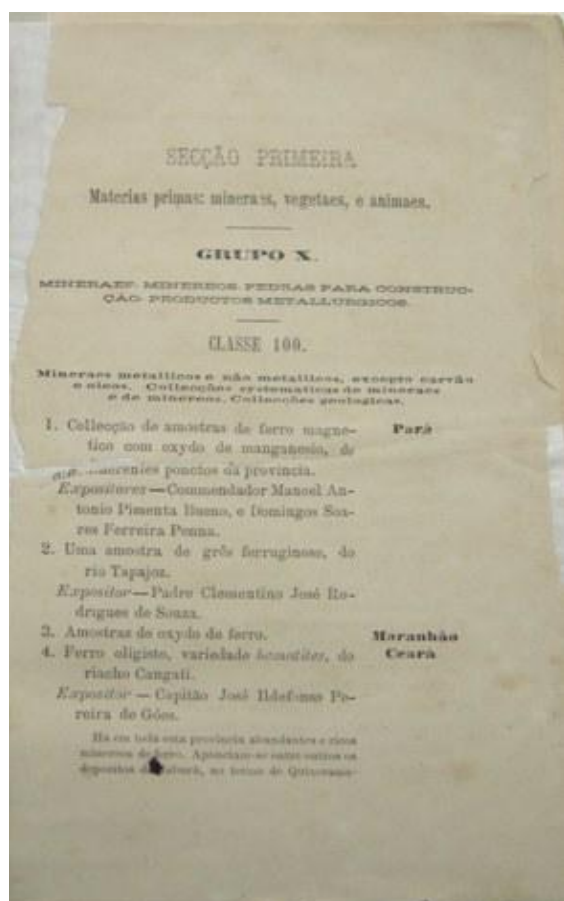


Figura 10 - Catálogo da Exposição Nacional de 1875, p.3

### Secção Primeira

Materias Primas: vegetaes, mineraes e animaes

### Grupo X

Mineraes. Minereas, minereos, pedras para construcção. Productos metallurgicos

### Classe 100

mineraes metallicos e não metallicos, excepto carvão e óleos. Collecções systematicas de mineraes e de minereos. Collecções geologicas.

1. collecção de amostras de ferro magnetico com oxydi de manganese, de diferentes ponctos da provincia....**Pará**

Expositores - Commendador Manoel Antonio Pimenta Bueno, e Domingos Soares Ferreira Penna.

2. Uma amostra de grês ferruginoso, do rio Tapajoz.

Expositor - Padre Clementino José Rodrigues de Souza.

3. Amostras de oxydo de ferro

4. Ferro oligisto, variedade hematites, do riacho Cangati....**Maranhão/ Ceará**

Expositor - Capitão José Ildelfonso Pereira Góes.

Há em toda esta provincia abundantes e ricos mineraes de ferro. Aponctam-se entre outros os depositos de Jaburu, no termo de Quixeramobim.

Segundo o Regulamento da Exposição Universal da Filadélfia de 1876, os produtos a serem seleccionados e enviados deveriam respeitar dez divisões:

<sup>88</sup> APB/ Seção colonial e provincial, maço 1587/ Ofício expedido ao Presidente da Província da Bahia pelo Secretário da Exposição Nacional Joaquim Antônio de Azevedo. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1876.

### Secção Primeira

- Materias Primas: vegetaes, mineraes e animaes  
 1º Materias primas, mineral, vegetal e animal.  
 2º Materias e manufacturas, usados para alimentação ou nas artes, o resultado de processos de extracção ou combinação  
 3º Generos; vestidos e adornos para pessoas  
 4º Moveis e manufacturas de uso geral em construções e edificios  
 5º Ferramentas, instrumentos, machinas e processos  
 6º Motores e transportes  
 7º Aparelhos e metodos para o aumento e difusão do ensino  
 8º Engenharia, obras publicas e architettura, etc.  
 9º Artes plásticas e graphicas  
 10º Objectos que illustram os esforços realizados para melhorar a condição physica e moral do homem

Essas divisões davam parâmetros para ordenar o universo da produção local (ou nacional). O desmembramento de grupos a coleções se apresentava no geral como exemplificamos no gráfico abaixo:

GRUPO				
1º Grupo	CLASSE	SEÇÃO	CATEGORIAS	COLEÇÃO
	3ª. CLASSE	1ª. Secção	1ª. Cathegoria	(ex.) <b>Província da Bahia</b>
	Productos agrícolas e alimentares	Cereaes, legumes, tuberculos e raízes	Cereaes Ex. (p. 164) Província da Bahia Arroz branco Arroz trigueiro Milho branco Milho vermelho...	Feijões 1471 Feijão branco - Cidade de Cachoeira 1472 Feijão caboclo - Idem 1473 Feijão mulatinho – Cidade de Caravellas 1474 Feijão olho de pombo – Cidade de Cachoeira .....
			2ª. Cathegoria Legumes	

Compunha-se uma escala hierarquizada aproveitando (e adaptando) o trabalho, as regras ou modelos das comissões estrangeiras. A ordenação subdividida procurava dar conta de relações hierárquicas e genéricas privilegiando filosofias de países que se distinguiam pelos aspectos ideológicos e culturais. As autoras francesas identificaram nas classificações influências dos métodos de classificação de Auguste Comte, da difusão das teses de Darwin, de reflexões teóricas sobre classificações da química de

Mendeleive, dos grandes dicionários e enciclopédias do século XIX, das articulações no campo da biblioteconomia e de nomenclaturas profissionais (SCHROEDER-GUDEHUS & RAUSMUSSEN, op.cit., p.21).

No caso da Bahia de forma paralela entravam as “artes primitivas” como material indígena<sup>89</sup>, a “arte popular” própria dos usos do sertão ou interior, as “prendas domésticas” ligadas ao universo feminino, como rendas, bordados ou licores, o premiado “vinho de cajú”, doces e geléias.

### 3.4 Os produtos baianos enviados para a Exposição Nacional

Num volume com mais de 200 páginas o “Catálogo da Província da Bahia” (1872), correspondente à exposição preparatória de Viena no ano seguinte, se tem a notícia de que foram mais de 1.000 produtos expostos, 154 expositores, superando a exposição provincial de 1866 (com 419 produtos expostos, e 78 expositores<sup>90</sup>). Nessa exposição de 1872, os produtos baianos foram organizados por grupos num total de 26, observando-se, pela leitura, os tais ‘saltos’ a que nos referimos acima, o que pode significar que a Província fez adequações. Listamos os grupos e o número de produtos de cada grupo na tabela abaixo:

Grupos	Produtos enviados <sup>91</sup>
1º grupo - produtos das minas, pedras, areias calcáreas, madreporas, argillas, etc.	95
2º grupo - agricultura, fibras vegetais, horticultura, madeiras e plantas medicinais.	313
3º grupo - produtos químicos e farmacêuticos	24
4º grupo - produtos da indústria, substâncias alimentícias e de consumo.	110
5º grupo - confecções da indústria, indústria têxtil e preparados de tecidos.	137
6º grupo - indústria do couro	13
7º grupo - indústria dos metais	12

<sup>89</sup> VER Marta Amoroso (2006).

<sup>90</sup> Cf. discursos de abertura de Joaquim Pires Machado Portella; do Dr. Antonio Mariano do Bomfim e de Manuel Jesuino Ferreira; Dr. Firmino Dórea (Catálogo da Exposição Provincial da Bahia de 1872, p.3-32).

<sup>91</sup> A partir do produto 851 são os doados pelo Gabinete de História Natural mamíferos, aves, répteis, ofídios, batráquios, peixes, animais 'amellados' (insetos, miriapodes), vermes, moluscos, zoófitos; reino vegetal – madeiras; reino mineral – minerais; objetos dos aborígenes.

8º grupo - madeiras trabalhadas (móveis, etc.)	36
9º grupo - artefatos de cerâmica	15
10º grupo - objetos de arte e de fantasia	29
12º grupo - artes gráficas e desenhos industriais	3
13º grupo – máquinas	5
14º grupo - instrumentos de precisão	4
15º grupo instrumentos de música	2
16º grupo - arte militar	4
17º grupo – marinha	2
18º grupo - arquitetura, processos de engenharia, obras públicas e arquitetura	9
20º grupo - instrumentos agrários e utensílios de habitações rurais	4
25º grupo - belas artes	12
26º grupo - educação, instrução e ensino	11

**Tabela 3. Grupos - Exposição Provincial da Bahia 1872**

Como se observa a ênfase e força da Bahia estava nos produtos da agricultura, indústria têxtil, de alimentos e o das minas. Por produtos de ‘indústria’ compreendiam-se tecidos de algodão rústico, e no grupo dos alimentos todos os materiais brutos que a Província produzia como: cana, café, tabaco, algodão e os alimentos processados como: licores, vinhos, embutidos, etc.

Na Exposição Nacional de 1875, preparatória para a Exposição Universal de Filadélfia, o catálogo nacional segue as seções (9), grupos (98) e classes (980) onde não foram preenchidas as categorias para um total 387 produtos. Sendo que, quando falamos em produtos devemos considerar que poderiam ser amostras, conjuntos de objetos, obras-de-arte ou provindos de expositores individuais. Notam-se, novamente, os ‘saltos’ na numeração que podem ser mais uma indicação que não só a Bahia, mas, o Império apresentava o que podia com produtos e objetos que eram próprios da terra. Exemplificamos:

Seção	Grupo	Classe	Produtos
Seção primeira - matérias primas, minerais, vegetais e	Grupo X - minerais, minérios, pedras para	Classe 100 - minerais metálicos e não metálicos,	<ul style="list-style-type: none"> <li>• minério de ferro - Ilhéus</li> <li>• minério de ferro - Morro do Chapéu</li> </ul>



<b>animais</b>	construção, produtos metalúrgicos	exceto carvão e óleos. Coleções sistemáticas de minerais e de minérios. Coleções geológicas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• turmalinas - Belarmino Silvestre Torres</li> <li>• cascalho diamantino - Antonio de Souza Barros</li> <li>• cristal de Rocha - Emilio da Silva Gomes</li> </ul>
----------------	--------------------------------------	---	--

A contagem nos catálogos não era feita por produto, mas, por categoria ou por expositor. A província baiana enviou muitas matérias-primas, o grupo 13 não foi especificado, mas podem ter sido amostras de madeira, já que há uma entrada de 234 amostras. O segundo grupo mais representativo, com 30 amostras, tem como produtos; variedades de tabaco e preparados para o fumo (grupo também sem identificação). A falta de identificação devia possibilitar aos organizadores dos catálogos certa liberdade na inserção de novos objetos ou produtos selecionados, sem ter que modificar a estrutura geral do catálogo. E, também, deveria ser um recurso utilizado naquelas categorias de produtos típicos do Brasil, as matérias-primas que eram particulares ao clima e condições naturais brasileiras. Elaboramos a tabela abaixo destacando os produtos que a Bahia enviou ao Rio de Janeiro e, que constam no Catálogo Brasileiro de produtos enviados à Filadélfia.

SEÇÃO		
	GRUPO	
		Produtos/ amostras/ expositores
<b>1ª matérias-primas, minerais, animais e vegetais</b>	10 - minérios, minerais, pedras para construção, produtos metalúrgicos	7
	11 - produtos agrícolas destinados especialmente para a alimentação	4
	13- não identificado (madeira?)	234
	14 - não identificado	30
	16 - peles e animais empalhados	-
	17- moluscos	1
	18- não identificado	5
	<b>2ª- substâncias e preparações para alimentos ou uso das artes resultados de processos extrativos e de combinação</b>	20- extratos e composições de origem vegetal ou animal destinados principalmente para alimentação
21 - não identificado		2
22- óleos, sabão, velas para iluminação e outros		5
23- não identificado		9
24- não identificado		-
25- pomadas, [xxx], perfumes, substâncias medicinais		-
26- pedra artificial para edifícios e cornijas		-

	27- arte cerâmica, faiança, porcelana e vidro	8
	28- pólvora de várias granulações	-
<b>3ª tecidos, produtos manufaturados de fibras, filtros e lã, vestidos, trajas e ornatos</b>	29 - não identificado	-
	30- estofos de substâncias vegetais e minerais	-
	31- tecidos	-
	33- não identificado	-
	34- não identificado	4
	35- chapéus, bonés, luvas, etc	4
	36- rendas, etc.	1
	37- jóias e ornamentos metálicos ou minerais para uso pessoal	-
	38- enfeites, flores artificiais, botões, franjas, guarda-sol, bengala	
<b>4ª móveis e alfaias de uso geral em construções e habitações</b>		19
<b>5ª utensílios, instrumentos, máquinas e processos</b>		3
<b>6ª motores e meios de transporte</b>		-
<b>7ª modelos e métodos para o aumento e difusão do ensino</b>	75- observações metereológicas	1
	89- instrumentos de percussão	2
<b>8ª engenharia, obras públicas e arquitetura</b>		2
<b>9ª artes plásticas e gráficas</b>		12
	90- desenhos industriais	-
	91- mosaicos	4
	92- desenhos e modelos de edifícios religiosos, públicos e particulares	-
	93- ornamentos e alfaias do interior de edifícios públicos e particulares	1

**Tabela 4. Exposição Nacional de 1875 – produtos baianos**

Algumas categorias de produtos surpreendem por sua ausência na lista baiana de produtos e inventos. Outros surpreendem pela presença. No primeiro caso, na seção quinta que se refere a utensílios, instrumentos, máquinas e processos, no grupo L (50), classe 500 (máquinas e utensílios para minerar, para metalurgia, processos químicos e artes extrativas), apesar da Bahia ter, passado pelo ciclo do garimpo e suas lavras terem rendido algumas centenas de quilos de ouro<sup>92</sup> ao governo português, a província não

<sup>92</sup> Existem algumas controvérsias quanto ao início das lavras de diamantes na Bahia. De acordo com Herberto Sales, autor de romances e de estudos sobre a mineração, relatos de viajantes e de estudiosos que passaram pela região situam como marco temporal da mineração o século XIX, em sua primeira metade (SALES, 1955:02). Contudo existem documentos que informam de diamantes descobertos desde o século XVII, contudo, a exploração controlada e intensiva do diamante na Bahia só começou quase dois séculos mais tarde. Para Walfrido Moraes<sup>1</sup>, houve descobertas anteriores a de 1844, mas, os diamantes extraídos do rio Mucugê foram pela qualidade e quantidade destaque e incentivadores da migração e estabelecimento da garimpagem (MORAES, 1991: 31). Para ele, os naturalistas Spix e Martius deram as primeiras notícias de que os terrenos da região eram diamantíferos no ano de 1822, mas, a exploração de fato ficou para mais de 20 anos depois.

apresentou em sua Exposição materiais relacionados ao garimpo ou técnicas utilizadas na atividade extrativa. Outros objetos impressionam pelo inusitado como um quadro de cabelos do expositor Carlos Paraguassú de Sá, grupo 98, classe 980 que englobava ornamentos e alfaias do interior de edifícios públicos e particulares. Um objeto decorativo que deveria ser no mínimo curioso. Inusitados, raros, preciosos ou não, todos esses produtos passavam por avaliação de jurados que conferiam os prêmios e honrarias para aqueles que os merecessem.

### **3.5 Os premiados**

Em todos os eventos eram previstos prêmios e honrarias para aqueles expositores que se destacassem. Tanto as nacionais quanto as universais conferiam prêmios aos produtos que mais chamassem à atenção dos júris e dos visitantes, ou aqueles que respondessem ao objetivo de demonstrar a evolução técnica e intelectual do país expositor. Conforme Schroeder-Gudehus e Rasmussen o papel dos júris foi primordial nas primeiras exposições descendentes imediatas das exposições industriais nacionais. Estas categorias passaram pelo refinamento das categorias de recompensas que passou de 3 categorias de prêmios (1851) para 14 (1878), sendo que não deixavam de ser contestados. Por serem prêmios internacionais, naturalmente, influíam questões políticas e problemas diplomáticos. As disparidades e desavenças geradas levaram a se pensar na abolição dos prêmios no fim do século XIX (SCHROEDER-GUDEHUS & RAUSMUSSEN, *op.cit.*, p.19). As premiações nesses certames competitivos representavam maior distinção, honra e publicidade por jornais, revistas e outros meios da nascente comunicação em massa; uma certificação internacional referendando a comercialização (SANTOS & COSTA, 2006).

Expositores da Bahia foram agraciados com medalhas de mérito pela 4ª. Exposição Nacional e levaram prêmios na Internacional de 1876, como se pode conferir na listagem que segue:

---

<b>Relação dos expositores da Província da Bahia premiados pelo Jury de qualificação da 4ª exposição Nacional, com a medalha de merito.</b>	<b>Relação dos expositores da província da Bahia que foram premiados na Exposição Internacional de Philadelphia no anno de 1876</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Thomas Luis de Barros Wanderley - assucar</li> <li>2. Umbelino Tosta (Coronel) - fumo da Cachoeira</li> <li>3. o mesmo - café</li> <li>4. Miguel Leitão de Carvalho - aguardente, e vinhos</li> <li>5. José de Vasconcelos Sousa Bahiano - fumo de St. Anna</li> <li>6. Malaquias Roiz Gomes - pelica e pergaminho</li> <li>7. Francisco Nicolau Gonzagga - guarda vestido de Gonçalo Alves</li> <li>8. Francisco Per.a Vasconcelos - vinho de cajú</li> <li>9. o mesmo - conservas vegetaes</li> <li>10. Ernesto Knull - café</li> <li>11. Dias Lima - chocolate</li> <li>12. Comissão Superior da Exposição - pela exhibição</li> <li>13. Comissão Municipal de Santarem - amostras de madeira</li> <li>14. A de Cerqueira Lima - assucar</li> <li>15. Cerqueira H. - rapé</li> <li>16. Polybio Jose da Rocha - movel multiforme</li> <li>17. Pedro José de Lima - chocolate<sup>93</sup></li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Cerqueira H + charutos e fumo</li> <li>2. G. A. Schnosbusch + charutos</li> <li>3. R. Corteira + charutos</li> <li>4. Sergio H + assucar</li> <li>5. M. M. Rodrigues Gomes + pelica etc.</li> <li>6. J. P. Vasconcelos + vinho de cajú</li> <li>7. Polibio da Rocha + movel multiforme</li> <li>8. Arsenal de Guerra da Bahia - fechaduras p.a burras de ferro</li> <li>9. F. P. de Vasconcelos + conservas</li> <li>10. Arsenal de Guerra da Bahia - tambor</li> <li>11. Augusto Francisco de Lacerda + café</li> <li>12. Crysogno J. Fernades + café</li> <li>13. Umbelino Costa + café</li> <li>14. Casa de Correção da Bahia - mobilia</li> <li>15. Candido José Ferreira + charutos</li> <li>16. Província da Bahia - fibras vegetaes</li> <li>17. Ernesto Knull + café</li> <li>18. D. Friderica Knull + café</li> <li>19. J. F. Simas + charutos</li> <li>20. Louis Bornand + café</li> </ol> <p data-bbox="801 1003 1378 1059">N este + signal indica que o expositor tem medalha p.v</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>21. M. L. de Carvalho + vinho de laranja</li> <li>22. Província da Bahia - fibras vegetaes</li> <li>23. Floro P. Requião + chapeus<sup>94</sup></li> </ol>

Estas premiações e honrarias eram destinadas aos produtos que se destacassem pela qualidade do produto, refinamento e beleza. Eram prêmios conferidos na forma de menções honrosas, diplomas e medalhas (mérito e progresso), o que os valorizava produtor e produtos. Com as Exposições Universais foram criadas os primeiros selos de qualidade de alcance internacional, cobiçados pela honra de serem citados ou entregues pelo Imperador em pessoa ou por autoridades das Províncias. Recebê-los significava estar mais próximo do projeto de Nação Moderna e civilizada que almejava o Imperador.

<sup>93</sup> APB/ Seção colonial e provincial, maço 1587/ Rio de Janeiro 14 de fevereiro 1878 - Francisco Antonio Gonçalves Comissário

<sup>94</sup> APB/ Seção colonial e provincial, maço 1587/ Rio de Janeiro 14 fevereiro 1878 - Francisco Antonio Gonçalves - Comissário

## Comentários finais

Na segunda metade do século XIX, a província da Bahia passava por pressões e transformações que sacudiram o debate em torno das possibilidades de civilizar os comportamentos e os ambientes. Era um movimento geral no Brasil o de adotar a modernidade como novo credo. Novos ventos chegados da Europa postulavam a adoção de hábitos novos, mais civilizados e de acordo com a ética burguesa. Em algumas províncias eram implementadas medidas urbanísticas que abriam avenidas, derrubavam vielas escuras e casas acanhadas, para dar lugar a grandes espaços e locais de convívio como: parques e jardins botânicos. Tudo muito urbano, voltado para as capitais. Paris, a capital francesa, modernizada por Haussmann foi pioneira e inspiração para outros países na marcha rumo á modernidade.

A intenção deste trabalho era discutir o envolvimento e alinhamento da Bahia nas Exposições Universais, que seriam um grande palco no projeto maior de construção de imagem civilizada do Brasil, por D. Pedro II. Com as leituras, com o desenvolvimento da pesquisa e, principalmente, com o processo de escrita é que percebemos a Modernidade na Bahia e no Brasil como motriz de todas estas mudanças e na ocorrência destes eventos na Bahia do século XIX.

Alguns trabalhos contemplam a modernidade na Bahia sob diferentes vieses, analisando novas tecnologias e a nova conformação que vai tomando a cidade do Salvador. Em dissertação que aborda a percepção da cidade sobre o processo de modernização urbana através, principalmente, dos jornais, Rinaldo César Leite, afirma que, a tentativa de controle do modo de vida e de moralização do comportamento das classes populares foi defendida segundo os pressupostos idealizados para a sociedade brasileira pela elite burguesa dominante. De acordo com essas formulações, as práticas populares estavam assinaladas como incivilizadas, enquanto o projeto elaborado pelas elites intencionava um mundo em estilo europeu. O autor sintetiza as aspirações das elites com referência a civilização e modernização: 1. atitudes racionalizadas, moralizadas e culta dos indivíduos; 2. adoção de padrões culturais europeus; 3. reformas que permitissem a implantação de uma nova estética e a introdução de modernas tecnologias, tais como a abertura de avenidas e o alargamento de ruas, criação de áreas verdes e de lazer, novas edificações (inclusive aquelas destinadas a objetivos culturais)

e embelezamento da cidade (LEITE; 1996, 8-23). O recorte temporal de Rinaldo Leite é a Primeira República, de 1912 a 1916, nos primeiros anos do governo de J. J. Seabra. Impulsionados pelas reformas do prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos e pelo Presidente Rodrigues Alves, várias capitais seguiram o exemplo. Porém, a modernidade como projeto no Brasil, vem desde a segunda metade do século XIX, com o Imperador Pedro II.

No trabalho *A modernidade sem rostos: Salvador e a telefonia*, Adroaldo Bélenz também transita pela onda de modernidade que tomou o Brasil e, estuda a implantação da telefonia em Salvador entre os anos de 1881 e 1924. O telefone seria visto pela primeira vez na Exposição Universal de Filadélfia onde, D. Pedro II teve a oportunidade de falar no aparelho e experimentar a sensação de usá-lo. Logo depois de conhecer a novidade, Pedro II procurou implantá-la no país e, a partir de 1882, algumas cidades do Brasil instalaram seus aparelhos, dentre elas, Salvador. Estes trabalhos são apenas alguns daqueles que contemplam a modernidade como projeto na Bahia. Podemos observar que, desde o Segundo Reinado foram tomadas providências para inserir o Brasil e a Bahia nos rumos da sociedade moderna burguesa. Um projeto que encontrou a província da Bahia em dias conturbados e crises de naturezas bem diversas. Um contexto porém que não impediu a província de tentar concretizar a ambição de figurar entre os civilizados. Podemos observar que as Exposições Universais e seus correspondentes no Brasil e na Bahia faziam parte de um projeto maior, baseado nas sociedades burguesas da Europa do século XIX.

Os anos entre 1870-80, em que estão inseridas as Exposições Provinciais, para a província da Bahia e a cidade do Salvador foram bastante difíceis. Depressão econômica, ciclos longos de seca, carestia e guerra. Comerciantes, empresários e moradores das freguesias de Salvador pressionavam os poderes públicos por melhorias urbanas que deveriam abranger os serviços de iluminação e limpeza pública, na abertura e calçamento de ruas, dando então certa fluidez no trânsito de pessoas e de transportes. Quanto à limpeza urbana, em 1867, o governo teve a iniciativa de nomear uma comissão de engenheiros da província com a missão de elaborar um plano mais convincente, para que se fizesse o asseio e limpeza desta cidade com mais regularidade e economia. De acordo com Bélenz é possível que essa medida tenha sido reflexo dos surtos de febre amarela e epidemia de cólera entre 1849-1875, se prolongando até 1930. Afinal, o critério de avaliação para uma cidade moderna previa ruas largas, fluídas e

com um mínimo de qualidade dos transportes em funcionamento (BÉLENS; 2002, 22-23).

Nestes anos, secas também assolavam a província da Bahia. Em estudo sobre as secas Graciela Rodrigues Gonçalves, relaciona estas catástrofes naturais com medidas assistencialistas do período, que passariam a ser um padrão nas medidas adotadas para se lidar com o problema. Este trabalho deixa entrever como um problema climático se torna um flagelo social e como este flagelo vai acarretando medidas ineficientes que atravessam o período imperial e chegam à República. O assistencialismo imperial se manifesta nas doações que o Imperador faz aos flagelados das secas, o que inaugura uma série de doações por parte de particulares, além de loterias e subscrições abertas para os flagelados. As secas ocorreram por longos períodos, causando prejuízo às safras, migração populacional para Salvador e outras Províncias, venda em massa dos escravos das áreas atingidas, baixa no preço dos cativos.

Em novembro de 1869, Francisco Gonçalves Martins, presidente da província, adotou medidas de enfrentamento à seca. Voltou a organizar uma comissão de socorros públicos em Salvador e subcomissões municipais no interior. A estiagem durou de 1857-61, reduzindo a safra de 1860 a menos de 1/3da safra regular produzida na Bahia. A forte estiagem de 1868/70 localizou-se nas áreas ao norte e nordeste da província. A seca de 1877/79 coincide com a grave crise econômica das províncias do norte, e teve como consequência a diminuição das exportações e preços do açúcar e algodão e evasão de mão-de-obra escrava para o sul do Brasil, além de uma progressiva perda do poder de suas elites na política nacional. A seca de 1888-90 traz a crise para o comércio e as atividades agrícolas no interior da Bahia. As lavouras de café e fumo sofrem com a estiagem. Esta estiagem foi precedida de um período de seca cuja duração variou entre 1884 a 1886, atingindo apenas o norte da Bahia e não fazendo muito alarde entre as autoridades provinciais e locais (GONÇALVES, 2000).

Além das crises causadas pelas secas, a Guerra do Paraguai e carestia de abastecimento, para prejuízo das Exposições da Província colaboravam muito a ineficácia dos transportes de passageiros e cargas na Bahia. A viação férrea na província começa a ser instalada a partir da lei nº641, do governo imperial, de 26 de junho de 1852 (SIMÕES, 1977; 21). A estrada de ferro Bahia – São Francisco tinha por objetivo ligar as cidades de Salvador a Juazeiro, a primeira concessão foi dada em 1853 a um particular o Sr. Joaquim Francisco, sendo posteriormente, renovada em nome da Bahia

and São Francisco Railway Company, com sede em Londres. Nos anos de 1856 a 1870, esta companhia alargou o trecho até Alagoinhas. Esta estrada não obteve resultados lucrativos e a empresa desinteressou-se em renovar o contrato. Durante os anos de 1870 a 1888 esta estrada operou com déficit (MATTOSO, 1992; 470-471).

Segundo afirma Kátia Mattoso, a dificuldade maior enfrentada pela instalação de uma rede ferroviária na província da Bahia vinha da resistência dos donos de terras que não desejavam que as vias passassem por suas propriedades ou, simplesmente, se opunham à construção de ferrovias por sentimentos de estranhamento à nova forma de transporte. O resultado desta postura conservadora aliada à falta de recurso causou uma má integração da malha ferroviária baiana, encarecendo o transporte de mercadorias e passageiros (MATTOSO, 1992; 473).

Percebemos que no período em que ocorreram as Exposições Universais do século XIX, a província da Bahia e, especialmente, Salvador, mudavam rapidamente, e mesmo em meio a crises periódicas modernizava os transportes, instalava o telefone e, mudava a feição da capital, abrindo ruas mais largas e procurando uma nova civilidade para a população mestiça que andava pelas suas ruas.

As Exposições Universais situadas entre 1851 e 1889, foram vedetes de Modernidade e Progresso. Estabeleceram uma nova forma de contato entre países e de competição pacífica entre os povos. Foi criada também uma nova visualidade, uma espécie de vitrine burguesa para o estado do bem-estar social. Neste evento-vitrine eram apresentados os inventos e produtos que eram símbolos de velocidade e progresso. A fotografia, o telefone e, o transporte ferroviário, os mais variados maquinismos a serviço da riqueza e do conforto.

Inglaterra, França. Áustria e Estados-Unidos buscaram constituir representações modernas de suas sociedades e governos, celebraram conquistas políticas e econômicas e, competiram por status entre os países periféricos.

Dos países da culta Europa por certo, os que mais se avantajam na perfectibilidade de suas indústrias, são a Inglaterra, e a França, que pôde-se dizer enchem os mercados do mundo com os seus artefactos, procurados e preferidos, uns pela sua solidez, outros pela sua elegancia e luxo; mais nem por isso, Senhores, taes países se tem (p.16) considerado dispensados de fazerem exposições, onde possam os artistas e operarios instruir-se e estudar



a perfeição comparativa dos objectos, provocando assim a emulação tão necessária para o andamento e progresso do espirito humano<sup>95</sup>.

Pela pesquisa das fontes e bibliografia os países que expressavam mais fortemente o ideal destas Exposições eram França e Inglaterra. Estas nações tinham a propriedade do capital simbólico dos eventos, eram elas que determinavam as formas e conteúdos das Mostras Mundiais. Ingleses e franceses que estabeleceram as classificações e suas categorias e foram responsáveis pela proporção grandiosa que tomaram estes certames. A primeira Universal, em Londres, no ano de 1851 - A Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações -, elaborou sua ode a burguesia, à livre concorrência e aos avanços tecnológicos. Podemos afirmar que foi uma celebração do capital e das diversas feições que o mesmo assume: consumo, competição e o mercado. O mundo viu em Londres, a festa do transe lúdico de que nos fala Foot Hardman. O fetiche-mercadoria era o fascínio que o supérfluo provocava, o consumo se desdobrava para artigos cuja utilidade concreta era questionável. As Exposições Universais eram também isto, um novo conjunto de necessidades criadas.

A celebração francesa de 1867, segunda exposição Universal, festejou a nova urbis parisiense, mais moderna, arborizada e arejada, a febre de Haussmann tomou o mundo e, Paris se tornou uma cidade padrão para as capitais que quisessem modernizar-se. Foi a festa que celebrou também o trabalho e o operário, glorificando o universo da fábrica e da divisão do trabalho. As duas Exposições são discurso materializado de seus países, das nações que são matrizes da ideologia burguesa do progresso e do mérito. A partir destas duas Exposições, as ditas Festas do Trabalho assumem sua feição definitiva de celebrações burguesas.

No Brasil, as Exposições são palco ou espelho que refletem a quebra que o país promoveu com estruturas consideradas arcaicas, conseguidas com a abertura dos portos (1808); a extinção do tráfico negro (1850); a lei de terras de 1850. As aristocracias coloniais assumiam formas burguesas de pensar e agir. Houve uma aclimação do liberalismo e do progresso técnico com a escravidão e da sociedade civilizada com a barbárie. Não havia antagonismo do capitalismo brasileiro ter nascido a partir do escravismo, uma vez que o escravismo foi alimentado pelo sistema capitalista mundial

---

<sup>95</sup> BPEB/ CATALOGO DA EXPOSIÇÃO PROVINCIAL DA BAHIA - precedido pelos discursos proferidos no Acto de Abertura da mesma exposição e no da instalação da Sociedade Auxiliadora da Industria Bahiana em 1872. Bahia: Typographia de J. G. Tourinho, 1872 Manuel Jesuíno Ferreira, p.15-16

em formação (PESAVENTO; 1997, 57-62). O paradoxo da modernidade brasileira não está no fim, mas no caminho percorrido, muito diferente das sociedades européias. Do trabalho escravo se desejava passar ao livre, sem a assimilação dos negros do país, era desejada a livre concorrência sem abolir velhos privilégios dos grandes monocultores.

D. Pedro II não queria o Brasil representado como um convidado rico em recursos naturais, ou pródigo em artigos curiosos, mas, como país moderno, na marcha célere rumo à um estado de civilização igual ao modelo europeu, mais especificamente, o francês. Os eventos nacionais mostram esta intenção, deixam entrever estratégias estabelecidas com esse fim. Todo o investimento material e humano, visava uma mudança na representação ou uma melhor imagem e possibilitaria o alinhamento do país entre as nações consideradas civilizadas e modernas. Ao tempo em que ocorriam grandes esforços para encontrar o Brasil moderno, havia a realidade brasileira que não ajudava muito. Pela leitura dos catálogos nacionais concluímos que, a maior parte das províncias colaborava com produtos agrícolas e manufaturas simples. Havia sim, maquinismos e processos na relação de acervos enviados, mas, eram de números considerados pelos envolvidos como pouco representativos. Esta dificuldade em apresentar exposições mais ao gosto dos civilizados aparece na província da Bahia. Na Exposição Nacional de 1875, por exemplo, do total de 325 produtos selecionados para o catálogo, 234 eram amostras de madeiras nativas, 28 eram extratos de origem vegetal ou animais destinados à alimentação, 01 texto sobre observações meteorológicas e, nenhum desenho industrial. Máquinas, técnicas e processos que eram parte importante das exposições mundiais não faziam parte das mostras baianas.

Na província da Bahia, os eventos – em menor escala – tinham de alcançar do mesmo modo a função de alavancar a civilização, construir e apresentar localmente o retrato da sociedade burguesa, afinada aos padrões da modernização apresentando as últimas invenções, as novidades em tecnologia para a produção industrial e agrícola, enfim, uma oportunidade para se tornar uma vitrine de produção impregnada de valores morais. Muito mais, pode-se dizer, do que um simples inventário de ‘ vaidades ’. Havia que suplantar as limitações, demonstrar, tal como acontecia no ‘ mundo das exposições ’, a utilidade das técnicas, das inovações ultrapassando o arcaísmo de um tempo que deveria ser ‘ passado ’, se associar a uma sociedade universal, a uma linguagem única regida pela lógica burguesa do mérito e do trabalho.

Estes Congressos practicos da industria, estas Exposições internacionaes, além de trazerem o progresso e o aperfeiçoamento do trabalho, que tanto concorre para melhorar os gózos da vida, quer materiaes, quer do espirito, tendem tambem a augmentar a confraternisação dos povos, e muito hão de contribuir para que em breve se convenção as nações de que a paz universal é um dever imprescindível, um bem real para todos<sup>96</sup>.

Na Bahia, a modernidade como projeto encontrou obstáculos nas crises sociais porque passava a província. Secas periódicas, crises financeiras, a própria população se constituiu em entrave, visto que, escravos, negros livres e, mesmo brancos pobres, não eram a população enquadrada nos padrões modernos. A parcela da província responsável pela participação nas Exposições apropriou-se do discurso dos eventos internacionais, os leu e interpretou, procurando realizá-lo dentro das possibilidades locais. Por ser um evento, pelo menos na Bahia, que falava apenas a alguns membros da sociedade, mais precisamente aos intelectuais, aos políticos, industriais - se é que essa categoria existia na Bahia do 2º Reinado<sup>97</sup> - e agricultores, a tendência era que o restante da população não fosse considerada partícipe do evento.

Não houve, por parte dos partícipes brasileiros e, em especial os baianos, uma leitura crítica e criteriosa dos objetivos das Exposições Universais. Não foram considerados que estas sociedades tinham problemas sociais graves e que a civilidade e modernidade tão celebradas, estavam restritas às capitais e a uma parcela bem pequena destas populações. As Exposições Universais comemoravam o trabalho desde que o operário ficasse inserido na fábrica, festejava a união entre os povos com a manutenção do neo-colonialismo. Elaborar estas reflexões não estava entre os objetivos dos construtores das participações brasileiras. O alinhamento com as nações matrizes da modernidade europeia era feito através de obras de urbanização que mudariam a feição,

---

<sup>96</sup> BPEB/ CATALOGO DA EXPOSIÇÃO PROVINCIAL DA BAHIA - precedido pelos discursos proferidos no Acto de Abertura da mesma exposição e no da instalação da Sociedade Auxiliadora da Industria Bahiana em 1872. Bahia: Typographia de J. G. Tourinho, 1872 / Antônio Mariano Bomfim

<sup>97</sup> Segundo Fernando Pedrão, em texto sobre o Recôncavo baiano e a origem da indústria de transformação no Brasil, a província da Bahia dispunha de fábricas têxteis, na segunda metade do século XIX, num movimento de diversificação econômica que se iniciou com a fábrica de Santo Antônio do Queimado, em 1830, em Salvador. Este movimento atingiu o auge no período da Guerra do Paraguai, onde o parque têxtil baiano tinha 59% dos teares e 73% dos operários da indústria têxtil do Brasil. Nestas indústrias a mão-de-obra livre convivia com a escrava, o que causava uma desvalorização salarial e, de certa forma atrasava o surgimento de uma classe operária na Bahia. Além disso, os tecidos produzidos eram destinados ao consumo interno, de qualidade inferior, e destinados às necessidades das fazendas (sacos, roupas para escravos, etc.) (AMARAL LAPA, 1993, 307-324). Novamente, a economia girava em torno da agroindústria de exportação. Neste período tínhamos também a mineração que captava escravos da lavoura, e garimpeiros livres convivendo nas lavras. O trabalho escravo desvalorizando a remuneração do trabalhador livre movimentando e, ao mesmo tempo atrasando a possibilidade do surgimento de uma sociedade contratualista burguesa.

mas, não a estrutura das cidades, pela livre concorrência na qual os produtos brasileiros não conseguiam competir em pé de igualdade com os estrangeiros e, pela liberdade civil que libertaria os negros escravizados sem, no entanto, propostas para a transformação social destes indivíduos.

Attendei: dos labios de muitos artistas nacionaes tenho ouvido, por veses, recriminações contra o governo do paiz, por não lançar pesados e enormes impostos sobre os productos ou artefactos estrangeiros, para que, embaraçando suas entradas francas em nossos mercados, dê-se maior consumo nos productos nacionaes.

Cá para mim, são injustas essas arguições, porque a liberdade de trabalho, a liberdade de commercio são imprescriptiveis; como a liberdade civil, e a liberdade da imprensa: porque a concurrencia é o primeiro e principal movel do progresso no seio das sociedades humanas: é o thermometro que regula as altas e baixas dos preços nos mercados: porque, finalmente, a concurrencia de productos artisticos e industriosos é o concurso das actividades, pleiteando a supremacia ou excellencia do trabalho, despertando o gosto e impondo valor subido na razão do merecimento de seu bem executado<sup>98</sup>.

O discurso de Dr. Firmino Dórea, membro da Comissão Provincial Baiana, defende a liberdade que é a do comércio sem barreiras protecionistas, sem amparo a produtores locais. Uma liberdade que se concretizaria antes pela inserção de imigrantes estrangeiros que pela solução da questão do trabalho escravo. Podemos observar que as Exposições Universais fortaleceram os valores burgueses, espetacularizaram o universo do trabalho nas fábricas e, tornaram o operário herói deste processo.

Na Bahia a apropriação destes valores se expressam através do embelezamento da cidade do Salvador e, da modernização em alguns de seus serviços, como transportes urbanos e iluminação. No resto da província, a modernidade chegou com algum melhoramento nos transportes, mas, ainda longe do ideal, encontrou problemas em questões centrais que incomodavam as elites baianas.

As Exposições Provinciais da Bahia expressam assim um alinhamento com o projeto de modernidade brasileira desejado pelo Imperador Pedro II. Os recursos e pessoal envolvidos no processo de elaboração e realização destas festas provinciais demonstram que, além de desejar a Bahia bem representada frente ao Monarca, os comissários e demais interlocutores locais pensavam numa representação no Exterior. Os discursos e falas registrados na inauguração dos certames deixam clara esta intenção. A documentação permite lançar uma pequena luz sobre a Modernidade na Bahia sob o

---

<sup>98</sup> BPEB/ CATALOGO DA EXPOSIÇÃO PROVINCIAL DA BAHIA - precedido pelos discursos proferidos no Acto de Abertura da mesma exposição e no da installação da Sociedade Auxiliadora da Industria Bahiana em 1872. Bahia: Typographia de J. G. Tourinho, 1872. Dr. Firmino Dórea, p.28.

ponto de vista do discurso elaborado pelas elites envolvidas como receptoras e intérpretes dos discursos dos eventos internacionais. Podemos perceber mudanças na face da capital, observamos a ligação íntima e, a adoção mesmo da estética das Exposições Universais colocada pelos equipamentos urbanos em funcionamento (Elevador Lacerda; Bondes; Telefones e as reformas no Bairro do Comércio).

As Exposições da província são elemento importante para compreender todas as faces do que se convencionou chamar de projeto de Modernidade. Elas cumpriram seu papel para a elaboração de um repertório simbólico sobre a Bahia para o Brasil e o Exterior. Pelo inédito de debruçar-se sobre as Exposições Provinciais na Bahia concluímos que ainda há muito por estudar sobre as exposições provinciais no XIX, especialmente sobre as exposições baianas. O foco das análises atuais cobre, na sua maioria, apenas a capital do Império, e Instituições Públicas como se as províncias tivessem apenas o papel de receptoras das ideologias. A partir do levantamento documental pudemos perceber que a Bahia e alguns de seus cidadãos participaram ativamente deste processo, seja colaborando com o Império seja fazendo a crítica destes eventos ou ainda mantendo-se a parte deste chamado do Imperador às províncias.

## FONTES

### Seção Colonial – 1ª parte – Governo da Província

Maço	Documento	Período
1547	Fotografia: estabelecimento de atelier fotográfico	1862-1879
1567	Escultura: para exposição na Côte escultor: Antonio Machado Peçanha	1866
1568	Comissão de Exposição da Bahia	
1587	Comissões de governo – comissões de exposição	1873-1878
1170-3	Correspondência de Consulado do Brasil na Inglaterra	1833-1881
1178	Consulado dos Estados Unidos	1823-1889
1190	Consulado da Inglaterra	1825-1869
1191	Consulado da Inglaterra	1810-1864
1193	Consulado da Inglaterra	1844 – 1872
1195	Consulado da Inglaterra	1837 – 1889
1198	Consulado da Itália	1868-1889

### Seção Colonial – 2ª parte – Governo da Província

Maço	Documento	Período	Comentário
3892	Correspondência recebida de Sociedades e Instituições culturais da Bahia – Gabinete de História Natural (correspondências recebidas de instituições culturais).		Pedido de espécimes para o Gabinete de História Natural.
4069	Correspondência recebida do Museu Nacional do Rio de Janeiro	1857-1886	Pedido de amostras de plantas nativas.

## Seção Legislativa

<b>Livro</b>	<b>Documento</b>	<b>Período</b>
<b>246</b>	Assembleia Legislativa Provincial – Atas das Sessões da Assembleia	1862
<b>252</b>	Assembleia Legislativa Provincial – Atas das Sessões da Assembleia	1866-1871
<b>253</b>	Assembleia Legislativa Provincial – Atas das Sessões da Assembleia	1867
<b>260</b>	Assembleia Legislativa Provincial – Atas das Sessões da Assembleia	1873
<b>281</b>	Assembleia Legislativa Provincial – Atas das Sessões da Assembleia	1889

## Arquivo Público do Estado - Seção Judiciária/ Inventários

<b>Inventariado</b>	<b>Relação com o tema</b>	<b>Período</b>	<b>Classificação</b>
Joaquim Gomes Tourinho da Silva	<b>retratista</b>	1889/1890	7/3048/7
Joaquim Gomes Tourinho da Silva	<b>retratista</b>	1853	3-1168-1637-11
Luis Alvares dos Santos	<b>Secretário de Comissão de Exposição</b>	1886-1912	1-331-692-4
Francisco Pereira de Aguiar	<b>Comissário de exposição</b>	1808-1809	2-767-1233-9

## Arquivo Público do Estado – Setor de Microfilmes

<b>Nº</b>	<b>Filme</b>	<b>Flash</b>	<b>Documento</b>	<b>Período</b>
1	06	01	Jornal da Bahia	21/05/1855 – 28/02/1877
2	06	04	Periódico do Instituto Histórico da Bahia	10/1863 – 05/1864
3	06	08	Bahia Ilustrada	1867
4	11	01	Almanach Literário e de Indicações	1888 – 1889
5	28	10	O Interesse Público	31/10/1860 – 06/11/1867
6	06		Relatório dos Presidentes da Província	1861 – 1862
7	07		Relatório dos Presidentes da Província	1863 - 1865
8	08		Relatório dos Presidentes da Província	1866 - 1867
9	11		Relatório dos Presidentes da Província	1872
10	12		Relatório dos Presidentes da Província	1873 - 1874
11	13		Relatório dos Presidentes da Província	1875 – 1876
12	18		Relatório dos Presidentes da Província	1886-1889



## FONTES BIBLIOGRÁFICAS

\_\_\_\_\_. *História de D. Pedro II: 1825-1891*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, 3 vol.

\_\_\_\_\_. *O rei-filósofo: vida de D. Pedro II*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, 464p.

\_\_\_\_\_. *Os africanos no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945, 435p.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Artistas coloniais*, sl. S/ed., 1958 (Biblioteca Thales de Azevêdo)

BARBOSA, Ruy. *Queda do Império: Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: Castilho, 1921, 2 vol.

BARRETO, Rozendo Moniz. *Exposição Nacional: notas e observações*. Rio de Janeiro: Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 1876.

*BOLETIM Comemorativo da Exposição Nacional de 1908*/ Rio de Janeiro: Tipographia da Estatística.

BORGES, Abílio César. *Relatório sobre a instrução pública da Província da Bahia*, 1856

BRASIL. *Catalogue of the brazilian section, 1876*. Internacional Exhibition Hallowel.

BRASIL. *O império do Brasil na exposição Universal de 1867, em Paris. Catálogo dos objectos enviados para a Exposição Universal de Paris em 1867*. 1867: Typographia Universal de Laemert.

*BRAZIL at the Louisiana Purchase Exposition. St. Louis, 1904*.

CALMON, Pedro. *História de D. Pedro II*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, 5 vol.

*Catálogo da Exposição Bahiana do anno de 1875*. Organizado por Dionysio Gonçalves Martins, 1875/ Bahia: Imprensa Economica, 1875.

Catálogo da exposição provincial da Bahia. Bahia: Typografia Tourinho, 1872, 104p.

*Catalogo dos productos do Estado do Piauihy na exposição nacional de 1908, commemorativa da abertura dos portos do Brasil.* Exposição Nacional de 1908 (Rio de Janeiro, Brazil) IEB/USP (Dédalus)

*Catalogo dos produtos enviados pelo Estado de Mato Grosso.* Exposição Nacional de 1908 (Rio de Janeiro, Brazil) IEB/USP (Dedalus)

*DEBAIXO da imediata proteção imperial: o IHGB, 1838-1889.* In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 156(388), jul-set, 1995.

*DISSERTAÇÃO acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil.* In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 26(26-27): 121-143, 1863.

*Estado da Bahia: notícia e informações: publicação para a Exposição Nacional de 1908.* Bahia: Typographia Bahiana, 1908.

*EXPOSIÇÃO Universal (1889: Paris, França).* In Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 150(364): 417-420, jul-set, 1989.

FRANCA, Eduardo. *Gabinete de História Natural da Bahia.* In Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, vol.36, p.66-67, 1909.

GAMA, José Saldanha da. *Relatório sobre a exposição Universal da Philadelphia em 1876.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

GERSON, Brasil. *A escravidão no Império.* Rio de Janeiro: Pallas, 1975, 322p.

*GUIDE Illustré de L'Exposition Universelle 1889.* Paris.

LYRA, Heitor. *História da queda do Império.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, 2 vol.

MELLO, Gratulino A. *Discurso pronunciado no acto de abertura da primeira exposição na Baía em 14 de dezembro de 1919.* Bahia: Imprensa Oficial, 1920. 13p.

- MEMÓRIA histórica sobre o Instituto fundado em 1855.* In Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, vol.01, p.65-100, 1894.
- MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império (1854-1888).* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, 2 vol.
- MONTEIRO, Tobias. *História do Império: a elaboração da Independência – quatorze retratos.* Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia, 1927, 869p.
- NORTON, Luiz. *A Corte de Portugal no Brasil.* Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938, 466p.
- O BRASIL na exposição de Chicago: 400 anos da Descoberta da América.* In Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, vol.3, p.43-64, 1895.
- O IMPERIO do Brazil na Exposição Universal de 1873 em Viena d’Austria. 1873.*
- O IMPERIO do Brazil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia.*
- PINTO, Oliverio M. de Oliveira. *Sobre a posição da Bahia na fase pioneira da investigação naturalista.* In Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, vol.82, p.103-109, 1958-60.
- RAEDERS, Georges. *D. Pedro II e o Conde de Gobineau: correspondências inéditas.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, 624p.
- RODRIGUES, Nina. *O negro no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940, 367p.
- SETUBAL, Paulo. *As maluquices do Imperador.* 3ª ed./ São Paulo: Editora Nacional, 1928, 314p.
- SILVA, Alberto. *Silvícolas brasileiros na Europa.* In Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, vol.77, p.181-192, 1952.
- TAUNAY, Visconde de. *Pedro II.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, 247p.
- VILLA, Marco Antônio. *A queda do Império: os últimos momentos da monarquia no Brasil.* São Paulo: Ática, 1996, 111p.

ZALUAR, Augusto Emílio. *Exposição Nacional Brasileira de 1875.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A ciência da cultura in Edward B. Tylor. *Primitive culture*/ New York: Harper and Row, 1958

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal. Memória, História e Estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco/ Lapa, 1996. P225.

ALVES, Ana Maria Alencar. *Redutos da ciência na “era dos museus”: Inglaterra, França, Estados Unidos e Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP. Tese em história social, 2004, 211p.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *Técnica, trabalho e natureza na sociedade escravista*. Revista Brasileira de História, vol.18, nº. 35/ São Paulo, 1998. Coletado em 2.08.2008 <http://www.scielo.br/scielo>.

*AS ORIGENS do Museu Paraense Emilio Goeldi: aspectos históricos e iconográficos (1860-1921)*/ Organização de Luis Carlos Crispino, Vera Burlamaque Bastos e Peter Mann de Toledo/ Belém: Paka-Tatu, 2006, 414p.

BARBUY, Heloisa. *A Cidade-exposição. Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: EDUSP, 2006. P.283.

\_\_\_\_\_. *A exposição Universal de 1889 em Paris*. São Paulo: Edições Loyola, 1999, 155p.

\_\_\_\_\_. *Museus, exposições e cidades: cultura visual no século XIX*. In Imagem e produção de conhecimento. (org. Cecília Helena de Salles Oliveira) São Paulo : CNRS/Museu Paulista/USP. 2002. p. 66-87.

BARRETO, Lilian. *Repensando o Museu da República*. Cultura, v.12, nº42, p.53-57, jan.dez. 1984, USP-ECA.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11ª Ed./ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, 322p.

BÉLENS, Adroaldo. *A Modernidade sem rostos: Salvador e a telefonia (1881-1924)*

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional 1917-1945*/ São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166p.

\_\_\_\_\_. *D. Pedro II*/ São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CIÊNCIA, *Civilização e Império nos Trópicos*. Organizadores: Alda Heizer e Antônio Augusto Passos Vieira/ Rio de Janeiro: Access, 2001.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*/ Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, 238p.

ELIAS, Maria José. *Reverendo o nascimento dos museus no Brasil*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, nº2, p.139-145, 1992. USP.

ELIAS, Maria José. *Reverendo o nascimento dos museus no Brasil*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, nº2, p.139-145, 1992. USP.

FARIA, L de Castro. *Antropologia: escritos exumados*. Espaço circunscrito, tempos soltos/ Niterói: EDUFF, 1998, 285p.

FRAZER, James. *O Ramo de Ouro*/ Rio de Janeiro: o círculo do Livro, 1974.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*/ 1966.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo : Martins Fontes, (4a.ed.) 1987

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*/ São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 291p.

*HISTÓRIA da Vida Privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional*, vol.2/ Luiz Felipe de Alencastro (organizador) – São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 523p.

*HISTÓRIA econômica da Independência e do Império*/ Tomás Szmrecsányi e José Roberto Lapa (organizadores)/ São Paulo: Hucitec, 2002, 324p.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997, 369p.

LUBISCO, Nidia Maria Lienert. *Manual de Estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses*. (<http://www.repositorio.ufba.br/repositorio/handle/ufba/143>) coletado em 08.2010.

MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: uma província no Império*/ Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, 747p.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Grande propriedade, grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens (1890-1930)*. In HISTÓRIA ECONÔMICA DA PRIMEIRA REPÚBLICA. 2ª. Ed. Revista. São Paulo : Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/EDUSP/Imprensa Oficial, 2002: 171-186.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Prefácio*. In A exposição Universal de 1889 em Paris. São Paulo: Edições Loyola, 1999: p.1-9.

NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do Progresso: o conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao século XX: a formação do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro*/ Rio de Janeiro: Museu Paulista, 1986, 80p.

ORLANDI, Eni. *Análise do discurso*. UFSC: Santa Catarina, 2006.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX*/ Salvador: UFBA, Centro de Estudos Baianos, 1999, 156p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*/ São Paulo: Hucitec, 1997, 231p.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita. *A Escola de Minas de Ouro Preto e a Província de Minas Gerais nas Exposições Universais do final do século XIX e início do século XX*. (<http://www.ichs.ufop.br/memorial/>) Coletado em 02.07.2007.

SCHWARCZ, Lilia. 'Os museus etnográficos brasileiros: Polvo é povo, molusco também é gente'. In *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: 67-98.

\_\_\_\_\_. O nascimento dos museus brasileiros (1870-1910). In *História das ciências sociais no Brasil*/ Sérgio Miceli (org.). São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, IDESP, 1989, vol 1, p.20-71.

\_\_\_\_\_. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.*/ São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 623p.

SILVA, Aldo José Moraes. *Instituto Histórico e Geográfico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)*/ Salvador: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia – doutorado em História, 2006, 250p.

TOURINHO, Maria Antonieta. *O imperial Instituto Baiano de Agricultura: a instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX*/ Salvador: UFBA, mestrado em Ciências Sociais, 1982.

VIANA, Hélder do Nascimento. *Os usos do Popular: coleções, museus e identidades, na Bahia e em Pernambuco, do início do século à década de 1950.* São Paulo: FFLCH/USP. Tese. História Social, 2002, 183p.